



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO: PRESERVAÇÃO E CONFLITOS NAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA - ESTADO DA BAHIA-
BRASIL**

CLEANE SANTOS NUNES

**São Cristóvão - SE
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO: PRESERVAÇÃO E CONFLITOS NAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA - ESTADO DA BAHIA-
BRASIL**

CLEANE SANTOS NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, a nível Mestrado, na área de concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, na Linha de Pesquisa de Dinâmica Ambiental, como pré-requisito para receber o título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Professora Dr^a Lílian de Lins Wanderley.

**São Cristóvão - SE
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

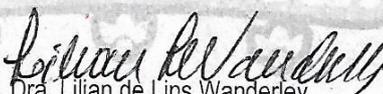


Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado

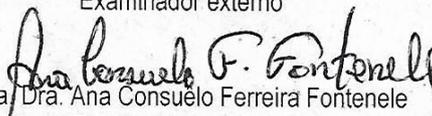
em Geografia de **Cleane Santos Nunes**.

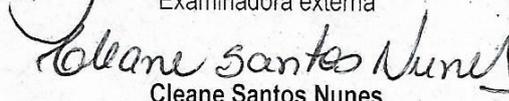
Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, com início as quatorze horas, realizou-se na sala VI, Didática V, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Cleane Santos Nunes**, intitulada: "Territórios da Conservação: Preservação e Conflitos nas Unidades de Conservação de Boa Nova - BA". A defesa foi presidida pela Professora Doutora Lilian de Lins Wanderley, na qualidade de orientadora, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestrandia proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, a palavra foi passada para o primeiro examinador, Professor Doutor Francisco Sandro Rodrigues Holanda, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a segunda examinadora, a Professora Doutora Ana Consuelo Ferreira Fontenele, discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Na sequência, a orientadora teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 27 de Agosto de 2019


 Profa. Drá. Lilian de Lins Wanderley
 Presidente


 Prof. Dr. Francisco Sandro Rodrigues Holanda
 Examinador externo


 Profa. Drá. Ana Consuelo Ferreira Fontenele
 Examinadora externa


Cleane Santos Nunes
 -Mestranda-

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Eliene Santos Nunes e Salvador Vieira Nunes, base do que sou. Toda vitória alcançada em minha vida dedicarei primeiramente a vocês.

AGRADECIMENTOS

*Use a gratidão como um manto,
e esta irá alimentar cada canto da sua vida.*
Rumi

A **Gratidão** é um sentimento de reconhecimento que surge quando alguém ou algo lhe presta algum benefício, não necessariamente esse é capaz de induzir à alegria e ao prazer imediatos, mas sempre é a chave para o nosso crescimento como ser humano.

Esta pesquisa é fruto de várias mãos, que direta ou indiretamente foram peças fundamentais para a sua construção. Cito aqui alguns nomes de pessoas importantes que foram companheiros, parceiros, amigos e colegas de jornada ao longo da minha passagem pelo mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe - PPGeo/UFS.

Meus sinceros agradecimentos:

À querida professora e orientadora **Lílian de Lins Wanderley** por me ensinar a ser uma pesquisadora e por ter aceito, mesmo com tantas dificuldades, seguir me orientando numa distância 714 km, entre a minha cidade Vitória da Conquista – BA e Aracaju – SE. Agradeço pelas orientações valiosas, pela disponibilidade, sugestões, paciência, persistência e pela presteza em responder os meus e-mails. Essa dissertação não teria a mesma envergadura sem a sua dedicação para comigo.

Ao meu pai, Salvador Vieira Nunes, e a minha mãe, Eliene Santos Nunes, que sempre me motivaram a seguir os meus estudos acadêmicos, me dando condições para tal e mostrando que só através deles eu conseguiria o meu lugar ao sol. Minha profunda gratidão aos meus amados pais, que não tiveram a oportunidade de seguirem os seus estudos, mas que sempre foram grandes incentivadores para que os seus filhos seguissem firmes o caminho entre a escola e a universidade.

Aos meus queridos irmãos, Cleiton Santos Nunes e Clebson Santos Nunes, e a minha cunhada, Maraísa Mascarenhas, pela união, incentivo e apoio para que eu pudesse sair do Estado da Bahia e ir viver em Aracaju-SE no intuito de seguir os meus estudos acadêmicos.

Aos amados Sandra Cléia Gomes Dantas e Abidinak Samarone Meira Rocha por me ensinarem a enxergar a força verdadeira que existe dentro de mim e sempre me motivarem a seguir em frente.

A toda a grade de professores e funcionários do PPGEIO, em nome da Coordenadora Sônia de Souza Mendonça Menezes, pela qualidade e competência profissional da equipe. Em especial, agradeço à querida e estimada Profa. Dra. Josefa Eliane Siqueira Pinto, por todo o carinho e por me mostrar que um caminho acadêmico também pode ser construído com calor e afeto entre professores e alunos. Não poderia esquecer dos funcionários da secretaria do PPGEIO Ewerton e Matheus, pelas gentilezas e por todo o auxílio fornecidos a mim.

Ao projeto Sistemas Ambientais Costeiros e Ocupação Econômica do Nordeste, que em parceria com a UFS, UFC e UFRN me possibilitou à experiência da mobilidade estudantil e qualificação curricular, através do incentivo de cursar uma disciplina na universidade parceira, em Fortaleza - CE. E ao Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles, à época coordenador geral do projeto, pelos curtos mas, fundamentais momentos de diálogos direcionados à construção metodológica e teórica desta pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/ IFS), pelos momentos de aprofundamento teórico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– CAPES pelo incentivo financeiro para realizar a pesquisa ao longo de 12 meses.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, o Prof.Dr. José Wellington Carvalho Vilar e o Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo.

Aos professores que participaram da minha banca de defesa, a Profa. Dr^a. Ana Consuelo Ferreira Fontenele e o Prof. Dr. Francisco Sandro Holanda.

Ao meu parceiro baiano do dia a dia, Hugo Mafra, pela companhia, resenhas do cotidiano e infinitas ajudas durante a minha estada em Aracaju – SE.

Ao ICMBio, em nome do atual gestor das Unidades de Conservação de Boa Nova, Johan Silva Pereira pela gentileza e atenção em compartilhar as informações e materiais sobre a área pesquisada.

À prefeitura municipal de Boa Nova, em especial à Secretaria de Meio Ambiente, na pessoa do secretário de Meio ambiente Jonatas Silva Meira, pela recepção e concessão da entrevista sobre a situação atual das UCs do Município.

Ao querido Edson Ribeiro Luiz, representante da ONG Save Brasil, pelas infinitas colaborações para a produção desta pesquisa, através do empréstimo de materiais de consulta, informações sobre as antigas e atuais condições das áreas e pelo auxílio e suporte durante a pesquisa de campo.

Aos meus amigos de caminhada acadêmica Eduina Bezerra França e Hueliton da Silveira Ferreira pelos momentos compartilhados de estudos, mas também pela empatia e descontração ao longos desses mais de dois anos que ajudaram a tornar esse processo mais leve e agradável.

E por último, mas não menos importante, aos meus colegas do PPGeo, Adriana Lisboa, Bruna Leidiane, Givaldo Santos, Joab Almeida, Tereza Simone, Jucileide da Sobreira, José Augusto, Luan Lacerda, José Carlos, Pedro Paulo de Lavôr e Sheyla Farias, Lucas Lira e tantos outros, que tive contato nesse período de estudos e que compartilharam comigo em sala de aula dos momentos de construção de conhecimento geográfico tão fundamentais em nossa vida profissional e de pesquisador.

É com profunda gratidão que encerro mais essa etapa da minha vida, tendo a certeza de que todos que fizeram parte dessa jornada foram muito importantes para a construção desta pesquisa e para a minha formação como Mestre em Geografia.

*Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.
[...]*

Fernando Pessoa

RESUMO

As unidades de conservação (UCs) são áreas com características naturais relevantes, definidas e delimitadas pelo poder público com o propósito de proteger importantes *habitats* e ecossistemas. As Unidades de Conservação, ao serem criadas, levam consigo um modelo instituído de normas e imposições de novas relações políticas e socioambientais que são distintas das territorialidades previamente estabelecidas pelas populações nelas residentes. Com frequência a criação de áreas protegidas, sobretudo as UCs de proteção integral, é acompanhada de conflitos que envolvem múltiplas dimensões (política, econômica, social, cultural e ambiental), uma vez que esses territórios eram ocupados, utilizados ou destinados a usos socioeconômicos. Esta é a situação atual das unidades de conservação federais do município de Boa Nova, o Parque Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre, localizados no sudoeste do Estado da Bahia, que possuem como objetivo básico a proteção dos ambientes naturais do ecótono Caatinga - Mata-Atlântica, sobretudo a Floresta Estacional Semidecidual de Altitude. As UCs de Boa Nova possuem conflitos de caráter socioambientais desencadeados, sobretudo, pelo baixo nível de implementação; por terem a totalidade dos seus territórios compostos por propriedades privadas, amplamente antropizadas pela intensa ocorrência da pecuária extensiva, agricultura, extração de recursos florestais e a cultura de desmatamento e queimadas. Assim, diante da problemática das relações estabelecidas no recorte territorial, esta pesquisa se propôs a analisar os conflitos socioambientais entre a preservação ambiental e os usos dos territórios da conservação de Boa Nova, utilizando-se do aporte da Ecologia Política e da produção de tipologias de conflitos. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, pautada no estudo de caso, levantamento bibliográfico e análise documental. Para a coleta de dados, foram realizadas visitas técnicas de campo, registros fotográficos, observação sistemática com o auxílio do diário de campo e GPS e realização de entrevistas semiestruturadas. Como síntese da análise realizada, foi observado que as UCs de Boa Nova foram criadas por um motivo nobre de proteção da flora e fauna ameaçadas de extinção. Contudo, por se tratar de territórios muito antropizados, com uma população rural altamente dependente dos recursos naturais, a escolha pelas categorias “proteção integral” criou situações conflitivas entre as normas legais e as necessidades socioeconômicas, sobretudo, pela ineficiência financeira do órgão federal gestor para a desapropriação e indenização das terras e implementação das Unidades de Conservação instituídas no território.

PALAVRAS-CHAVES: Unidades de Conservação; Conflito socioambiental; Ecologia Política.

ABSTRACT

The Conservation units (UCs) are areas with relevant natural characteristics, defined and delimited by the government with the purpose of protecting important *habitats* and ecosystems. When established, the protected areas are supported by an instituted model of norms and impositions of new political and socio-environmental relations that are distinct from the territorialities previously established by its own residents. Often the creation of protected areas, especially the UCs integrate protection, is accompanied by conflicts that involve multiple dimensions (political, economic, social, cultural and environmental), since these territories were occupied, used or aimed for socioeconomic uses. This is the current situation of the federal conservation units of the municipality of Boa Nova, the National Park and the Wildlife Refuge, located in the southwest of the state of Bahia, which have as their basic objective the protection of the natural environments of the Caatinga - Mata-Atlântica ecotone, mainly the Altitude Semideciduous's Seasonal Forest. The UCs of Boa Nova have socio-environmental conflicts triggered, above all, by the low level of implementation; for having all their territories composed of private properties, largely anthropized by the intense occurrence of extensive livestock, agriculture, extraction of forest resources and the culture of deforestation and burning. Thus, given the problematic of the relationships established in the territorial cut, this research aimed to analyze the socio-environmental conflicts between environmental preservation and the uses of the conservation territories of Boa Nova, using the contribution of political ecology and the production of conflict typologies. This is an exploratory research, based on case study, literature review and document analysis. For data collection, technical field visits, photographic records, systematic observation with the help of the field diary and semi-structured interviews. As a synthesis of the analysis performed, it is observed that the UCs of Boa Nova were created for a noble reason to protect endangered flora and fauna. However, as these are very anthropized territories, with a rural population highly dependent on natural resources, the choice of the "integral protection" categories created conflicting situations between legal norms and socioeconomic needs, especially due to the financial inefficiency of the federal managing body to the expropriation and compensation of land and implementation of protected areas established in the territory.

KEYWORDS: Conservation Units; Socio-environmental conflict; Political ecology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CATEGORIAS DE MANEJO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC).	30
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO. UCS DE BOA NOVA – BA, 2018.	32
FIGURA 3: TRECHO DA BR 030 SEM PAVIMENTAÇÃO, EM BOA NOVA - BA. ...	34
FIGURA 4: MAPA TURÍSTICO DA BAHIA	35
FIGURA 5: IDENTIFICAÇÃO DOS BLOCOS DO PARQUE NACIONAL DE BOA NOVA – BA, 2019.....	37
FIGURA 6: MAPA DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA – UNIDADES GEOAMBIENTAIS.....	39
FIGURA 7: BROMÉLIAS TERRESTRES ENCONTRADAS NA MATA DE CIPÓ, EM BOA NOVA – BA, 2019.	40
FIGURA 8: TRANSECTO ENTRE AS ZONAS VEGETACIONAIS DE BOA NOVA – BA, 2003/2019.....	41
FIGURA 9: GRÁFICO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA ENTRE OS ANOS 2000 E 2010.....	43
FIGURA 10: EVOLUÇÃO DO IDH DE BOA NOVA – BA (1991 - 2010).	44
FIGURA 11: QUADRO COMPARATIVO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE BOA NOVA -BA, ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2014.....	45
FIGURA 12: QUADRO DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA, ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2017.	47
FIGURA 13: QUADRO DA EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE BOA NOVA, ENTRE OS ANOS. DE 2008 E 2017.....	48
FIGURA 14: TIPOLOGIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	67
FIGURA 15: PÁSSARO COLETADO EM 1817 PELO PRÍNCIPE ALEMÃO MAXIMILIAN ZU WIED-NEUWIED, QUANDO EM PASSAGEM POR BOA NOVA - BA.....	71
FIGURA 16: GRAVATAZEIRO (RHOPORNIS ARDESIACUS (WIED, 1831)) E A CAATINGA DE BOA NOVA – BA, 2006.	75
FIGURA 17: SUGESTÕES ITINERÁRIAS PARA EXCURSÕES NA AGÊNCIA DE TURISMO BIRDING BRAZIL TOURS.	77

FIGURA 18: ROTEIROS PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE BIRDWATCHING NO NORDESTE DO BRASIL, PROPOSTO PELA AGÊNCIA DE TURISMO FIELD GUIDES.....	78
FIGURA 19: UNIDADES PRODUTIVAS E OCUPAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DE BOA NOVA, 2016.....	85
FIGURA 20: COBERTURA VEGETAL NAS ÁREAS DAS UCS DE BOA NOVA – BA ENTRE OS ANOS DE 2010, 2013, 2016.....	87
FIGURA 21: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PRAD DO LIXÃO DE BOA NOVA.	89
FIGURA 22: LIXÃO DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA, SITUADO DENTRO DO PARQUE NACIONAL, NO ANO DE 2019.	90
FIGURA 23: LIXÃO DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA, SITUADO DENTRO DO PARQUE NACIONAL, NO ANO DE 2018.	91
FIGURA 24: FOTOS RETIRADAS DO PRAD DO LIXÃO DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA NO ANO DE 2018.....	92
FIGURA 25: USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA.	95
FIGURA 26: LAVRA DE GRANITO À BEIRA DA BR 030, NO MUNICÍPIO DE BOA NOVA –BA.....	98
FIGURA 27: PLACAS DE LOCALIZAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS.....	100
FIGURA 28: QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO ICMBIO ATIVOS NO PARQUE NACIONAL DE BOA NOVA - 2018.....	102
FIGURA 29: ORGANOGRAMA DA TIPOLOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, COM BASE NOS AUTORES ZHOURI E LASCHEFSKI (2010).	104
FIGURA 30: LAJEDO DOS BEIJA-FLORES, 2014.	106
FIGURA 31: CACTO CABEÇA-DE-FRADE (<i>MELOCACTUS ZEHNTNERI</i> . (BRITTON & ROSE)).....	106
FIGURA 32: FAZENDA DESTINADA À CRIAÇÃO DE SUÍNOS.	107
FIGURA 33: RESQUÍCIOS DA EXPLORAÇÃO MINERÁRIA NA REGIÃO DA CAATINGA..	112
FIGURA 34: MAPA DAS UCS BOA NOVA, EVIDENCIANDO OS ATRATIVOS TURÍSTICOS E AS SUAS LOCALIZAÇÕES.....	113
FIGURA 35: ÁREAS COM POTENCIAL TURÍSTICO.	114

FIGURA 36: CONFLITOS ESPACIAIS E TERRITORIAIS NAS UCS DE BOA NOVA –
BA..... 116

LISTA DE SIGLAS

A.C - Antes de Cristo

ADAB - Agência de Defesa Agropecuária da Bahia

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

Art. - Artigo

BA - BAHIA

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CF - Constituição federal

CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

IBA - Important Bird Area

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização não Governamental

PARNA - Parque Nacional

PCE - Projeto Corredores Ecológicos

PNAP - Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SETUR - Secretaria do Turismo da Bahia

SIBBR - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira

SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UICN - União Internacional para Conservação da Natureza

ZA - Zona de amortecimento

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE SIGLAS	XIV
I. INTRODUÇÃO	18
1.1 DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA NO ÂMBITO GEOGRÁFICO	18
1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	24
1.3 ÁREA DE ESTUDO	31
1.3.1 Atributos Ambientais da Área	38
1.3.2 Caracterização Social e Econômica do Município de Boa Nova	42
1.4 EIXO METODOLÓGICO DA DISSERTAÇÃO	49
1.4.1 Procedimentos da Pesquisa	49
1.4.2 Levantamento bibliográfico e documental	50
1.4.3 Pesquisa de campo	51
II. TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA	54
2.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	54
2.2 O CARÁTER SOCIOTERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ECOLOGIA POLÍTICA	54
2.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	60
III. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DE BOA NOVA ...	69
3.1 ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVAS DA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DE BOA NOVA	69
3.1.1 O Cenário Territorial e a Ocupação do Espaço Antes da Criação das Ucs	79
3.2 ANÁLISE DO CENÁRIO TERRITORIAL E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO ATUAL	81
3.3 PROBLEMAS E CONFLITOS AMBIENTAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA – BA	99
3.3.1 Análise dos conflitos socioambientais dos territórios protegidos	99
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
V. REFERÊNCIAS	125
VI. APÊNDICES	135
V. ANEXOS	149

Capítulo 1



I. INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DA PESQUISA NO ÂMBITO GEOGRÁFICO

Áreas naturais protegidas refletem o contexto histórico da relação entre a sociedade e a natureza. O modelo de desenvolvimento sustentado no meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uso comum, como elemento essencial para prover a qualidade de vida é assegurado pelo Art. 225 da CF/18, e pelas políticas ambientais brasileiras.

A institucionalização política e administrativa da proteção da natureza no Brasil e no mundo se processou de forma lenta e gradual a partir da segunda metade do século XIX, como uma estratégia para controlar a degradação de espécies da flora e fauna (DRUMMONT, et. al, 2010). No século XX, no Brasil, processou-se um avanço relacionado à proteção da natureza, por meio da Lei 9.985/2000, que o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), consolidando um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que regula nas esferas Federal, Estadual, Municipal e no setor privado a criação, implantação e gestão de unidades de conservação.

As unidades de conservação (UCs) são áreas protegidas, definidas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2º fruto do umbu000).

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e ambas refletem percepções da relação homem/natureza, tanto privilegiando a preservação dos recursos, mantendo-os resguardados da ação humana quanto se pautando na perspectiva ambiental da conservação e sustentabilidade. A lei do SNUC definiu a criação de 12 categorias de Unidades de Conservação, nos dois grupos, o de Proteção Integral e o de Uso Sustentável. Nas do primeiro grupo, o princípio fundamental dessa proteção implica em “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 1º) e no segundo, “compatibilizar

a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 2º), (BRASIL, 2000).

Os espaços territoriais protegidos são importantes estratégias governamentais do planejamento ambiental e do ordenamento territorial, muito embora tais espaços no Brasil muitas vezes expressam contradições de ordem política e conflitos de natureza socioeconômica e ambiental, advindos das inadequações entre as normas legais e os usos desses territórios, quando habitados por populações humanas.

Partindo dessas considerações, essa pesquisa tem como recorte territorial as unidades de conservação criadas no ano de 2010, no município de Boa Nova - BA, que se localizam na região semiárida nordestina, no sudoeste do Estado da Bahia, e está inserida na bacia hidrográfica do Rio Gongogi, afluente do Rio de Contas, possuindo como rios principais o Rio Tarugo, Rio das Mulheres, Rio Uruba e Rio Valentim, Rio Preto e Rio da Jiboia.

O Refúgio de Vida Silvestre e o Parque Nacional de Boa Nova são unidades de proteção integral, o que significa dizer que todo o território instituído como área de proteção é controlado por normas restritivas de uso e manejo, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, pois, tem como objetivo básico a preservação da natureza.

Com base no SNUC, o Refúgio de Vida Silvestre e o Parque Nacional de Boa Nova são de Unidades de Proteção Integral. De acordo com o Decreto de criação de nº 12.642, de 11 de junho de 2010, estão os seguintes objetivos para ambas as Unidades, que ocupam um território contíguo: proteger e regenerar os ecossistemas da transição mata-atlântica e caatinga, sobretudo as formações do interior e a mata-de-cipó, que estão ameaçadas de desaparecimento; garantir a manutenção de espécies de aves e mamíferos ameaçados de extinção, especialmente o pássaro *Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1831), conhecido popularmente como “gravatazeiro”; manter e recuperar mananciais de água; possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação, interpretação ambiental e turismo ecológico; e de possibilitar o desenvolvimento científico.

As unidades de conservação de Boa Nova apresentam um limitado nível de implementação, e, por esse motivo, conservam cenários conflitivos por parte do governo, presença humana residente em áreas privadas dentro do Parque Nacional e

funcionamento de atividades incompatíveis com os objetivos das categorias de proteção integral.

Três vertentes presentes na perspectiva socioambiental e política da criação de unidades de conservação serão investigados nesta pesquisa: conservação e preservação ambiental; os impactos ambientais nesses territórios; e os conflitos da presença de populações e seus respectivos usos do território e dos seus recursos naturais nessas as unidades de proteção integral.

Será adotado junto com a abordagem geográfica o aporte teórico-metodológico da Ecologia Política. Essa perspectiva teórica permite analisar a configuração dos ambientes constituídos de elementos naturais e dominados ou geridos por processos políticos e econômicos; e contextualizar a relação dos atores sociais envolvidos no processo de criação das unidades de conservação. O intuito da utilização da Ecologia Política é tomar para estudo as unidades de conservação como arenas de embates dos interesses ambientais, sociais e políticos, além de evidenciar os problemas ambientais resultantes da criação dos territórios da conservação.

Muitos parques nacionais tropicais possuem residentes que vivem ou ganham a vida em propriedades rurais anteriores à criação da Unidade de Conservação. Os gestores, nesse caso, se veem diante de um dilema. O elemento humano é peça chave para o sucesso ou o fracasso de muitos projetos ou políticas de proteção ambiental, sobretudo quando não receberam indenização do seu patrimônio privado, cuja regularização fundiária daquelas de proteção integral é obrigatória e prevista na Lei do SNUC. Em alguns casos, a falta de recursos para o possível reassentamento dos residentes em áreas fora da Unidade, é prejudicado. Em um segundo momento, relativo ao manejo, as UCs são penalizadas com orçamento público inadequado e insuficiente para arcar com as necessidades básicas da manutenção, com exceção das categorias Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, que podem ser constituídas por áreas particulares e por residentes, não sujeitos a desapropriação como aquelas de proteção integral.

Dessa maneira, o desafio dos administradores e dos planos de manejo¹ é a reorientação das burocracias e dos objetivos de preservação estabelecidos por

¹ No art. 2º, parágrafo XVII, da lei do SNUC (9.985/2000) consta que o Plano de Manejo é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o

decreto de criação, a fim de readequá-los às particularidades locais, compartilhando decisões com os atores sociais envolvidos, no intuito de reduzir os conflitos públicos versus privados.

Embora a instituição responsável pela administração das UCs Federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tenha a responsabilidade de manejar uma UC sob a sua administração, vários atores sociais estão envolvidos de inúmeras maneiras nos territórios públicos. Como exemplificação, Borrini-Feyrabend (1997) aponta os diversos atores sociais potencialmente interessados² que podem estar envolvidos no manejo de uma Unidade de Conservação: indivíduos; famílias; grupos organizados na comunidade; autoridades tradicionais locais; autoridades públicas locais prescritas pela legislação nacional; organismos não-governamentais que reúnem diferentes comunidades pertinentes; instâncias do governo local; organismos com jurisdição legal sobre a UC de interesse; instituições governamentais locais e serviços; organizações não-governamentais pertinentes; instâncias dos partidos políticos; organismos religiosos; organizações de interesse nacional; organizações de serviço; associações culturais e de voluntários de várias classes; empresas comerciais e negócios; universidades e instituições de pesquisa; bancos locais e instituições de crédito; autoridades governamentais locais e regionais; governos nacionais; organizações supranacionais com poderes legítimos sobre os países; agências externas de ajuda; pessoal e consultores de projetos e programas pertinentes; organizações internacionais; uniões internacionais.

A participação no manejo das Unidades de Conservação é um elemento capaz de reduzir conflitos entre os diferentes interesses existentes, desse modo é importante que haja boa relação entre o organismo que administra a Unidade de Conservação e os demais interessados. “Não é surpreendente que os conflitos e os mal-entendidos entre a instituição e os residentes locais sejam a causa de algumas das mais sérias falhas do manejo de áreas protegidas” (BORRINI-FEYRABEND, 1997, p. 10).

A lei do SNUC estabelece que toda unidade de conservação deve dispor de um plano de manejo, sua função garante que cada unidade cumpra com os objetivos

seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

² Grupos e indivíduos que tenham um interesse específico pela unidade de conservação.

estabelecidos na sua criação e na definição de novos, orientando gestores e sociedade civil a promoverem manejo adequado da área.

As unidades de conservação de que trata esta pesquisa não dispõem do plano de manejo, desse modo, como proposta para elucidar os conflitos e os impactos socioambientais existentes na área e contribuir com informações para esse documento de grande importância para o bom funcionamento das UCs, a presente pesquisa se apoia na investigação dos elementos e imperfeições administrativas e conceituais geradores de relações conflituosas entre as instâncias/atores envolvidos e os territórios da conservação.

Nesse cenário apresentado sobre a política de conservação da natureza proposta pelo SNUC e do caso específico do Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova e para se compreender a complexidade das relações estabelecidas nesses territórios da conservação, algumas questões foram levantadas, a saber:

- a) Quais os atores sociais responsáveis pela proposta de criação das UCs de proteção integral do Município de Boa Nova – BA, e como se articularam como representantes das forças sociais existentes?
- b) Quais foram os propósitos que levaram a tal ação?
- c) Quais as implicações políticas e sociais relativas à sobreposição do território da conservação em territórios construídos historicamente?
- d) Atualmente os usos efetivos dos territórios das UCs de Boa Nova são compatíveis com as finalidades da categoria de cada unidade?

Assim, na perspectiva de contextualizar o quadro ambiental e suas relações articuladas até aqui, esta dissertação se propôs a analisar os conflitos entre a preservação ambiental e os usos dos territórios da conservação de Boa Nova, juntamente com os objetivos específicos:

- a) Identificar os atores políticos e sociais e investigar os interesses da criação das UCs de proteção integral no município de Boa Nova - BA;
- b) Verificar os usos atribuídos aos territórios das UCs e suas nuances espaciais, econômicas e sociais;
- c) Descrever os conflitos sociais e ambientais presentes na área das Unidades de Conservação;

- d) Avaliar a adequabilidade das categorias das unidades de conservação de Boa Nova- BA de acordo com o cenário atual e o estoque de recursos naturais merecedores de proteção especial encontrado nas mesmas.

1.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O Brasil é o país de maior biodiversidade de espécies e de ecossistemas do planeta, nos seis biomas presentes no território – Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, onde se registra ampla diversificação da flora, da fauna e dos microrganismos. Segundo o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SIBBr³ (2018) a estimativa de espécies existentes no Brasil é de 1,8 milhão, o que significa que o país detém cerca de 15 a 20% de toda biodiversidade mundial, sendo que desse estoque em território nacional 18.932 são endêmicas.

Neste ambiente propício para o desenvolvimento e para a qualidade de vida, as áreas protegidas representam um forte mecanismo por onde as sociedades reagem frente aos problemas ambientais. Embora atualmente o tema da proteção da natureza seja um dos mais recorrentes nos discursos políticos, científicos e da mídia em geral, os esforços dessa iniciativa não são recentes. As ações de gestão da natureza assumem formas diversas de acordo com o tempo histórico e suas respectivas influências culturais.

As primeiras diretrizes promulgadas de áreas silvestres relacionadas a conservação aconteceram na Índia, no século 4 a.C., contendo forte influência religiosa vinculando o sagrado à algumas áreas naturais; no noroeste da China, no século 6 d.C. foram estabelecidas leis de proteção das planícies úmidas; no Oriente Próximo está a evidência mais antiga de área de proteção à caça, datado de 700 a.C.; os enclaves de caça do Império Persa, na Ásia menor, entre 550 e 350 a.C.; a cidade-estado de Veneza com as reservas de javali, em 726; na Bretanha as leis florestais promulgadas no início do século XI; na Rússia, as áreas naturais protegidas estão associadas a criação de florestas e bosques sagrados, que até mesmo a presença humana era proibida (DAVENPORT; RAO, 2002).

³ Iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da sua Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), com suporte técnico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) é o primeiro passo para o Brasil consolidar uma sólida infraestrutura nacional de dados e conteúdos em biodiversidade. (SIBBR, 2018)

A palavra parque é derivada do francês e do inglês “*parc*”, que significa reserva fechada para guarda de animais destinados à caça, que por sua vez, deriva do Germânico “*Parruk*” - área fechada. As primeiras áreas protegidas da Europa, chamadas de Parques, datam da época medieval que se relacionava com o desenvolvimento de atividades de caça e uso econômico, visavam proteger espécies da fauna silvestre e seus *habitats* e destiná-los para o uso exclusivo da classe dominante. Ainda na Idade Média a proteção de espécies exóticas, mesmo que sem utilidade aparente, tornou-se sinônimo de prestígio, assim como a criação de jardins zoológicos tornou símbolos das conquistas coloniais (GASTAL, 2002).

O termo Parque Nacional é herança moderna, advindo dos defensores da criação do primeiro Parque, o de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. Posteriormente, outros Parques Nacionais passaram a ser criados, como o Parque Nacional de Yosemite, no Estado da Califórnia – Estados Unidos, em 1909; o Parque Nacional Banff, o primeiro do Canadá, em 1909; O Parque Nacional de Tongariro, o primeiro da Nova Zelândia, em 1894; e o Parque Nacional de Kruger, na África do Sul, em 1898.

Na América Latina, o México criou sua primeira área protegida em 1894; a Argentina, em 1903; o Chile em 1926. É nesse contexto que se insere a noção de “*wilderness*”, como sinônimo de vida natural selvagem. A área natural protegida nessa perspectiva se destinava a proteção de uma área de beleza cênica, que poderia haver convívio de homens com as espécies vegetais e animais, sob domínio da nação.

Nesse período estava consolidado o capitalismo americano, a urbanização era acelerada e as reservas naturais eram colocadas à disposição da população, para recreação, “onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos” (DIEGUES, 2001, pg. 11).

O “modelo Yellowstone” serviu de base para criação de outros Parques Nacionais destinados à visitação pública em todo mundo. Esses territórios de natureza preservada que não admitia a presença de moradores entraram em conflito com a realidade dos países dos trópicos, em que suas florestas eram habitadas por diversos grupos indígenas e populações tradicionais.

No Brasil, as primeiras iniciativas para a proteção de áreas e recursos datam do período colonial - o regimento do Pau-Brasil, editado em 1605 (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015), motivado pelo anseio da Coroa portuguesa em manter o controle sobre a retirada dos recursos florestais, sobretudo o pau-brasil, apesar de não ter prosperado.

Os espaços territoriais brasileiros demarcados com intuito de preservação da natureza se definiram em 1861, quando foram criadas as Florestas da Tijuca e das Paineiras, no Estado do Rio de Janeiro. No ano de 1961 a Floresta da Tijuca teve o nome alterado para a categoria Parque Nacional do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 50.923, de 06 de julho de 1961, e em 1967, pelo Decreto nº 60.183, de 08 de fevereiro de 1967, passou a ser nomeado Parque Nacional da Tijuca (ICMBIO, 2018). O primeiro Parque Nacional do Brasil foi o Itatiaia, no ano de 1937, abrangendo os municípios do Rio de Janeiro e Minas Gerais (ICMBIO, 2013).

A política de áreas protegidas é atualmente o principal mecanismo de conservação da biodiversidade, contudo é importante salientar que as políticas externas foram importantes meios para definir as políticas ambientais nacionais. A Convenção sobre Diversidade Biológica⁴ (CDB) por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, art. 2, traz a definição de Área Protegida como: “uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (BRASIL, 1994). A União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, em seu documento Directrices para la Aplicación de las Categorías de Gestión de Áreas Protegidas, traz a seguinte definição:

“Un espacio geográfico claramente definido, reconocido, dedicado y gestionado, mediante medios legales u otros tipos de medios eficaces para conseguir la conservación a largo plazo de la naturaleza y de sus servicios ecosistémicos y sus valores culturales asociados” (DUDLEY, 2008, p. 12).

Áreas protegidas são parte do território destinadas a cuidados especiais, englobam as unidades de conservação, mosaicos e corredores ecológicos, espaços considerados essenciais por conservarem a sociobiodiversidade, além de serem

⁴ CDB é um tratado internacional multilateral que trata da proteção e do uso da diversidade biológica em cada país signatário. Foi elaborada sob os auspícios das Nações Unidas, aberta para assinaturas em 5 de janeiro de 1992, durante a Eco-92, e entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993.

provedores de serviços ambientais e geradores de oportunidades de negócios (MMA, 2018). A manutenção dessas áreas reúne estratégias políticas contidas em diferentes instrumentos governamentais ambientais, como no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Cadastro Nacional de UCs, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), além de outros programas e projetos nacionais.

Como dito anteriormente, as unidades de conservação são um tipo de área protegida, definida conforme o art. 2º, inciso I, da lei do SNUC como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As UCs possuem uma abrangência de proteção de bens naturais e suas áreas são delimitadas a partir de estudos técnicos e consulta popular para que as dimensões, limites e atributos naturais estejam de acordo com a categoria em que serão enquadradas, seja de proteção integral ou de uso sustentável. A legislação pertinente (BRASIL, 2000) estabelece que o espaço territorial deve “possuir características naturais relevantes” - definindo-se pelas espécies raras e feições ambientais e paisagens - e, indispensavelmente, ser “legalmente instituído pelo poder público”, desse modo é necessária a confluência de todos os aspectos supracitados para que se defina o perímetro e os objetivos que justifiquem a sua criação.

No contexto histórico das unidades de conservação existem momentos distintos no que tange ao refazimento das leis para adequação das necessidades ambientais das épocas que se seguiam. O Código Florestal de 1934 (Decreto-lei nº 23.793/34) foi a primeira lei brasileira que conceituou Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação Permanente.

Do ano de 1934 ao ano 1964, um ano antes da criação do Novo Código Florestal brasileiro, o país é marcado por importantes mudanças políticas, passou de um país com fortes influências das elites rurais para uma intensa dominação das elites urbano-industriais, principalmente no sudeste. Desse modo, houve de reorganização da política nacional para a inserção no mercado mundial. Contudo, como

consequência surgiram movimentos verdes e ecológicos com a intenção de controlar o avanço depredatório da natureza.

Em 1965, um novo Código Florestal foi redigido (Lei nº 4.771/65), trazendo mudança em relação a divisão conceitual da divisão entre unidades de conservação restritivas ou de uso indireto - que não permitiam a exploração direta dos seus recursos naturais – e não restritivas ou de uso direto - que permitiam exploração (BRITO, 2003).

Em junho de 1972 aconteceu a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, a qual se tornou um grande marco na história da construção das políticas ambientais em todo mundo e o momento inicial da conscientização da população em geral. Os reflexos da Conferência de Estocolmo na política ambiental brasileira foi o incentivo para a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), através do decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, responsável pela execução de ações integradas do meio ambiente. Nos anos posteriores a criação do SEMA houve o incentivo a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº. 6.938/81, destinada a orientação de todas as esferas políticas no que tange a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na legislação ambiental, sendo a primeira das constituições brasileiras a tratar de maneira clara sobre o meio ambiente, mostrando os direitos e deveres da sociedade e da economia em relação à natureza. Ela também elevou o meio ambiente como categoria dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico e fez uma síntese no que tange ao temas ambientais. As posteriores execuções da política ambiental brasileira foi adquirida nesse momento com a CF/88.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (Lei nº 7.735/89), que foi o primeiro passo para a unificação da política ambiental brasileira, tendo como intuito executar toda a política ambiental do país, incluindo a gestão das unidades de conservação.

Atualmente as unidades de conservação são estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que foi concebido de modo a dar maior eficiência ao cumprimento dos objetivos das UCs, no que se refere ao planejamento e administração integrada das UCs Federais, Estaduais e Municipais, para assegurar que amostras de *habitats* e ecossistemas fossem adequadamente representados no âmbito municipal, Estadual e de modo integrado no território nacional.

Antes do surgimento do SNUC as normas referentes às unidades de conservação eram muito peculiares e individualizadas, existindo muitas categorias de manejo sem a devida competência organizativa de uma norma específica, sendo que a criação de muitas delas não se coadunavam com as categorias definidas no ato de criação (BRITO, 2003). Em 2007 a gestão das unidades de conservação deixou de ser competência do IBAMA, quando foram desmembrados alguns setores desse órgão, dando origem ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), pela Lei 11.516/2007. De acordo os argumentos apresentados pela Lei, o ICMBio foi criado para promover maior eficiência e centralidade na execução das ações da política do nacional das unidades de conservação.

A lei do SNUC categoriza as unidades de conservação de acordo com o objetivo de proteção da natureza e são divididas em dois grupos: de uso integral, que visa a preservação e permite apenas o uso indireto dos recursos naturais, e de uso sustentável, que visa compatibilizar o uso dos recursos naturais com a conservação da natureza (Figura 1).

Figura 1: Categorias de manejo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).



Fonte: SNUC, (2000)

Elaboração: Cleane Santos Nunes, 2018.

Analisadas desse modo, os dois grupos de categorias, expressam dicotomia entre conservação, ou uso sustentável, e preservação, contudo na perspectiva da gestão das áreas como um sistema, ambas categorias devem ser complementares (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012). As unidades de uso sustentável, quando próximas ou contíguas às de proteção integral, protegem de maneira mais intensa os fragmentos das zonas de amortecimento (ZA)⁵, onde pode conter alta diversidade biológica e são continuidade de *habitats* das espécies.

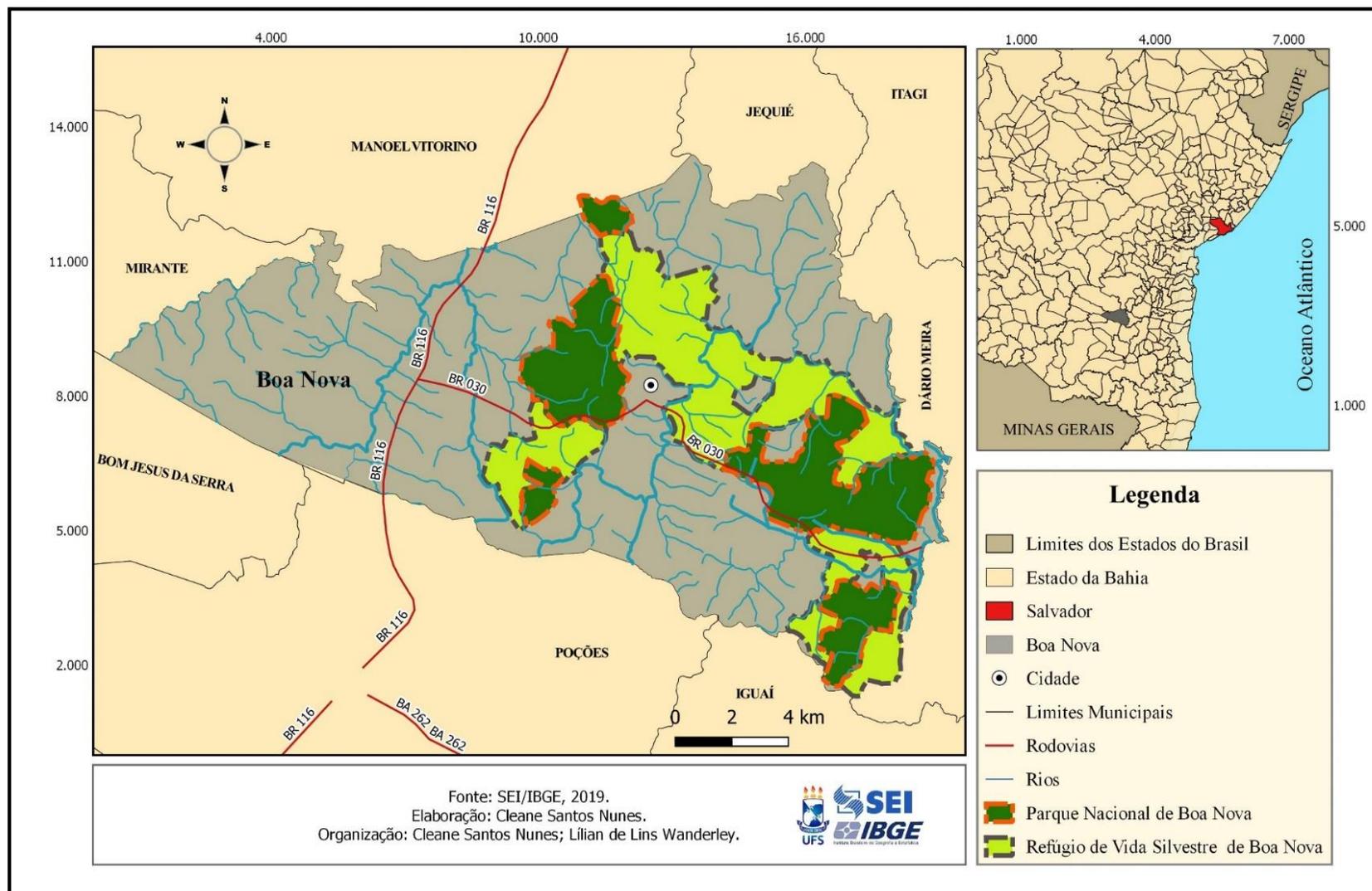
⁵ Entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. (Lei nº 9.985/2000, art. 2º, inciso XVIII).

1.3 ÁREA DE ESTUDO

Este trabalho tem como recorte territorial o Parque Nacional (PARNA) de Boa Nova e o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) (Figura 3) de Boa Nova, que abrangem os municípios de Boa Nova, Manuel Vitorino e Dário Meira, localizados na região semiárida do Nordeste, no sudoeste do Estado da Bahia, bacia do Rio Gongogi que é sub-bacia do Rio de Contas.

As unidades de conservação de Boa Nova foram criadas de modo simultâneo pelo órgão Federal Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), através do decreto presidencial nº 12.642, do dia 11 de junho de 2010, possuindo juntas a área de 27.089 ha., sendo que 12.065 ha. são pertencentes ao Parque Nacional e 15.024 ha. ao Refúgio de Vida Silvestre.

Figura 2: Localização da área de estudo. UCs de Boa Nova – BA, 2018.



Elaboração: Cleane Santos Nunes, 2018.

A extensão das UCs não está exclusivamente no município de Boa Nova, apesar desse município conter 94,6% das áreas protegidas em seus limites. A porcentagem restante se distribui pelos municípios de Manuel Vitorino, com 2,4% e Dário Meira, com 3%. Contudo, a área de estudo privilegiou o município de Boa Nova, pela maior abrangência das unidades de conservação em seus limites.

Boa Nova está localizada a 480 km da capital do Estado, mede 849,538 km² de extensão territorial e possui 15.411 habitantes distribuídos pelas áreas urbana e rural (IBGE, 2010).

O município é seccionado pelas Rodovias BR 166 a oeste e pela BR 030 (Brasília-Maraú), que atravessa as UCs de Boa Nova (Figura 2); pela BA 262 ao sul, e pela BA 130 à leste, que dá acesso a BR 101, via ligada ao litoral, pela cidade de Ilhéus-BA; além de várias estradas vicinais dão acesso a todo território, tornando-as de fácil acesso.

A BR-030 é uma Rodovia Federal radial do Brasil, seu ponto inicial fica na cidade de Brasília - DF e o final no município litorâneo de Maraú – BA. A rodovia apresenta trechos não construídos no Estado de Minas Gerais e na Bahia. No Estado da Bahia no trecho compreendido entre as UCs de Boa Nova a rodovia não é pavimentada e não possui acostamento e sinalização (DNIT, 2019), sendo toda a sua extensão semelhante a uma estrada vicinal, como pode ser observado na Figura 3.

Para se chegar ao município existem estradas asfaltadas a partir de da cidade de Poções – BA ou Manuel Vitorino – BA, inicialmente pela BR-116 e depois pela BR-030. Além de veículos particulares, pode-se chegar a Boa Nova por linhas regulares de ônibus, que ligam diariamente o município a cidades da Bahia O aeroporto comercial mais próximo se localiza a 110 km, na cidade de Vitória da Conquista - BA.

Figura 3: Trecho da BR 030 sem pavimentação, em Boa Nova - BA.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A figura 3 mostra a BR 030, trecho esse que passa pelo o município de Boa Nova e que serve de delimitação geográfica para as UCs, o lado esquerdo da estrada pertence ao Parque Nacional.

Todas as estradas que interceptam ou estão próximas às Unidades de Conservação ou Zonas de Amortecimento, como nesse caso, não podem ser pavimentadas, de modo a conter altas velocidades e limitar o número de veículos em tráfego. Essa condição é uma forma de manter a área natural e a sua respectiva fauna protegidas da grande circulação de pessoas e veículos, a ação de caçadores, acesso indiscriminado de turistas e da poluição causada pelos gases liberados pelos escapamentos dos veículos.

Por essa circunstância, condição da BR 030 dificulta o tráfego de automóveis na área estudada, tornando o seu acesso restrito basicamente às pessoas residentes nas localidades próximas que usufruem de serviços como os de saúde e educação nas zonas urbanas das proximidades.

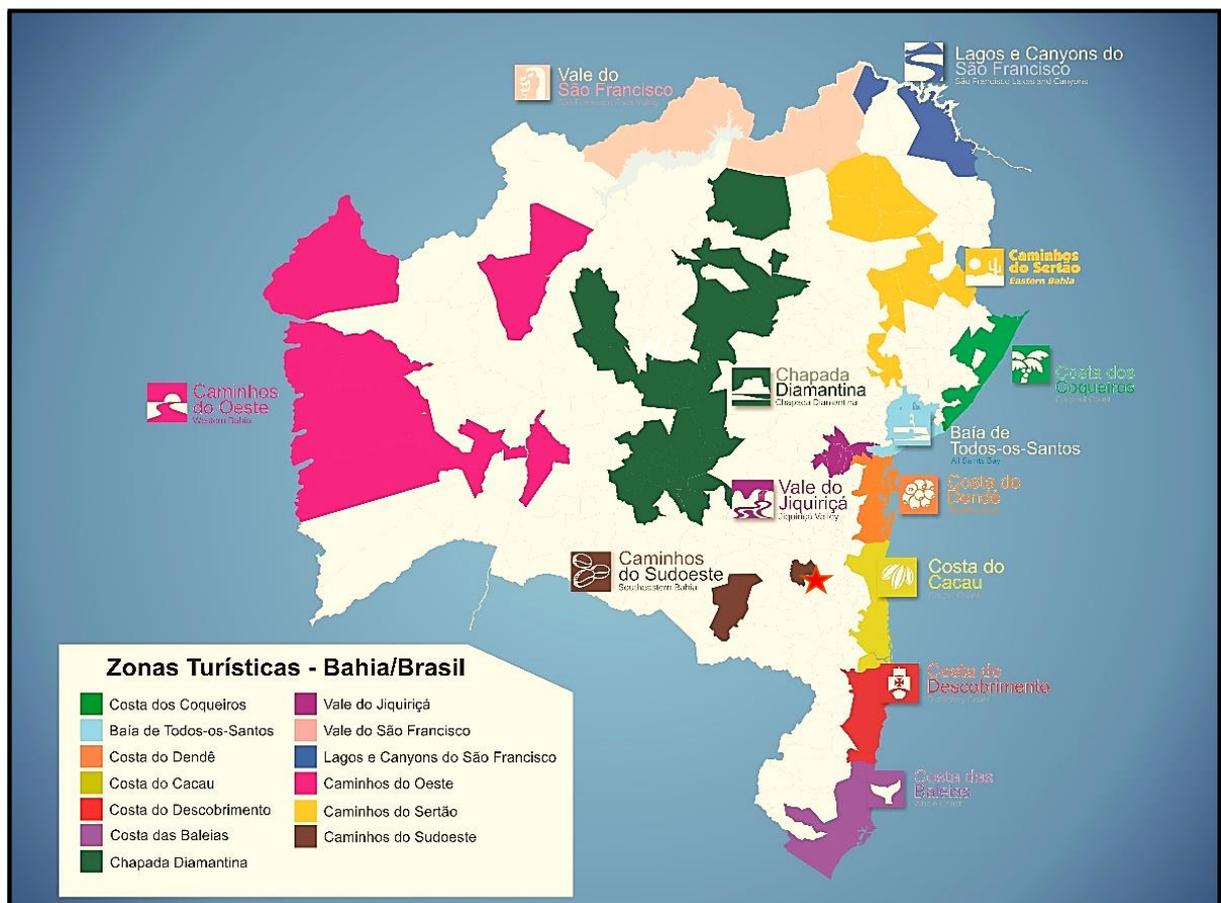
A falta de pavimentação da rodovia limita as chances do PARNA de Boa Nova estar na rota turística do Estado, que atualmente é conhecido basicamente pelo extenso litoral (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê,

Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias) e pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, situado no centro do Estado (SETUR, 2017) (Figura 4).

A figura a seguir representa o mapa turístico da Bahia, elaborado em 2017 pela Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR), a qual é responsável por atualizar o mapa a cada dois anos junto as gestões estaduais e municipais.

Na versão vigente do Mapa das Zonas Turísticas (Figura 4) cabe destacar a inserção dos Caminhos do Sudoeste, com dois municípios em evidência (em marrom), o maior sendo o município de Vitória da Conquista e o menor de Iguai. O símbolo vermelho em formato de estrela mostra a localização de Boa Nova e foi incorporado pela autora desta pesquisa, a fim de mostrar a sua proximidade do então Polo turístico de Iguai.

Figura 4: Mapa turístico da Bahia



Fonte: SETUR (2017). Modificado por Cleane Santos Nunes, 2018.

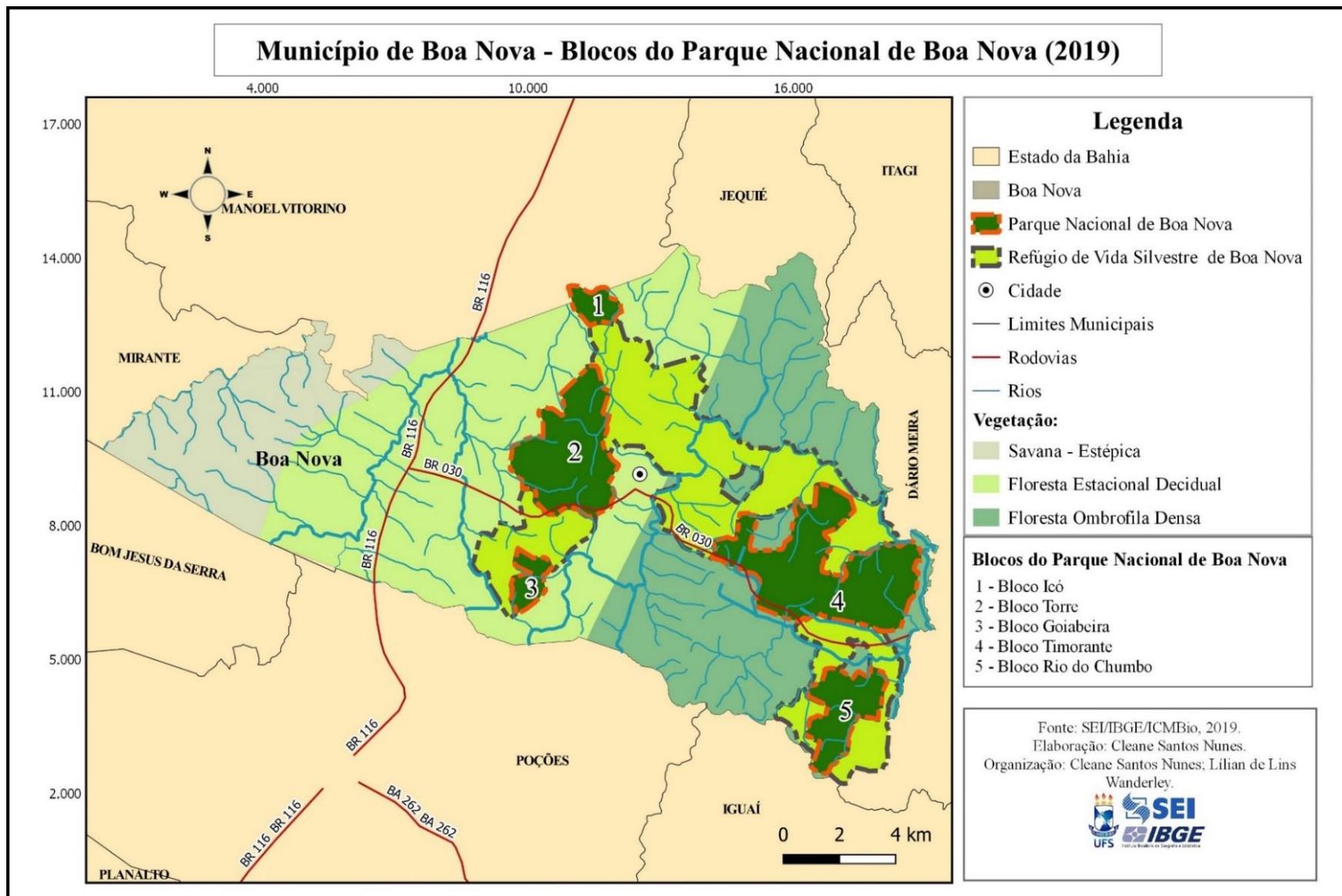
O baixo nível de implementação e incentivo turístico por parte da gestão local e dos órgãos Estaduais e Federais, que será discutido ao longo da pesquisa, além do desprestígio da principal via de acesso, a BR 030, faz com que Boa Nova e as suas UCs não tenham visibilidade no conjunto das rotas de turismo do Estado da Bahia.

As duas unidade de conservação formam juntas um contínuo territorial de proteção integral, sendo que o PARNA e o REVIS são formados por blocos, intercalados entre si, como pode ser observado nas Figuras 2 e 3. O Parque Nacional é composto por 5 blocos separados entre si, que por questões práticas de identificação foram nomeados pela administração do ICMBio como: Bloco Icó, Bloco Torre, Bloco Goiabeira, Bloco Timorante e Bloco Rio do Chumbo (Figura 5).

A caracterização dos polígonos do PARNA como blocos consta no “Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova”, documento realizado pela equipe de gestão da unidade de conservação, no ano de 2016.⁶ O Refúgio de Vida Silvestre não possui denominação oficial dos seus blocos por parte do ICMBio, assim como foi feito no Parque Nacional.

⁶ Documento não publicado

Figura 5: Identificação dos blocos do Parque Nacional de Boa Nova – BA, 2019.



Elaboração: Cleane Santos Nunes, 2018.

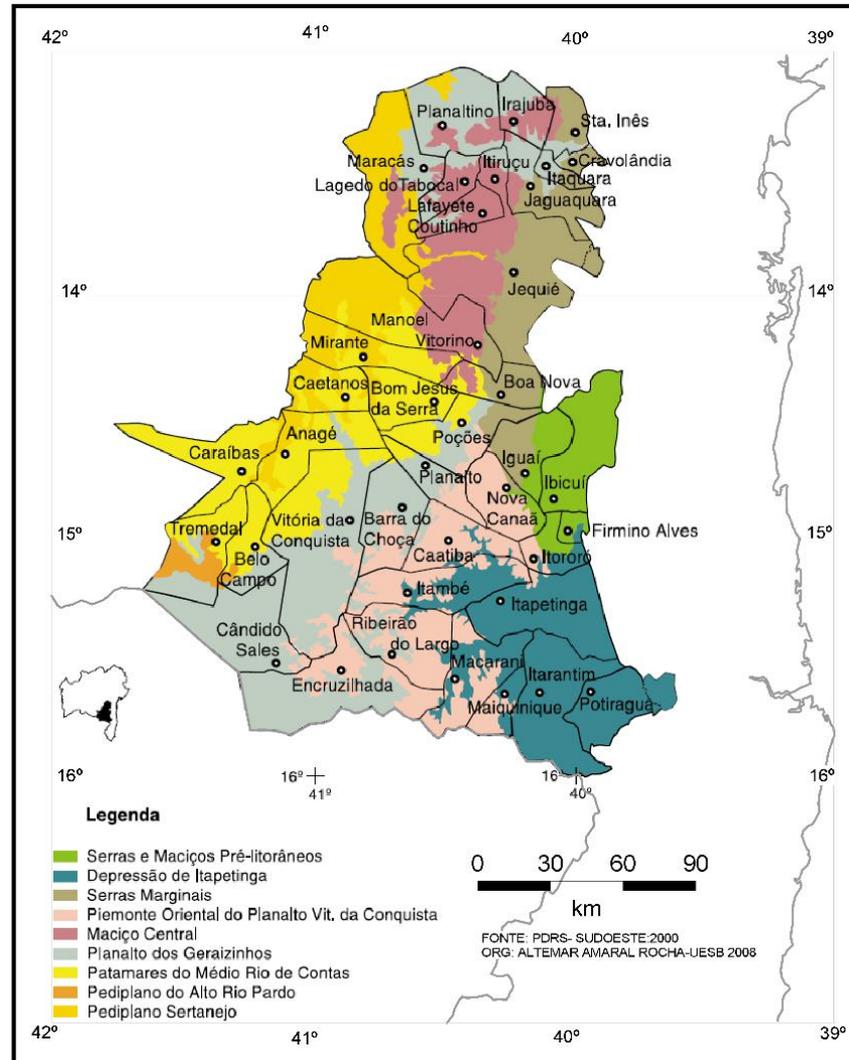
O Parque Nacional corresponde a cerca de 15% do município de Boa Nova. É uma área de preservação do ecossistema de transição entre Mata Atlântica e Caatinga, que, de acordo com o SNUC, Lei 9.985/2000, art. 11, procura conciliar o desenvolvimento de atividades recreativas, educacionais, de interpretação ambiental e realização de pesquisas científicas. O Refúgio de Vida Silvestre, também como categoria de proteção integral, tem o objetivo assegurado no art. 13, parágrafo 1º e 2º dessa lei, garantir condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna local, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que suas atividades de utilização da terra e dos recursos naturais sejam compatíveis com os objetivos da categoria.

1.3.1 Atributos Ambientais da Área

A região sudoeste da Bahia possui o clima sub-úmido a seco, com a presença de relevos planos, solos do tipo Latossolos e vegetação de Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, transição entre Caatinga e Mata Atlântica, denominada de Mata de Cipó (BRANDÃO, 2014).

As terras da região são compostas por um mosaico de unidades geoambientais (Figura 6), das quais se destacam, para a região do município de Boa Nova, o Maciço Central, Patamares do Médio Rio das Contas e as Serras Marginais. A localização aproximada da área de estudo dentro dessas unidades é na porção das Serras Marginais, cujo planalto é resultado do soerguimento dos Domínios de Planaltos Cristalinos (Rocha 2008).

Figura 6: Mapa da Região Sudoeste da Bahia – Unidades Geoambientais.



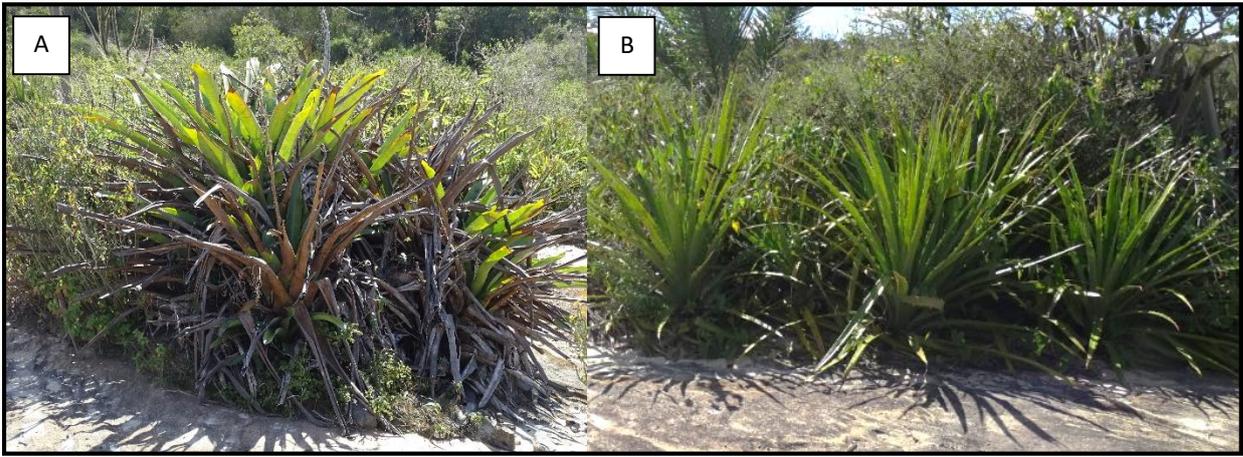
Fonte: PDRS – Sudoeste, 2000.
Organizado por: Rocha, 2008.

A geomorfologia influencia na transição do clima semiárido para o clima úmido e na existência de fisionomias vegetacionais que vão desde a caatinga arborea-arbustiva até às matas ombrófilas submontanas (Figura 8). Entre os cenários dos dois biomas há a formação da vegetação de transição, com a ocorrência do ecótono da Mata-Atlântica–Caatinga, formado pela mata semidecidual, conhecida como Mata de Cipó. Nessa mata há grande quantidade de lianas e de aglomerados de bromélias terrestres, conhecidas também pelo nome de gravatás (Figura 7) (LUIZ, 2010).

A parte leste do município, área do Distrito do Valentim, é cortada pela Serra do Ouricana, onde o relevo é acidentado, destacando os vales encaixados, serras e morros com alta declividade, chegando até 1.200 m de altitude. No trecho da Caatinga, a Oeste, existem morros com altitude que variam entre 550 m. e 650 m. A Serra do

Ouricana desempenha um papel de barreira natural para a contenção da umidade vinda do Oceano Atlântico. Essa característica do relevo influencia no regime de chuvas na região, a média pluviométrica anual varia de 600 a 1500 mm, com maior precipitação à leste, nos meses de junho a agosto e uma menor ocorrência das chuvas na parte oeste, de outubro a março (LUIZ, 2010).

Figura 7: Bromélias terrestres encontradas na Mata de Cipó, em Boa Nova – BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Descrição: (A) Bromélia (*Aechmea* sp. (C.F.Baker.)). (B) Macambira (*Bromelia laciniosa* (Mart. ex Schult. F)).

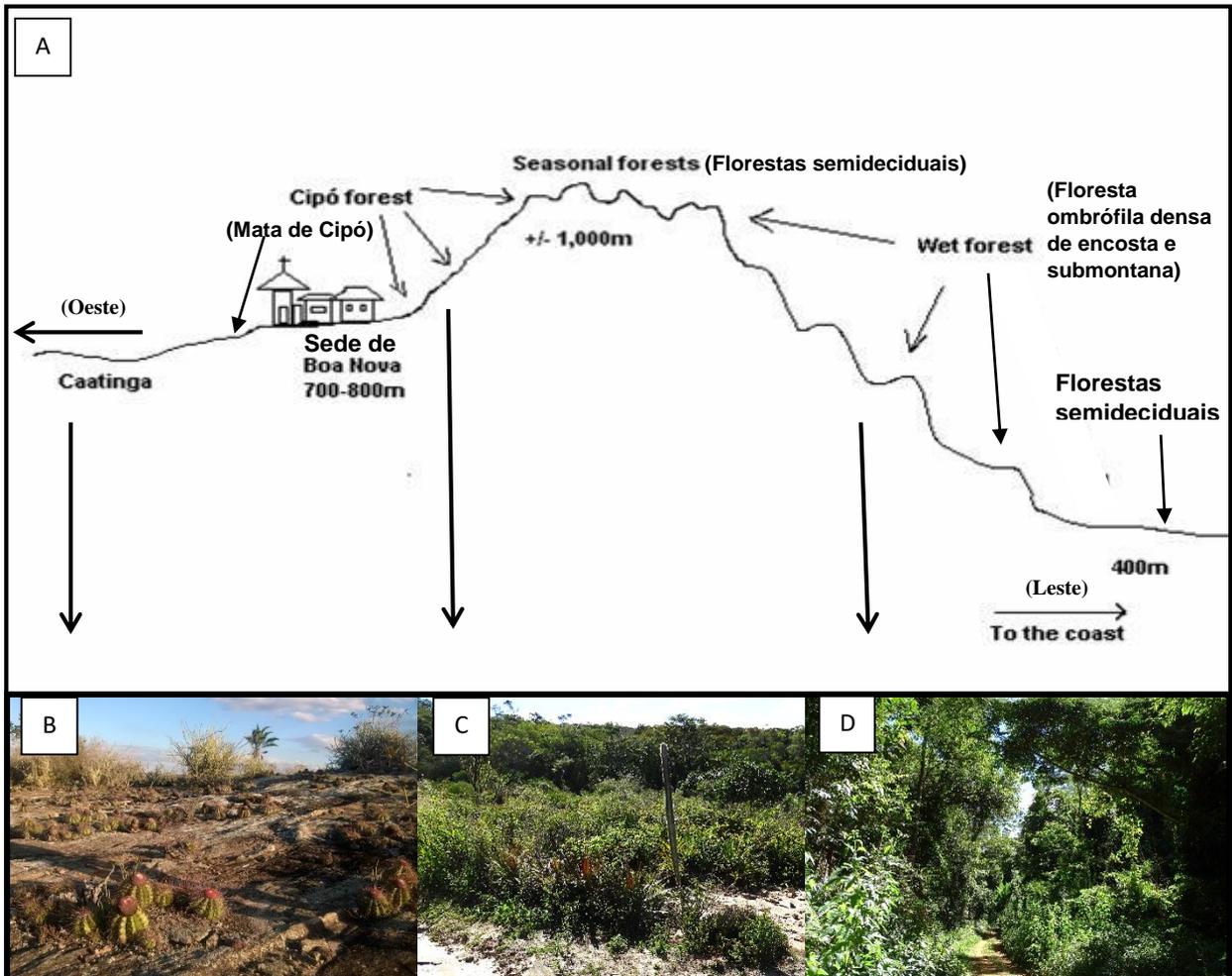
A rede hidrográfica do município de Boa Nova faz parte da sub-bacia do Rio Gongogi, um dos principais afluentes do Rio de Contas, maior bacia situada inteiramente no Estado da Bahia. A região é bastante chuvosa nos trechos da Mata Atlântica e Mata de Cipó, propiciando um ambiente rico em cursos hídricos.

As unidades de conservação abrangem uma área de florestas úmidas à leste da área urbana de Boa Nova, tornando-se gradativamente mais secas em direção a oeste, com as florestas estacionais decíduas, terminado em formações xerofíticas da Caatinga (GOUVÊA *et al.*, 1976), como podem ser observadas nas representações da Figura 8.

Por se tratar de vegetações de transição, de estreita faixa vegetacional, possui alta diversidade biológica, abrigando espécies características dos biomas Mata Atlântica e Caatinga, além de espécies endêmicas (MORSELLLO, 2005). A Mata de Cipó é uma das fitofisionomias mais ameaçadas da Mata Atlântica, com apenas 2,6% de remanescentes preservados, o que significa que há risco de desaparecimento

desse tipo de vegetação, e conseqüentemente na diminuição de espécies endêmicas da flora e fauna. Atualmente encontra-se limitada a pequenos trechos em relação à sua ampla distribuição primária, na extensão do planalto sul baiano (SILVA, 2016).

Figura 8: Transecto entre as zonas vegetacionais de Boa Nova – BA, 2003/2019.



Fonte: Birdlife (2003), (modificado por Cleane Santos Nunes, 2019); Trabalho de Campo, 2019
 Descrição: (A) Transecto entre as três zonas vegetacionais de Boa Nova – BA; (B) A oeste da cidade de Boa Nova: ambiente da caatinga com vegetação cactácea (Foto: Silvia Faustino Linhares, 2014); (C) Ambiente com espécies vegetais da Mata Semidecidual (Mata de Cipó); (D) Ambiente de Mata Ombrófila Submontana.

De acordo com o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova (ICMBio, 2016), foram catalogadas 454 espécies de pássaros nas áreas das unidades de conservação - mais da metade das espécies de aves catalogadas em todo o Estado da Bahia, que ao todo são 829 espécies. A região é o local de ocorrência da ave *Rhoponis ardesiaca* (Wied, 1831), conhecida localmente como Gravatazeiro, um pássaro raro e ameaçado de extinção, endêmico da Mata-de-Cipó. A região é

internacionalmente inserida nas rotas de observadores de pássaros (*birdwatching*), porém o fluxo turístico é pequeno.

A presença da ave Gravatazeiro na região, sobretudo nos limites das unidades de conservação, é um fato de grande importância motivacional para a proteção legal dessas áreas. Embora a ave seja comum em ambientes de Mata de Cipó, essa vegetação se encontra praticamente dizimada, tanto localmente quanto em outras áreas de ocorrência pelo Nordeste brasileiro.

Devido ao valor natural e de vulnerabilidade das espécies da avifauna, sobretudo da espécie *Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1931), e da flora característica do Ecótono, a área territorial de Boa Nova foi identificada no mapa de “Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira”⁷, estabelecido por meio da Portaria 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, com a classificação da área como “Extremamente alta” para a conservação da biodiversidade.

Desse modo, a partir de 2003 foi iniciado no município um conjunto integrado de ações que partiram, inicialmente, dos representantes da ONG SAVE Brasil⁸, envolvendo pesquisa científica, manejo da paisagem, engajamento comunitário, articulação de políticas públicas e educação ambiental voltadas à sensibilização da população para fortalecer a proposta da criação de unidades de conservação na região.

1.3.2 Caracterização Social e Econômica do Município de Boa Nova

O município de Boa Nova possui uma área territorial de 849,538 km², dessa extensão o Parque Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre ocupam 270,89 km², o que se refere a cerca de 30% da área. Contudo, a caracterização social e econômica realizada a seguir contempla a dinâmica de todo o município, pois as UCs, e sobretudo o PARNA, ainda não foram implementados, o que significa dizer que a política de conservação e a limitação do socioeconômico das áreas ainda não ocorre

⁷ “Instrumento de política pública para apoiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, no planejamento e implementação de ações como criação de unidades de conservação, licenciamento, fiscalização e fomento ao uso sustentável (MMA, 2018)”.

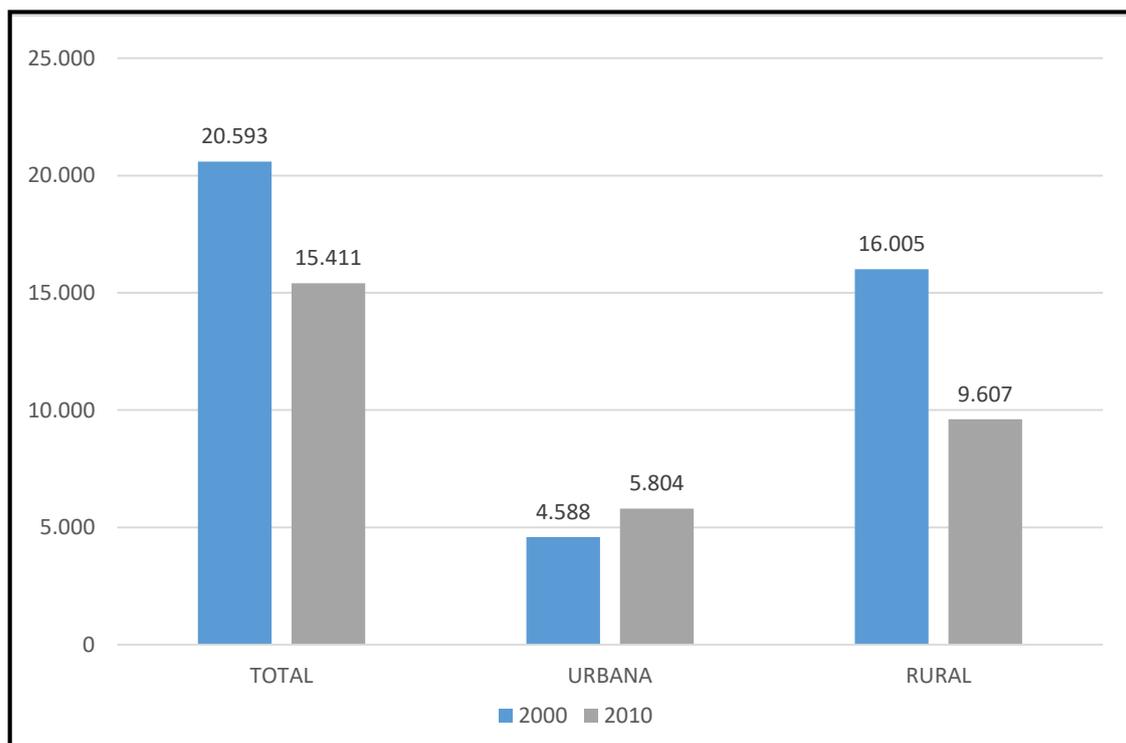
⁸ Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (Save Brasil) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem foco especial na conservação das aves brasileiras. A SAVE Brasil faz parte da aliança global da BirdLife International presente em mais de 100 países (SAVEBRASIL, 2017).

plenamente. Desse modo, os dados apresentados a seguir são provenientes de toda a extensão territorial do município.

O censo demográfico de 2010 mostrou que o município de Boa Nova apresenta uma população permanente de 15.411 habitantes, dividida em urbana, com 5.804 habitantes, e rural, com 9.607 habitantes, espalhados por toda a extensão territorial, tendo uma densidade demográfica de 17,74 hab/km² (IBGE, 2010). A população rural se estende por toda a área, incluindo toda a extensão do Parque Nacional, que contém propriedades rurais em sua totalidade.

A Figura 9 mostra o quantitativo populacional do município com o comparativo dos últimos 10 anos:

Figura 9: Gráfico comparativo da população do município de Boa Nova entre os anos 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

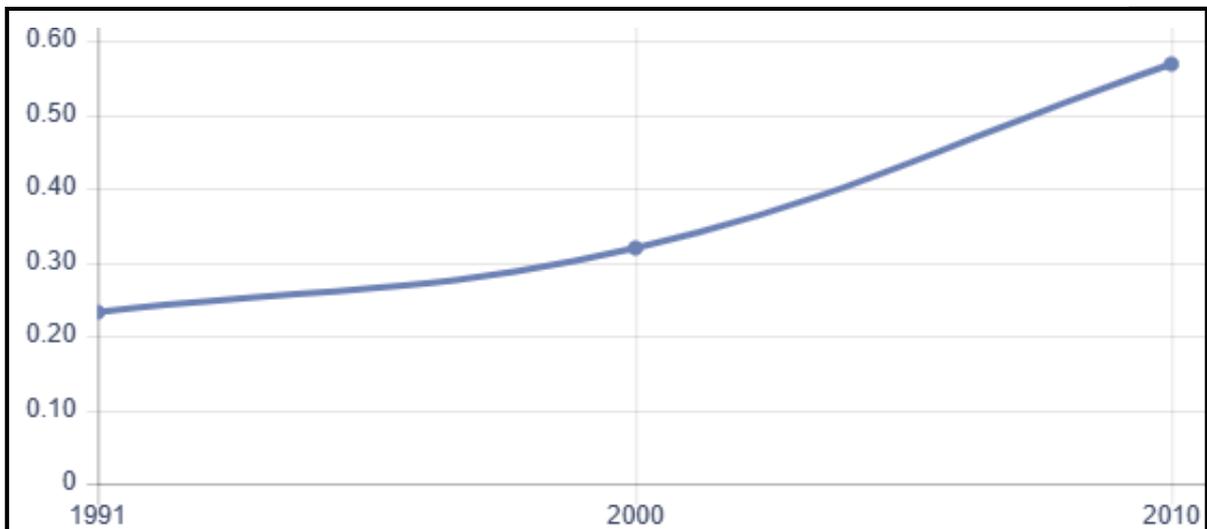
Elaborado por Cleane Santos Nunes, 2019.

Nota-se que a população total de Boa Nova diminuiu cerca de 25% últimos dez anos, assim como é possível perceber que a população urbana teve um aumento considerável entre os anos 2000 e 2010. Segundo o IBGE (2018), a população do município tende à diminuição, pois foi estimado que no ano de 2018 o município tenha

tido o número total de 12.953 habitantes. Atualmente Boa Nova possui 62% da sua população residente na zona rural e 38% da zona urbana.

O município de Boa Nova entre os censos de 1991 e 2000 foi considerado um dos municípios mais pobres do Estado da Bahia, por possuir o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os mais baixos dos 417 municípios baianos. Como é possível observar na Figura 10, em 1991 Boa Nova estava na posição 359º, com o IDH de 0,232, e no ano 2000 foi posição para a 407º, com o IDH de 0,319 (IBGE, 1991; 2000). Em 2010, o município se elevou algumas colocações e foi para 308º, com o IDH de 0,567. (IBGE, 2010).

Figura 10: Evolução do IDH de Boa Nova – BA (1991 - 2010).



Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010).

Em 2010 eram consideradas extremamente pobres pessoas que obtiveram rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70,00 de acordo com os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Na análise das vulnerabilidades municipais realizada pela SEI (2000; 2010), entre os anos de 2000 e 2010, a proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza em Boa Nova, diminuiu de 60,4% para 25,6% da população total.

O mercado de trabalho formal em Boa Nova possui um número limitado de alternativas, uma pequena parcela da população se distribui entre a indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços, administração pública e no trato

direto com a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, como pode ser visualizado na Figura 11 (SEI, 2016).

Figura 11: Quadro comparativo do mercado de trabalho formal de Boa Nova -BA, entre os anos de 2010 e 2014

Mercado de Trabalho Formal (RAIS)						
Setor de atividade	2010			2014		
	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média do trabalhador formal	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média do trabalhador formal
Extrativa Mineral	0	0	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00
Indústria de Transformação	1	2	R\$ 0,00	2	13	R\$ 843,40
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00
Construção Civil	0	0	R\$ 0,00	1	1	R\$ 724,00
Comércio	23	64	R\$ 613,50	29	89	R\$ 973,20
Serviços	4	8	R\$ 3.574,80	5	15	R\$ 3.864,30
Administração Pública	1	551	R\$ 1.001,90	3	717	R\$ 1.317,30
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	16	29	R\$ 523,60	15	39	R\$ 831,40
Total	45	654	R\$ 972,30	55	874	R\$ 1.297,30

Fonte: MTE-Caged/MTE-RAIS, 2010 e 2014.

Elaborado pela SEI, 2016.

Percebe-se um limitado número no estoque de empregos formais no município, em 2010 foram 654 vagas e em 2014 houve o aumento para 874 vagas. Os estabelecimentos que se destacam na oferta de emprego são os setores de administração pública, com o estoque de 717 vagas, o setor do comércio, com 89 vagas e o setor baseado no trabalho rural (agropecuária, extração vegetal, caça e pesca), com o estoque de 39 vagas formais de emprego em 2014.

A indústria, o comércio e os serviços são pouco numerosos em Boa Nova. Na sede do município, as principais fontes de renda regulares são os empregos públicos, além das aposentadorias e os programas de transferência direta de renda, como a Bolsa Família. Por conta disso, a escassez de oportunidades de emprego e renda faz com que os indivíduos procurem por atividades envolvendo a terra e seus recursos naturais.

Em relação às atividades de extrativismo de produtos florestais, o IBGE (2017) identificou a exploração de apenas quatro produtos no município, com valores comercializados extremamente baixos:

- O fruto da palmeira licuri (*Cocos coronata*), com produção estimada de 1 tonelada. Esse é um importante recurso das famílias rurais das regiões secas e pedregosas da Caatinga de Boa Nova. O fruto sustenta animais domésticos, especialmente os caprinos, serve de alimentação para humanos e é também vendido para a indústria de óleos (MORSELLO, 2005).
- O fruto do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), que tem produção estimada de 100 toneladas e é extraído em maior quantidade na região a oeste, área de Caatinga do município.
- A coleta de lenha para venda de forma bruta, tem produção de 10,50 m³; e a – a produção de carvão vegetal, com produção estimada em 1 tonelada. A coleta é realizada por moradores da área rural e urbana e ocorre especialmente na Mata de Cipó, geralmente em propriedades alheias e sem autorização dos proprietários (MORSELLO, 2005). Tanto a lenha como o carvão vegetal tem como destino o consumo próprio, a comercialização para uso doméstico, para fornos de padarias ou para casas de farinha.

A agricultura subsistência desempenha função econômica de destaque em nível local com a comercialização dos excedentes em feiras locais dos produtos banana, melancia, tomate, feijão, milho, mandioca, maracujá, sendo alguns desses produtos destinados ao aproveitamento industrial, como milho, mandioca, cacau, cana-de-açúcar e café, que fazem parte da lista de atividades que no passado ou hoje são importantes fontes de renda do município (Figura 12).

A parte oeste do município compreendida pela Caatinga e Mata de Cipó ainda se dedica à reprodução de gado de corte e caprinos, de forma extensiva e com baixa densidade de cabeças por hectare (Figura 13).

Figura 12: Quadro da evolução da produção agrícola do Município de Boa Nova, entre os anos de 2008 e 2017.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA –ha. plantado– BOA NOVA - BA			
<u>Produto</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2017</u>
Açaí	--	--	5 ha.
Amendoim	--	--	40 ha.
Arroz	--	--	5 ha.
Banana	160 ha.	200 ha.	250 ha.
Batata-Doce	3 ha.	20 ha.	35 ha.
Cacau	485 ha.	495 ha.	352 ha.
Café	160 ha.	160 ha.	40 ha.
Cana-de-açúcar	115 ha.	70 ha.	50 ha.
Coco	--	--	10 ha.
Feijão	170 ha.	600 ha.	490 ha.
Laranja	--	--	19 ha.
Mamona	20 ha.	30 ha.	30 ha.
Mandioca	500 ha.	300 ha.	320 ha.
Maracujá	25 ha.	50 ha.	65 ha.
Melancia	25 ha.	30 ha.	10 ha.
Milho	70 ha.	350 ha.	200 ha.
Tomate	20 ha.	35 ha.	10 ha.

Fonte: IBGE, 2017.

Elaborado por Cleane Santos Nunes, 2019.

As atividades econômicas na porção leste, área com destaque às de florestas úmidas, possuem clima mais úmido e solos mais férteis, sua agricultura inclui pouca variedade em relação ao oeste, mas, com a inclusão das culturas de café e cacau, que desde o ano de 2008 veio sofrendo com o decréscimo no cultivo, (Figura 12). Sobre a cultura do café, Morsello explica que:

Em décadas passadas, o café era a cultura mais importante da região de Boa Nova, mas encontra-se atualmente estagnada devido aos baixos preços do produto no mercado mundial. Essa redução na atividade cafeeira refletiu-se no comércio do núcleo urbano de Boa Nova, com o fechamento de lojas e agências bancárias. (MORSELLO, 2005, p. 230).

O cacau e a mandioca se desenvolvem com maior intensidade na porção sudeste de Boa Nova, com destaque para o povoado de Valentim, que possui o clima mais úmido da região e originalmente coberta por florestas ombrófilas densas.

A mandioca está entre as culturas com maior destaque na produção no ano de 2017, apesar de ter sofrido um decréscimo quando comparado com o ano de 2008.

Figura 13: Quadro da evolução da pecuária no Município de Boa Nova, entre os anos. de 2008 e 2017.

EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA/ por cabeças – BOA NOVA - BA			
<u>TIPO</u>	<u>2008</u>	<u>2010</u>	<u>2017</u>
Bovino	27.000 cabeças	23.668 cabeças	19.432 cabeças
Caprino	2.187 cabeças	1.510 cabeças	1.278 cabeças
Suíno	5.879 cabeças	996 cabeças	6.221 cabeças

Fonte: IBGE, 2017

Elaborado por Cleane Santos Nunes, 2019.

A produção de gado bovino, caprinos e suínos é de pequena dimensão, com decréscimo da produção dos bovinos e caprinos, de criação extensiva, entre os anos de 2010 e 2017, período marcado pela criação das Unidades de Conservação, que em termos legais buscam controlar o índice de desmatamento, inclusive para criação de animais. Não há estudos que comprovem essa relação, mas que a criação UCs tenha causado o limite ao crescimento agropecuário pode ser inferido pelos dados da Figura 13.

Nas regiões leste e sudeste do município são mantidos pastos para aluguel nos períodos de estiagem, o que incentiva a criação dos rebanhos em qualquer área de Boa Nova (ICMBIO, 2016). Tal fato causa preocupação aos órgãos do meio ambiente, sobretudo ao ICMBio, órgão federal que gerencia as UCs do município, pois considerando o baixo nível de implementação das UCs, a intensa movimentação desses animais influenciam diretamente na expansão da degradação da vegetação.

Existe na parte leste do município propriedades rurais destinadas à criação intensiva de suínos, uma delas especializadas na reprodução de suínos para engorda e posterior comercialização em grande escala (ICMBIO, 2016). Nota-se que no ano de 2008 a criação de porcos se destacou com a quantidade de 5.879 cabeças, contudo em 2010, ano da criação das UCs, e houve um considerável decréscimo, baixando o número para 996 cabeças. Contudo, de 2010 até o ano de 2017 esse número aumentou significativamente.

A criação intensiva de suínos que se destaca no município acontece em área de Parque Nacional. Apesar da geração de renda para o município devido a sua dimensão, essa atividade dentro de uma área protegida gera impactos sobretudo de poluição e contaminação de rios (ICM BIO, 2016).

1.4 EIXO METODOLÓGICO DA DISSERTAÇÃO

1.4.1 Procedimentos da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com aplicação de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como entrevistas semiestruturadas, georreferenciamento de pontos na área de estudo, observação sistemática, pautada em estudo de caso (YIN, 2001), e realização de amplo estudo bibliográfico.

Os procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa são de caráter qualitativo, baseando-se na “compreensão e na interpretação dos fenômenos, a partir das suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores” (SILVA; MENDES 2009, p. 207).

A aquisição de dados primários com os sujeitos investigados foram baseados na pesquisa participante, ou pesquisa ação, tendo como finalidade a obtenção de resultados socialmente relevantes ao contexto investigado. Esse é um tipo de pesquisa empírica, que “se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa” (GIL, 2008, p. 31).

Foram realizadas observações e registros fotográficos do meio rural situado dentro das UCs e entrevistas semiestruturadas, que se trata de um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, em que existem questões pré-definidas, mas que de acordo com o direcionamento do diálogo, tais questões poderão ser adaptadas.

Na área das UCs de Boa Nova foram realizadas visitas para identificação dos impactos e conflitos socioambientais advindos dos usos dos territórios da conservação pelos moradores residentes no interior das unidades e das práticas de gestão, manejo e fiscalização incompatíveis com os objetivos das UCs.

A entrevista semiestruturada tem como característica básica tornar o diálogo espontâneo e flexível, havendo a possibilidade de improvisar novas questões para além das pré-estabelecidas ou retirar aquelas em que no contexto da conversa não se fazem mais necessárias. Também são características dessa modalidade de entrevista a combinação de questões abertas ou de múltipla escolha e a utilização de recursos visuais ou auditivos ao longo da entrevista (KENOBY, 2017).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os atores sociais responsáveis direta e indiretamente pelas UCs, com o objetivo de se obter respostas sobre o modelo de gestão e identificação de impactos ambientais causados pela ação antrópicas.

As correlações espaciais foram realizadas com o auxílio de ferramentas computacionais, a partir do uso do software de mapeamento QGis 3.4.9. Já a verificação dos espaços territoriais identificados como pontos de conflitos dentro das UCs foi realizada através de pesquisa de campo, para auxiliar na atualização e interpretação das informações. Desse modo, as observações realizadas durante a visita à área de estudo foram anotadas em diário de campo e o posicionamento geográfico feito com o uso do GPS Garmim Etrex 10, cujos pontos coletados representam os conflitos e impactos socioambientais para mapeamento qualitativo, como áreas degradadas por atividades antrópicas como atividades agrícolas, desmatamento, queimadas, canais hídricos com poluição ou em situação de risco.

1.4.2 Levantamento bibliográfico e documental

A pesquisa parte de uma revisão sobre o estado da arte de estudos baseados em conflitos socioambientais em unidades de conservação e na perspectiva de análise denominada ecologia política, baseando-se em teses, dissertações, relatórios de empresas e órgãos públicos, alguns deles de divulgação restrita.

Os dados socioeconômicos sobre o município de Boa Nova foram coletados nos sites governamentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000; 2010) e no Sistema Estatístico de Informações Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010; 2015; 2016).

Foram analisados documentos oficiais da política da conservação ambiental que fundamentam a criação de unidades de conservação do território nacional, com destaque para o documento de diretrizes de áreas protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (DUDLEY, 2008), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Constituição Federal do Brasil - CF de 1988, o Código Florestal (Lei 12.651/12), a Política Nacional do Meio Ambiente - (PNMA), (Lei N° 6.938/1981), o Plano Nacional de Áreas Protegidas – (PNAP), (Decreto N° 5.758/2006) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985/2000). Além de Leis, Decretos e Portarias que regulamentam a política de proteção ambiental no Estado da Bahia e normas e diretrizes específicas da criação, gestão e manejo das unidades de conservação em contexto.

1.4.3 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo teve início com o levantamento preliminar de dados junto ao ICMBio, localizado na cidade de Vitória da Conquista – BA, pois não há escritório desse órgão no município de Boa Nova – a cidade de Vitória da Conquista está a 110 km de Boa Nova; e também junto à organização SAVE Brasil, que possui um representante no município de Boa Nova. Tal levantamento teve como objetivo buscar por documentos não publicados, como os estudos técnicos para a criação das unidades de Conservação, atas de registro das reuniões do Conselho Gestor e o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova.

Para a obtenção de dados primários foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados: diário de campo, câmera fotográfica Câmera Semiprofissional Fujifilm M.finepix S2800 Hd 14m.18x, GPS Garmin, e entrevistas semiestruturadas.

As observações sistematizadas seguiram o roteiro a seguir:

ROTEIRO PARA OBSE RVAÇÃO SISTEMATIZADA NAS UCS

Nome da UC:

Localidade visitada:

Descrição do ambiente:

- a. Infraestrutura existente;
- b. Áreas de lazer;
- c. Ocupação/propriedades particulares;
- d. Principais usos atribuídos ao território;
- e. Aspectos fitogeográficos (situação da vegetação existente);
- f. Ações Impactantes e Impactos ambientais;
- g. Outras informações relevantes.

Nas entrevistas foram seguidos roteiros de perguntas com questões abertas e as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas ao Gestor do Parque Nacional - funcionário do ICMBio, ao Diretor do Meio Ambiente de Boa Nova e aos representantes das ONGs SAVE Brasil e Instituto Adroaldo Moraes (IAM).

A entrevista com o gestor do ICMBio permitiu obter informações administrativas e operacionais, de modo a conhecer a realidade e comparar as mudanças após a criação das unidades no Município. Os questionamentos levantados versam sobre os seguintes aspectos: a criação e implementação das unidades de conservação; o quadro fundiário; o quadro de funcionários; vulnerabilidade e impactos ambientais; parceria com entidades; projetos com a comunidade; pesquisa científica; recursos financeiros; plano de manejo.

O roteiro de entrevistas para o Diretor do Meio Ambiente do Município de Boa Nova foi direcionado para o envolvimento do poder público local no processo de criação das unidades de conservação, participação em relação à gestão e manejo, existência de projetos ambientais do município e questões sobre conflitos, preservação e envolvimento da prefeitura local.

Já a entrevista com os representantes das ONGs continha questionamentos voltados para investigação do nível de influência, interesse e envolvimento social e político no momento de criação das unidades de conservação, bem como os projetos ambientais desenvolvidos pelas organizações junto à comunidade.

Capítulo 2



II. TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

2.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

As áreas protegidas nesta pesquisa são concebidas sob a perspectiva socioambiental, com base na ecologia política, utilizando-se da categoria território para apreensão das racionalidades, normas e práticas conflituosas nas arenas políticas, sociais e ambientais das unidades de conservação.

A abordagem teórico-metodológica está assentada na ideia de Acserald (2004, p.7), quando é inferido que “não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois se trata de pensar um mundo material socializado e dotado de significados”, bem como nos pressupostos de Little (2001; 2006), quando traz as suas considerações sobre os embates entre grupos sociais e os ambientes naturais, denominando-os de conflitos socioambientais. É salientado pelo autor (LITTLE, 2006), que os conflitos socioambientais das últimas décadas se tornaram elementos centrais do campo de estudo da ecologia política, porém a investigação nessa área não deve se restringir à dinâmica de uso recursos naturais, mas se voltar para questionamentos tais, como os seguintes: quem usa os recursos naturais? Quando? Por quais razões? A que preço? Com quais impactos?

2.2 O CARÁTER SOCIOTERRITORIAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ECOLOGIA POLÍTICA

As áreas protegidas constituem formas particulares da presença do Estado no meio natural, definindo e delimitando os territórios e os gerenciando com base nos princípios e diretrizes da proteção e da conservação ambiental. As categorias das unidades de conservação são modos particulares de administrar e gerir áreas naturais, que em alguns casos visam a proteção dos elementos naturais e sua conciliação aos usos antrópicos.

As áreas protegidas não dizem respeito puramente à política ou ao domínio humano sobre a natureza, nem mesmo aos aspectos do mundo natural ou da natureza selvagem, como infere Diegues (2004). O conceito de áreas protegidas permite vieses

múltiplos de abordagens, pois se trata da natureza em conjunção com os aspectos políticos, territoriais e sociais. Nesse caso, não estamos diante da natureza, mas de uma proposta relativa ao seu uso, demarcações, normatizações, mediações, apropriações e formas de gestão.

Em termos teóricos, essa abordagem traz para análise as relações contraditórias e conflitantes que derivam da política de proteção da natureza em forma da criação de unidades de conservação. Utilizando-se do conceito de território é possível apreender essas Unidades como construções que se dão por meio de racionalidades, projetos, regras, práticas resistências, conflitos e decisões (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2012, p. 76)

Baseando-se na perspectiva das áreas protegidas como *locus* das relações de poder entre diversos atores sociais, a categoria território é instrumental, ajudando a compreender as relações socioespaciais e ambientais que se processam entre interesses distintos numa base material comum. A categoria território, fundamentada na sociologia econômica de Neil Fligstein (2001) sobre os estudos territoriais, se apoia na ideia de “campos” ou “arenas”, capaz de defrontar atores sociais com motivações distintas no processo de interação socioterritorial. Assim, o estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem não só é um convite às análises empíricas bem fundamentadas sobre sua constituição [...], mas abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizados (ABRAMOVAY, 2006, P. 15)

O poder é o articulador dos territórios, e esse se configura de acordo com os interesses de atores distintos que atuam sobre eles. Nesse sentido, o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

O território é consolidado por relações de poder e dominação no espaço, mas, afinal, “por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?” (SOUZA, 2003, pg. 88). Os motivos estão associados ao substrato espacial material, bem como aos significados políticos, econômicos, sociais e culturais atribuídos ao lugar num determinado contexto histórico. O poder juridicamente instituído sob a égide do Estado é, essencialmente, a expressão da política de criação

das unidades de conservação, já que elas são normatizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei 9.995/2000, que tem por intuito criar e gerir áreas com características naturais relevantes e normalizá-las sob usos de proteção integral ou sustentável.

Os limites e os recursos de um território estão diretamente ligados à sociedade e aos atores que os formaram e ao modo que seus componentes se inter-relacionam social e economicamente. De acordo com Abramovay (2006, p. 03), “territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução”. Os indivíduos ao longo do processo de reprodução social, nos locais onde constroem suas vidas e desenvolvem relações de produtividade com a terra e com populações em seu entorno, estabelecem vínculos identitários na construção do território, ou seja, fundamentam as suas territorialidades. As unidades de conservação ao serem criadas levam consigo um modelo instituído de normas, imposições de novas relações políticas e sociais, que são distintas das territorialidades ali previamente estabelecidas.

A definição de áreas protegidas para a preservação ambiental põe quase sempre em atrito pontos de vista que se contrapõe no espaço, como por exemplo a necessidade da conservação da natureza e dos seus recursos versus os usos já estabelecidos no lugar. O objeto de controle e domínio do Estado, por meio das políticas públicas ambientais demarca e limitam recursos, pessoas ou impedem certos usos e ações. Não necessariamente o princípio da territorialidade implica em exclusões ou conflitos em relação a territorialização, contudo neste contexto da discussão há divergências de princípios, pois a preservação e o uso socioeconômico da natureza são divergentes. (HEIDRICH, 2009).

O sentido socioambiental dos territórios da conservação concebidos e criados pelo poder público e dominados e disputados por atores sociais⁹ tem pouco espaço no senso comum e na percepção popular. Conceber tais territórios da conservação da biodiversidade dissociados do seu ambiente social é ignorar a dimensão humana dos objetivos das políticas atuantes, bem como a presença dos grupos sociais

⁹ “Os atores sociais podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação” (NASCIMENTO, 2001, p. 95)

tradicionais ou não tradicionais e seus modos de sobrevivência por meio da apropriação e usos dos recursos.

Na década de 1960 emergiu a necessidade de novos padrões de relacionamento com os recursos naturais, ocasionada pelo crescimento econômico, pela industrialização e urbanização. A relação entre o desenvolvimento econômico e o limite no uso dos recursos naturais, em vista da crise ambiental, evidenciada nessa mesma década, a qual suscitou a necessidade de mudança dos elevados padrões de consumo, tornou a discussão ambiental um caso político.

A partir da década de 1980 se fortalece um campo teórico de discussões políticas sobre os conflitos ecológicos distributivos ou conflitos socioambientais resultantes da crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais denominado Ecologia Política. De acordo com Little (2006), esse campo emergiu como uma área de investigação acadêmica, combinando as inter-relações que as sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes físicos, e utilizando-se de conceitos da economia política, que analisa as relações estruturais de poder entre as sociedades.

É um campo teórico e de ação política em resposta à crise ambiental, além das propostas de conservação da natureza promovidas pela organização civil de proteção da natureza conhecida por União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), criado em 1948, e de políticas de gerenciamento do meio ambiente, lançado após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida por Conferência de Estocolmo, em 1972. Mesmo se pautando nos fundamentos da sustentabilidade, esse campo de estudo parte da análise das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e das lutas sociais para a apropriação da natureza, ou seja, um campo de controvérsias sobre os modos de entender as relações entre a humanidade, a natureza e as estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2015).

A ecologia política passou a se consolidar como abordagem teórica a partir de estudos de caso locais, pautados em diálogos transdisciplinares como a geografia, a ecologia e a antropologia, que tratavam das relações sociedade-natureza e desde

então tem se estendido a níveis nacionais e internacionais. Segundo Martínez – Alier (2007, p. 113):

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos.

Por se tratar de uma perspectiva teórico-prática, a ecologia política está sendo construída por intermédio de um novo pensamento crítico e por ações calcadas na política frente aos conflitos ambientais. Para tanto, são utilizados conceitos e termos existentes noutras disciplinas, correntes de pensamentos, ética, comportamentos e movimentos sociais, afim de colidir e confluir as ramificações ambientais e ecológicas desse campo de estudo à compreensão das dinâmicas econômicas e de poder da sociedade e dos territórios (MARION, 2016).

Grande parte do desenvolvimento da Ecologia Política foi elaborado no hemisfério Norte, onde se concentram espaços agrários de populações tradicionais, incluindo camponeses e indígenas que resistiram na luta para a reconstrução de seus territórios. A ecologia política emerge na América Latina enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, de suas estratégias de emancipação para a descolonização de conhecimento, reinvenção de territórios e reapropriação da natureza (PORTO-GONÇALVES & LEFF, 2015).

A mobilização na Geografia relacionou-se com as políticas de territorialidades e com os movimentos socioambientais guiados por princípios de autonomia política e identidade cultural para a reapropriação da natureza. Alguns exemplos são apontados por Leff (2015, p. 38) sobre diálogo entre teoria e prática da Ecologia Política:

[...] pela defesa da ecologia de subsistência dos índios Miskitos na Nicarágua (Nietschmann, 1973), as reservas extrativistas dos seringueiros no Brasil (Porto-Gonçalves, 2001) e o *processo das comunidades negras* na Colômbia para a apropriação de seus territórios de biodiversidade (Escobar, 2008). Um grupo de trabalho em políticas ecológicas foi criado no ano 2000, dentro da América Latina, o Conselho de Ciências Sociais (CLACSO) para desenvolver este campo de investigação crítica (Alimonda, 2002; 2006). Uma questão decisiva para a ecologia política na América Latina é o choque de estratégias entre a exploração tecno-capitalista da natureza e da cultura de reapropriação do patrimônio ecológico e étnico territórios dos povos.

As formas de intervenção antrópica na natureza que geram impactos, riscos ecológicos e conflitos socioambientais inspiraram novas estratégias conceituais que alimentam esse campo de estudo. A ecologia política incorpora questões ecológicas na compreensão das dinâmicas econômicas e de poder da sociedade e dos territórios.

Os conflitos socioambientais resultam da disputa pelos recursos naturais ou serviços ambientais que, de acordo com Little (2001, p. 107), são definidos como "disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio natural". Na perspectiva de Martínez-Alier (2007), os conflitos ecológicos distributivos ou socioambientais são resultantes da disputa pelos recursos naturais ou serviços ambientais, sejam eles comercializados ou não.

Não raro, as unidades de conservação encontram-se envolvidas em conflitos socioambientais de origem diversas, em vista de limites e restrições ao uso da terra impostos às populações tradicionais ou não tradicionais, que vivem no interior das áreas protegidas, pelo sistema de criação e de gestão dessas Unidades. Desse modo,

[...] as unidades de conservação são antes de tudo examinadas como territórios de exercício de poder habitados por grupos sociais com identidades territoriais, símbolos e marcas distintas, já existentes ou (re) inventadas (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2012, p. 76).

Nas últimas décadas a criação das unidades de conservação em sobreposição à territórios e territorialidades aguçam no cenário nacional conflitos que envolvem aspectos sociais, condições históricas de uso dos espaços e a apropriação dos recursos locais.

São entraves políticos associados à legalidade da criação das áreas protegidas e à ineficiência administrativa dos órgãos gestores frente às ações antrópicas que se contrapõem aos objetivos das categorias, permeados por relações ecológicas quando envolvem a preservação da biodiversidade, contraposta às atividades sociais e produtivas que degradam o ambiente.

A maneira como vem se dando a relação entre esses fatos têm produzido fenômenos geográficos conflitantes, que começam na definição de categorias, crescem com a permanência ilegal das populações nessas unidades de conservação, principalmente nas de proteção integral, pela dificuldade financeira dos órgãos

públicos para regularização fundiária e culminam com as desapropriações de terras e alienação de bens de valor material e imaterial.

Nos territórios da conservação as relações de poder sobre a distribuição dos direitos ecológicos e do acesso aos recursos são advindas de lutas sociais para apropriação da natureza. O poder hierarquizado dos atores sociais envolvido no cenário ambiental das UCs produz áreas de influências política e social nos territórios. Por meio do suporte da ecologia política os conflitos sociais abrem caminhos para novas discussões de projetos ou meio em que a construção dos territórios da conservação se façam dentro da alternativa de um meio ambiente racionalmente equilibrado, capaz de ponderar os atores, aspectos e elementos que o compõe.

2.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Na segunda metade do século XX a mística ambiental alcançou uma dimensão global, que em décadas anteriores era tratado com um enfoque minimalista e que a partir de então coleciona problemas a serem resolvidos e conflitos a serem minimizados. Está constituída a “questão ambiental”, termo que começa a cair em desuso vinte e cinco anos depois, num revisão terminológica associada à emersão de procedimentos, avanços tecnológicos, vivencias sociais e regulamentações jurídicas e tácitas. Assim é que a dita “questão ambiental” se instala no mundo moderno no momento em que o sistema produtivo exige maior demanda por recursos da natureza para atender às necessidades do sistema econômico, somando a isso as mazelas da poluição e o desmatamento em suas mais variadas formas (Wanderley, 1998).

No Brasil essa concepção se depara com o velho paradigma da depleção e dos demasiados excessos em se tratando do meio ambiente, gerando custos ecológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

O campo ambiental se constitui no âmbito histórico das lutas sociais por apropriação de recursos e do próprio território. Leite Lopes (2004) argumenta que este campo também se vincula às disputas de poder pelos recursos e territorialidades, num repertório de práticas discursivas, como argumentos, valores, representações,

atribuição de causalidades e remissões a uma “ordem natural” de referência, dentre outros.

Este é o caso de disputas por apropriação dos rios entre populações ribeirinhas e grandes projetos hidrelétricos, “embates” confrontando seringueiros e latifundiários pelo controle de áreas e seringais e etc. (Os chamados “embates” designam as ações de ocupação de seringais amazônicos por seringueiros que têm por fim resistir às ameaças de desmatamentos por parte dos fazendeiros e grileiros. Os seringueiros e suas entidades de apoio utilizam o termo como símbolo de suas resistências, lutas e reivindicações.) (ACSERALD; BEZERRA, 2010, p.56)

Tais embates ganham uma denominação de conflitos quando há disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relações que eles mantêm entre si, e se tornam ambientais quando esses grupos sociais se apropriam, usam ou ressignificam o meio natural. O antropólogo Little (2001) utiliza a terminologia socioambiental quando se refere a esse tipo de conflito, englobando três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas dimensões sociais

O campo dos conflitos se caracteriza pela heterogeneidade e diversidade de atores e seus pontos de vista na construção de modos de vida atuais e das projeções para o futuro. Zhouri e Laschefski (2010) partilham da concepção positiva das divergências de ideias como meio para se chegar a uma coesão social, dizendo que as possibilidades diversas, geradas a partir do embate de diferentes inconformismos e resistências, são um meio para uma continuada busca por uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente viável. Destarte, os conflitos se tornarão ambientais:

Ao envolver grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, que afirmarão que a continuidade das formas que adotam a apropriação do meio se encontra ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrente das práticas de outros grupos (Op. cit., p. 56)

As distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material geram os conflitos sociais, territoriais ou ambientais. No âmbito das lutas sociais de apropriação do território, pode-se dizer que se constitui o campo ambiental ou socioambiental aquele que associa as relações de poder às disputas por recursos territorializados. Nas últimas décadas surgiram inúmeros problemas ambientais tais como a contaminação de água nas cidades, avanço do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, secas prolongadas, incêndios florestais, perda da qualidade do solo e novas epidemias.

As discussões em torno da problemática ambiental suscitam os velhos paradigmas da sobrevivência humana e das formas de adaptação ao meio, o que expande o campo ambiental para questões amplas, alcançando o campo econômico e político. A dinâmica desse tipo de conflito é uma busca para chegar a uma síntese democrática de ordenamento do território. Um processo em que se busca dar visibilidade no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade, das infraestruturas urbanas e aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos (Acserald, 2004).

A dimensão territorial ou espacial se encontra no centro de grande parcela dos embates ocorridos no campo ambiental, na medida em que se compreende o território como uma arena de relacionamentos (ou embates) entre os poderes das instâncias envolvidas; recursos físicos e biológicos; meio ambiente; e o caráter histórico e legal que sustenta a parte imaterial da área envolvida.

Os conflitos em áreas públicas, como as unidades de conservação, tem como palco das suas ações o território, arena em que se faz o exercício do poder de diferentes atores. Contudo, esses [conflitos] transcendem as questões territoriais voltadas apenas para a temática agrária e urbana, às questões naturais ou ambientais, ou às questões de ordem social e econômica.

O campo dos conflitos ambientais se caracteriza pela diversidade e pela heterogeneidade dos atores e das suas perspectivas de análise do presente e das projeções do futuro. Dessa maneira, os processos empíricos levam à identificação de casos específicos e à necessidade de evidenciar características para análises e possíveis tratamentos desses. Para tanto, autores como Zhouri e Laschefski (2010) e Little (2001) elaboraram uma tipologia dos conflitos (sócio) ambientais, organizando-os de modo que os pesquisadores consigam categorizar os seus casos de estudo.

Os autores Zhouri e Laschefski (2010) elaboraram uma tipologia dos conflitos ambientais, sistematizando-os em 3 modos de análise: os conflitos ambientais distributivos; os conflitos ambientais espaciais; e os conflitos ambientais territoriais.

As tipologias de conflitos permitem, de modo analítico “certa visualização quanto à forma e à profundidade do enfrentamento entre os grupos envolvidos e as possibilidades reais da sua conciliação ou solução” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010,

p.26). Contudo, os autores citados ressaltam que tal categorização atende a fins heurísticos, pois a dinâmica socioambiental, sobretudo nos conflitos, pode exercer de um modo dialético, apresentando características que transcendem a determinado tipo de conflito ou mesmo coexistirem em causas e consequências.

Os **conflitos distributivos** estão relacionados, de modo abrangente, ao questionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento, vinculando a isso graves desigualdades ao acesso e utilização dos recursos. Como já mencionado, a dimensão ambiental alcançou proporções globais na segunda metade do século XX, e esse movimento trouxe um enfoque sociológico para o trato do meio ambiente, evidenciando o agravamento das desigualdades, da pobreza e dos desequilíbrios físicos e biológicos em sincronia com o processo de modernização da sociedade. Para se alcançar a sustentabilidade das sociedades humanas, requer um enfrentamento dos desafios distributivos no interior das nações quanto das sociedades do norte e do sul, para que novos parâmetros da subsistência física sejam alcançados.

Os **conflitos ambientais espaciais** se configuram como aqueles causados por efeitos ou impactos que são compartilhados pela sociedade como um todo ou, de modo abrangente, por diversos grupos sociais, como nos casos das emissões gasosas e poluição do ar e contaminação dos solos. Percebe-se que tais conflitos se estendem pelos recursos de uso comum entre grupos sociais ou mesmo entre a sociedade em nível global. Os impactos à natureza, nesse caso, decorrem de situações em que as práticas sociais de um grupo provocam efeitos ambientais negativos, que afetam outros grupos através dos fluxos espaciais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). O alcance dos impactos é difusa, causando efeitos diferenciados, que podem ser físico-geográficos ou antropológico entre os territórios e as territorialidades.

Os **conflitos ambientais territoriais** ocorrem quando os grupos envolvidos apresentam modos distintos na produção dos seus territórios, “o que reflete nas mais variadas formas de produção daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Nesse caso os conflitos marcam situações em que há sobreposição de interesses no território, um mesmo recorte territorial, mas diferenciadas reivindicações, objetivos, interesses, identidades e lógicas culturais disputando entre si o mesmo solo.

A implementação de grandes obras em dado território povoado, em que as lógicas de ambos os grupos são distintas e haverá a necessidade de sobreposição no espaço das lógicas contratantes ou a desapropriação de uma delas. Dois exemplos bastante elucidativos desse tipo de conflito é a implementação de uma hidrelétrica *versus* territorialidade da população afetada, ou mesmo a criação de unidades de conservação de proteção integral em ambientes em que há intenso uso do solo por populações tradicionais.

Toda classificação impõe limites, o que se faz importante para os fins analíticos de uma pesquisa, permitindo que os pesquisadores tenham dimensão do nível em que ocorrem as divergências, além de ampliar a percepção da profundidade e dos enfrentamentos entre os grupos envolvidos e a possibilidade de uma conciliação ou solução.

De acordo com Little (2001), os conflitos socioambientais, representam um campo de ação política, e que apesar da importância da existência de uma tipologia básica, para se delinear os elementos principais para a análise, deve-se levar inicialmente em consideração que o ponto de partida para análise dessas problemáticas é a inexistência de receitas que possam ser aplicadas uniformemente.

Por isso, na intenção de estabelecer parâmetros para compreensão e possível resolução/tratamento dos conflitos socioambientais, Little (2001) apresenta uma proposta de tipologia básica para auxiliar no direcionamento e organização dos casos em estudos (Figura 14):

A primeira etapa da Tipologia de Little (2001) refere-se à identificação dos conflitos seguindo a *classificação*:

(1) **Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais.** Os recursos naturais são matérias apropriadas por grupo sociais, geralmente os conflitos são em propriedades públicas ou particulares que contém tais recursos, e os indivíduos reivindicam a posse ou o uso. Têm dimensões políticas, sociais ou jurídicas;

(2) **Conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural.** A intervenção humana nos ciclos naturais para ganhar sustentação e desenvolvimento econômico geram impactos na natureza e ameaças à saúde humana, podendo ser por contaminação, esgotamento dos recursos ou degradação dos ecossistemas e;

(3) **Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.** Cada grupo social desenvolve conhecimentos ambientais específicos a cada grupo, cultura e ambiente, podendo identificar os conflitos em torno da percepção de risco, do controle formal dos conhecimentos ambientais e em torno de lugares sagrados.

A segunda etapa refere-se à *análise* dos conflitos, que deve partir de uma contextualização:

- (1) **Ambiental:** identificando os usos e as finalidades dos recursos para a produção dos grupos sociais no sistema produtivo;
- (2) **Escalar:** que devem ser entendidos de acordo com sua escala de ocorrência e;
- (3) **Histórico:** considerando as mudanças políticas, sociais e culturais para entender a conjuntura em que os conflitos se desenvolvem.

Com base na contextualização, os **procedimentos básicos** são importantes para:

- (1) **identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito**, devendo esses serem entendidos pelos seus interesses econômicos e ambientais;
- (2) **identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito**, considerando a natureza como um elemento ativo no processo, que funciona e intervém nos conflitos de acordo com suas próprias dinâmicas;
- (3) **Análise sintética e global do conflito global e específico**, dando atenção às assimetrias dos poderes envolvidos e;

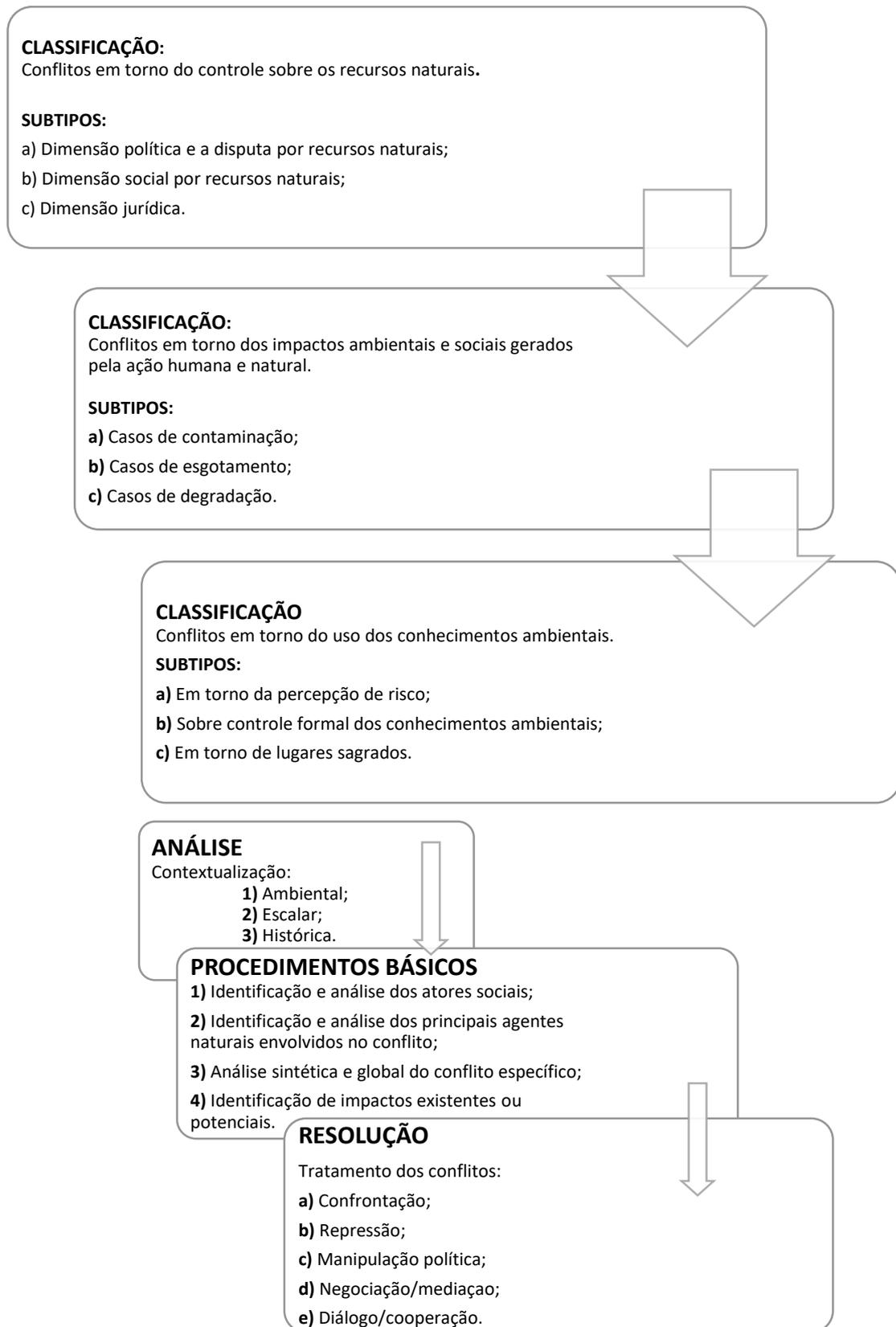
De acordo com a referida tipologia, o modo mais adequado de se referir a próxima etapa é como **tratamento dos conflitos**, que são concebidos como:

- (1) **Confrontação**, esse modo causa danos fortes aos indivíduos e grupos envolvidos, pode ser de ordem política, econômica ou simbólica;
- (2) **Repressão:** intervenção militar, política ou estatal;
- (3) **Manipulação política**, servindo como meio de contornar ou adiar conflitos;
- (4) **Mediação/negociação** e;
- (5) **Diálogo/cooperação**, que mais se aproxima da resolução dos conflitos, pois implica a participação voluntária e colaborativa das partes envolvidas.

Observe a seguir o diagrama contendo as etapas dessa proposta de organização e análise dos tipos de conflitos socioambientais (Figura 14):

De acordo com o que foi apresentado na descrição das tipologias de Little (2001) e de Zhouri e Laschefski (2010), a análise e síntese dos conflitos identificados na área de estudo desta pesquisa será exposta no tópico 3.4.1 desta dissertação.

Figura 14: Tipologia dos conflitos socioambientais.



Fonte: PAUL E. LITTLE (2001).

Organizado por Cleane Santos Nunes, 2019.

Capítulo 3



III. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: O CASO DE BOA NOVA

3.1 ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVAS DA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DE BOA NOVA

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabeleceu como obrigatoriedade a consulta pública prévia à criação de todas as categorias de unidades de conservação, excetuando as categorias Reserva Biológica e a Estação Ecológica¹⁰. Trata-se de uma consulta realizada nas comunidades localizadas em áreas inclusas no projeto de criação das UCs, o qual consta a proposta de criação das unidades de conservação, os trabalhos técnicos que subsidiam a sua extensão, os limites e zoneamento da área envolvida no projeto, além de ser um momento para o diálogo entre os sujeitos envolvidos e o esclarecimento das dúvidas que a comunidade tenha a respeito.

Em Boa Nova a proposta do Ministério do Meio Ambiente de criação de duas Unidades de Conservação de Proteção Integral foi submetida à consulta pública, realizadas nos municípios de Boa Nova e do Distrito de Valentim, nos dias 14 e 16 de dezembro ano de 2006. O objetivo foi levantar dados de importância socioeconômica do território prospectado, considerando as variáveis ecológicas, hidrográficas, de uso do solo e níveis de ocupação e da fauna ameaçada.

Em documento enviado ao Governo do Estado da Bahia, em 22 de janeiro de 2010¹¹, representantes das associações municipais (listadas abaixo) se reuniram com o intuito de ofertar apoio à concretização da proposta de criação dessas Unidades de Conservação, que tramitava entre o Ministério do Meio Ambiente e Casa Civil do Brasil desde dezembro de 2006, quando da apresentação oficial dessa proposta.

- Associação dos pequenos e médios agricultores do Distrito de Valentim;
- Associação de moradores rurais da Santa Madalena;
- Associação de moradores de Valentim, Roseira e Lagoão;

¹⁰ As estações ecológicas e as reservas biológicas são caracterizadas como Unidades de Proteção Integral, e devem ser criadas em casos de ambientes de elevada importância biológica, fragilidade ou ameaça dos recursos naturais, não exigindo, portanto a consulta pública nesses casos.

¹¹ Documento apresentado no anexo I deste trabalho.

- Associação do Rio Uruba;
- Instituto Adroaldo Moraes;
- Associação dos Moradores dos Campos e região.

Considerando a importância biológica e hídrica e a insuficiência dos órgãos de fiscalização para conter os problemas ambientais da extração de minério, tráfico de aves e desmatamento, as associações representativas de moradores e pequenos agricultores defenderam a criação de áreas legalmente protegidas no município.

As Unidades de Conservação de Boa Nova possuem 27.089 ha. de áreas protegidas, sendo que dessas 15.024 ha. pertencem à área do Parque Nacional e 12.065 ha. ao Refúgio de Vida Silvestre. A extensão dos territórios da conservação não está exclusivamente no município de Boa Nova, apesar de conter 94,6% das áreas protegidas em seus limites. A porcentagem restante se distribui pelos municípios de Manuel Viturino, com 2,4% e Dário Meira, com 3%.

O interesse pela área surgiu desde o século XIX, quando foi visitada pelo príncipe alemão Maximilian Zu Wied-Neuwied, que em viagem ao Brasil, a fim de pesquisar e descrever as suas paisagens, como naturalista e etnólogo, passou por Boa Nova em 1817. As informações sobre a estada do príncipe pela região estão no livro publicado pelo mesmo em 1820, tendo como título “Viagem ao Brasil”, o qual apresenta relatos da sua viagem pelo país e tece comentários sobre Boa Nova, quando essa ainda não era nem mesmo uma vila.

O príncipe foi o primeiro cientista a descrever o *Rhopornis ardesiaca* (Wied, 1831) (ICMBIO, 2016), ave endêmica que despertou o interesse de outros cientistas a partir da década de 1990 e que se tornou o símbolo das UCs de Boa Nova. Segue a fotografia de um exemplar do pássaro, coletado e empalhado pelo príncipe alemão em 1817, que se encontra guardado no *American Museum*, em Nova York (Figura 15).

Figura 15: Pássaro coletado em 1817 pelo príncipe alemão Maximilian Zu Wied-Neuwied, quando em passagem por Boa Nova - BA.



Fonte: Jornal GAMBOA digital - Ed. 50 (nov. – dez./2011).

Foi a partir década de 90 que a região em que se localiza o município de Boa Nova despertou a atenção de pesquisadores em função da biodiversidade existente em seu território de ecótono, especialmente para a peculiaridade da sua avifauna. A área de transição vegetacional do local constitui uma característica muito peculiar do local, tendo em vista que, em menos de 25 km é possível passar da seca Caatinga, para a úmida Mata Atlântica e, na transição entre estes dois biomas, está a Mata de Cipó, uma das fitofisionomias mais ameaçadas da Mata Atlântica, havendo apenas 2,6% remanescentes em todo o país.

Essas características naturais relacionadas aos biomas e ao endemismo da fauna em área de ecótono justificam a incorporação do município na área protegida federal denominada Corredores Ecológicos.

O Projeto Corredores Ecológicos (PCE) teve como função propiciar proteção efetiva da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação das florestas existentes por meio da interligação entre áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo, como a Mata Atlântica, ou da manutenção de cobertura vegetal, como a Amazônia.

No âmbito federal as referências legislativas sobre os Corredores Ecológicos estão na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 9/1996 e na Lei do SNUC, de Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Na lei que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a referência ao PCE se restringe basicamente à conexão entre unidades de conservação, através de porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, visando o aumento/manutenção da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas, conforme descrito abaixo:

Art. 2º inciso XIX. Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000)

Já na Resolução CONAMA, nº 9 de 1996 há uma abrangência maior das áreas de conexão, considerando não apenas as ligações entre Unidades de Conservação, mas sim de todos os remanescentes florestais com características de vegetação primária.

O Projeto Corredores Ecológicos abrange áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício (áreas particulares, comunidades, cidades ou assentamentos), para as quais se busca uma estratégia de gestão integrada (BRASIL, 2015). O município de Boa Nova foi incorporado a ele por conter em seu território resquícios da mata atlântica.

Segundo informações da SAVE Brasil (2012), o projeto Corredores Ecológicos em Boa Nova, como proposta inicial e passível de ser uma Unidade de Conservação, gerou em torno 700 ha de florestas legalmente protegidas, 7 km de áreas de preservação permanente – APPs - ou isoladas para regeneração natural ou plantadas com mudas nativas, as quais foram cercadas no terreno, bem como a criação de 3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e 7 Reservas Legais (LEUZINGER et al., 2017).

A proposta de criação de unidades de conservação no município contou com apoio da Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil), que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e faz parte da aliança global BirdLife International, cujo objetivo principal é a conservação e a proteção da biodiversidade de aves e seus *habitats* em todo o mundo, a partir de parcerias feitas com diversas instituições públicas e privadas. Essa ONG realiza seu trabalho em parceria com organizações locais e nacionais, órgãos governamentais, empresas, líderes comunitários, pesquisadores e membros da sociedade civil (SAVE, 2019).

A Bird Life Asia através da organização brasileira correspondente, a SAVE Brasil, em parceria com a empresa japonesa Ricoh – que apoia projetos de conservação de florestas pelo mundo, através do *Forest Ecosystem Conservation Program* (Programa de Conservação de Ecossistemas Florestais) – foi responsável por patrocinar financeiramente a conservação ambiental de Boa Nova, desde 2007 e pelos 8 (oito) anos que se seguiram. A SAVE Brasil trabalhou diretamente na região de Boa Nova investindo em visitas de reconhecimento, promoção de projetos de educação ambiental entre os moradores e nas escolas estaduais e municipais, e com engajamento comunitário para frear os impactos sobre a fauna e a flora locais.

Em 2009 o governo brasileiro também deu subsídio às ações de proteção ao meio ambiente, desenvolvimento do turismo local, agroflorestamento e educação ambiental desenvolvidas pelas ações da SAVE Brasil no município de Boa Nova, em parceria com a empresa Ricoh, no valor de US\$ 150.000 (cerca de R\$ 350.000), ao longo de três anos após de ter sido convidado pela Ricoh a apoiar o projeto (RICOH, 2015).

Atualmente a SAVE Brasil é membro do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Boa Nova e preside o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, importantes fóruns para a gestão dos recursos naturais da região. Tendo em vista que o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova possui um nível de implementação mais baixo que o Parque Nacional, e ainda não possui um conselho gestor.

Apesar da ONG SAVE Brasil ter estado a frente e se destacado na iniciativa de projetos e ações voltadas para a preservação e conservação da natureza de Boa Nova, outras instituições governamentais, como o MMA, INEMA e Prefeitura de Boa Nova e outras ONGs locais foram parceiras para o desenvolvimento de uma consciência ambiental no município de Boa Nova e para o fortalecimento da iniciativa da criação das unidades de conservação federais

A região em que o município de Boa Nova se localiza se destacou nesse cenário da conservação da avifauna por apresentar grande diversidade de aves, além do gravatazeiro, o local onde hoje fazem parte da unidades de conservação abriga também outras inúmeras espécies de pássaros, como o urubu-de-cabeça-vermelha, aracuã-de-barriga-branca, beija-flor-de-peito-azul, peitica, alegrinho, dentre outras, chegando à quantidade de 454 espécies de aves já registradas, sendo essa a razão pela qual o local está inserido nas importantes rotas nacionais e internacionais de birdwatching (LEUZINGER et al., 2017; SAVE Brasil 2016; WIKIAVES, 2019).

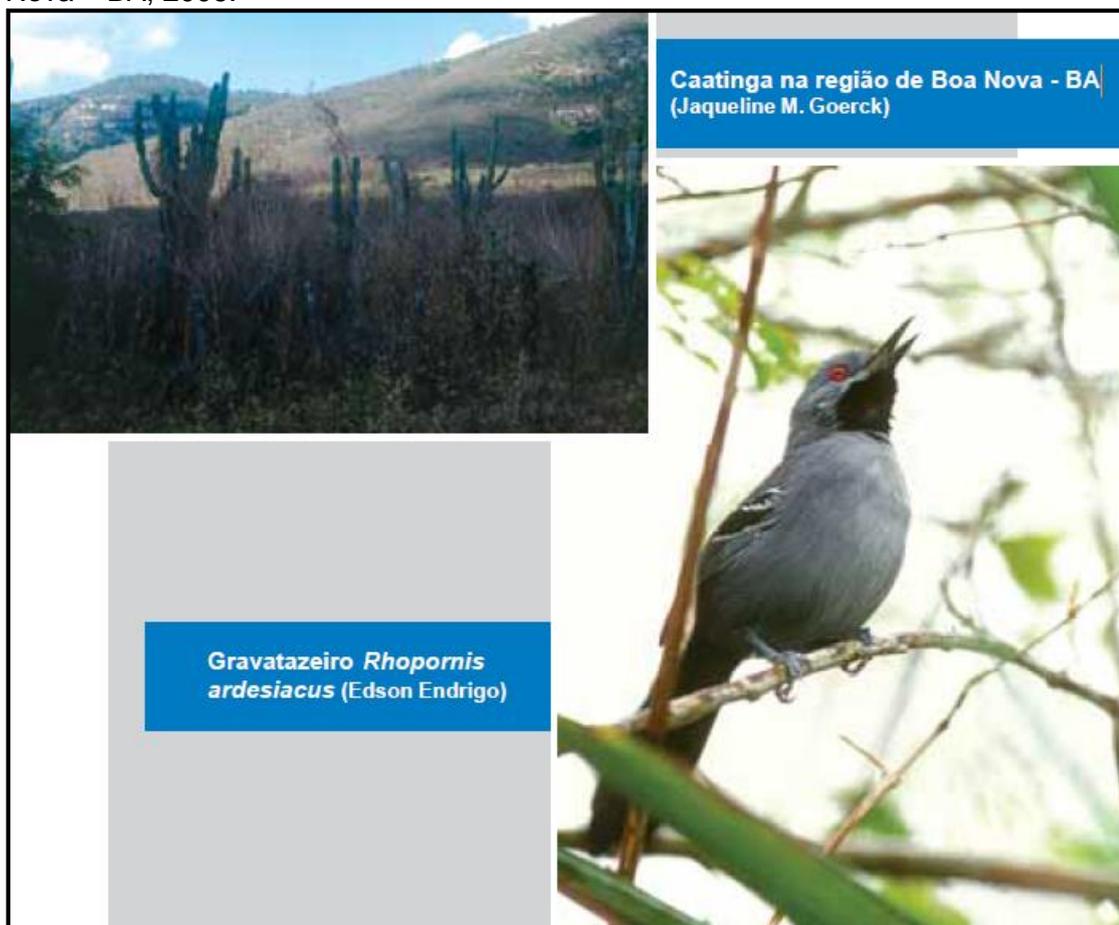
Desde 1999 a ONG SAVE Brasil veio trabalhando na região de Boa Nova, identificando ali uma área de ecótono, formada pelos biomas da Mata Atlântica e Caatinga. Por ser uma área de transição ambiental, possuía características singulares de clima, vegetação, altitude e tipo de solo, bem como um aglomerado de espécies de ambos os biomas e espécies específicas da Mata de Cipó. Nessa mesma época foi implantado pela SAVE o “Programa de Conservação de Boa Nova”, que visava promover uma educação ambiental na comunidade deste município, devido ao fato de que esta área era considerada uma das mais negligenciadas pelo Brasil no âmbito da conservação (MORSELLO, 2005).

A ONG incluiu Boa Nova em seu Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (IBAs – sigla em inglês de Important Bird Areas), lugares que são cuidadosamente identificados seguindo critérios científicos globais para abranger populações distintas ao longo da distribuição geográfica das espécies. Essa rede de áreas pode ser considerada como o mínimo necessário para assegurar a sobrevivência das espécies de aves ao longo de seus locais de distribuição. Além disso, embora a rede de IBAs seja definida por sua avifauna, a sua conservação asseguraria a sobrevivência de um grande número de espécies de outros grupos animais e vegetais.

A função do programa IBAs é identificar, proteger e gerenciar uma rede de áreas importantes para populações de aves; manter a manutenção da integridade biológica dessas áreas; e contribuir com estratégias nacionais de conservação, através da promoção e do desenvolvimento de programas locais de áreas protegidas, ao mesmo tempo em que pode ser usado como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas em nível internacional. (BENCKE, at. AI. 2006).

Como consta no extenso Relatório das Áreas Importantes para a Conservação das Aves, o programa investiu na preservação da avifauna de áreas como o Município de Murici, em Alagoas, e no Município de Boa Nova, na Bahia, locais reconhecidas como áreas chaves para a conservação de aves na Região Neotropical (BENCKE, at. Al. 2006), mas que eram desassistidas pelo poder público ambiental e local. O trabalho da ONG trouxe atenção a essas áreas, tendo como resultado o decreto de criação da Estação Ecológica de Murici, em 2001, e ao reconhecimento de áreas como sendo de extrema relevância para a conservação, como é o caso de Boa Nova e a Serra das Lontras (localizada na região sul da Bahia). Além disso, a inclusão de Boa Nova no Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves trouxe a posterior criação e aprovação do projeto das unidades de conservação. Segue a imagem de identificação do Gravatazeiro e da caatinga em Boa Nova-BA (Figura 16), um dos biomas do município que serve de *habitat* para esse pássaro, retirada do relatório Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil (IBAs, 2006).

Figura 16: Gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1831)) e a caatinga de Boa Nova – BA, 2006.



Fonte: BENCKE, at. Al. 2006.

Boa Nova possuía características biológicas peculiares que fizeram da região uma prioridade para entidades ambientais governamentais e não-governamentais, com o objetivo de transformá-la em uma unidade de conservação (PACHECO & BAUER, 2000; SILVEIRA, 2003). A área prospectada vinha sendo impactada com ações de desmatamento, queimadas, pisoteio de gado e extração de lenha e madeira, ações comuns entre a população ruralizada culturalmente acostumada a viver a partir das extrações do meio. Entre as formações vegetais mais ameaçadas estava a Mata de Cipó - vegetação pouco resiliente à degradação e separação em pequenos fragmentos, pois quando as suas áreas ficam distantes alguns quilômetros umas das outras, impossibilita a manutenção de biodiversidade, bem como o estudo e compreensão do fenômeno de transição (PACHECO & BAUER, 2000).

A proposta da criação do Parque Nacional se deu sobretudo pelo apelo das ONGs que visavam a proteção da fauna e dos habitats naturais. O potencial natural da área e a ideia para o desenvolvimento econômico com base no turismo também esteve em voga. A visitação já ocorria na região antes mesmo da criação do Parque Nacional e do Refúgio de Vida Silvestre, mas ganhou força com o surgimento das duas unidades de conservação. Além de cachoeiras, mirantes e trilhas pela vegetação densa, a observação de aves é um dos maiores atrativos.

Antes do reconhecimento dessa área pelos projetos governamentais e não governamentais, o município de Boa Nova era uma das áreas mais negligenciadas no que se refere à conservação de aves no Brasil (GONZAGA et al., 1995). O seu potencial ornitológico mesmo tendo sido descoberto há algumas décadas, não frenava os impactos ambientais ocasionados pela negligente população.

Os desmatamentos ocorriam em toda a área, tanto nas porções de Mata Atlântica, Mata de Cipó, quanto na Caatinga. A mata, em meados da década de 80, era tida pela população local como depósito de lenha para consumo doméstico e extração de madeiras e para abrigo de aves destinadas à caça. Segundo Bencke, et. al. (2006), a caça de algumas espécies, como *Penelope jacquacu* - (Spix, 1825), o jacu, e *Cracidae*, as aracuãs, era comum pelos moradores locais, além da extração de bromélias de solo das Matas de Cipó era feita para uso em paisagismo, o que

impactava diretamente a espécie *Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1831), o gravatazeiro, ave endêmica e ameaçada de extinção.

A observação de pássaros (*birdwatching*) é uma modalidade de turismo que traz uma média de 15 turistas estrangeiros, de uma a três vezes por ano, operada por duas agências de turismo especializadas na atividade ecoturística: a *Birding Brazil Tours* (Figura 17) e a *Field Guides*, que possuía experiência há mais de 10 anos no ramo do *birdwatching* e tinha o município de Boa Nova como uma das principais rotas dos observadores no bioma da Caatinga. A presença de espécies endêmicas na região justifica a sua inclusão em dois guias internacionais de turismo ornitológico (WHEATLEY, 2000).

Figura 17: Sugestões itinerárias para excursões na agência de turismo Birding Brazil Tours.

The image shows a screenshot of the Birding Brazil Tours website. The top section, labeled 'A', features a map of Brazil with six biomes highlighted: Amazon, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Atlantic Forest, and Pampa. The Caatinga biome is circled in red. Below the map, there is a list of biomes with links: Amazon, Caatinga, Cerrado, and Pantanal. The Caatinga link is also highlighted with a red box. A red arrow points from this link to the bottom section, labeled 'B', which displays 'ITINERARY SUGGESTIONS FOR AN OPEN OR CUSTOMIZED TOUR:'. The suggestions include:

- Itinerary 1: 10 days covering Quixadá - Crato - Canudo - Estância - Salvador.
- Itinerary 2: 15 days covering Bahia: Lençóis - Jequié - Boa Nova - Camacan - Porto Seguro - Ituberá.
- To cover all the NE birds we suggest a tour with itineraries 1 and 2 together.
- Itinerary 3: 9 days covering Bahia: Salvador - Camacan - Jequié - Lençóis.

Below the itineraries, there is a section for 'Caatinga birds' with photos by Andrew Whittaker. The photos show various bird species native to the Caatinga biome.

Fonte: Birding Brazil Tours, 2019. Modificado Por Cleane Santos Nunes, 2019.

No mapa do Brasil presente na Figura 17, nota-se que a região caracterizada pelo bioma da caatinga está representada pelo pássaro Gravatazeiro, endêmico da Mata de Cipó e símbolo da preservação de Boa Nova. Na Figura 18, retirada do site da empresa de turismo de observação de pássaros, com sede no Texas, *Field Guides*, está mais um destaque à Boa Nova, quando representa os principais pontos para realização do *birdwatching* do Nordeste do Brasil.

Figura 18: Roteiros para a realização da atividade birdwatching no Nordeste do Brasil, proposto pela agência de turismo Field Guides.



Fonte: Field Guides, 2019.

De acordo com o observado nas duas referências de agências internacionais (Figuras 17 e 18), Boa Nova é um dos destinos de relevância da Bahia e da própria

região Nordeste para a prática do birdwatching. Esta modalidade de turismo foi um fator de grande peso para a escolha da categoria Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre, contudo, apesar do potencial faunístico, a cidade de Boa Nova não conta com infra-estrutura adequada para receber um grande número de turistas.

Desde o período da criação do REVIS e do PARNA de Boa Nova, 11 de junho de 2010, pouco foi feito em relação a infra-estrutura das UCs, ambos carecem de um plano de manejo para inclusive ordenar o uso turístico das áreas, falta a regularização da situação fundiária de toda a área do Parque, um maior número de pessoal especializado, não há área de camping, estacionamentos, centros de informação para os turistas, sede do ICMBio no município e alojamentos.

3.1.1 O Cenário Territorial e a Ocupação do Espaço Antes da Criação das Ucs

Na época da proposta de criação do PARNA e do REVIS, entre 2005 e 2010, Boa Nova tinha como base econômica de fundamental importância a agropecuária e o extrativismo mineral e vegetal, o que significa dizer que era grande o nível de dependência da população com a terra e com os recursos naturais. Dentre as atividades socioeconômicas exercidas à época da prospecção, destacavam-se (MMA, 2006):

Extração de rochas - de modo irregular, de granito e mármore, para a produção de paralelepípedos, lajotas e britas, desenvolvida por famílias de baixa renda;

Pecuária – Criação de gados mestiços, geralmente para corte. Muitas fazendas não eram totalmente cercadas, e o gado entre os fragmentos florestais;

Agricultura familiar - As roças de mandioca e outras pequenas culturas - milho, feijão, banana, café, maracujá, abacaxi são expressivas em todo entorno da área estudada, com grande destaque nos povoados da região. Entre as famílias de baixa renda, o plantio de mandioca para a produção de farinha era muitas vezes a única fonte de renda, sendo realizada em toda região, em geral na beira dos rios. Muitas roças eram e são atualmente praticadas em áreas de fazendas com criação de gado, após supressão da cobertura vegetal e com permissão dos donos, que posteriormente abrem novos pastos para o desenvolvimento da pecuária;

Café – Sem muito destaque a nível municipal, contudo, existia uma área com plantação de 60.000 pés de café, consorciado com feijão;

Caça – A pobreza presente no município fazia da caça uma alternativa para a própria alimentação e a apreensão de pássaros para obtenção de lucros no comércio local e no entorno;

Extração e venda de madeira - Essa atividade era praticada em uma grande extensão do município. Muitas famílias sobreviviam da coleta e venda de lenha para as cozinhas das casas dos distritos urbanos e para as padarias;

Suinocultura – No entorno sul da área de estudo, existiam muitas fazendas especializadas na reprodução de suínos para a comercialização. Em geral as atividades eram realizadas em beira de rios, gerando fortes impactos sobre recursos hídricos e saúde pública em muitas regiões.

O vínculo entre o boa-novense e a terra era intrínseco, não havendo muitas alternativas econômicas para sobrevivência em relação à alimentação e renda além dos recursos naturais, aposentadorias, programas de distribuição de renda, como a bolsa-família, além de uma pequena parcela da população ser ocupante dos serviços públicos e privados na cidade (MMA, 2006).

À época também foram identificados conflitos e tensões sociais, além das atividades econômicas citadas, como o desmatamento, retirada ilegal de rochas, queimadas e a presença do lixão do município numa área a céu aberto a poucos km da cidade.

Mesmo a área apresentando esse cenário de intensa antropização e presença de um contingente populacional altamente dependente da terra e dos seus recursos, houve o parecer favorável quanto a criação das UCs por parte da Secretaria de Agricultura e Expansão Econômica; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); do Conselho Municipal do FUMAC; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Boa Nova; da ONG SAVE Brasil; e da recém criada Secretaria do Meio ambiente de Boa Nova, considerando que a criação das UCs referendava a interesses dos diversos segmentos da sociedade Civil organizada, no sentido de diminuir os impactos socioeconômicos e gerar visibilidade e reconhecimento local, através das pesquisas e do turismo.

Esses órgãos encaminharam o documento¹² dando parecer positivo à criação do PARNA e do REVIS, considerando a região como potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e preservação da biodiversidade; necessidade da preservação dos animais silvestres e endêmicos; e além disso considerando a inexistência de projetos das comunidades locais e presença de assentamentos que interferissem no projeto de criação das UCs. Tais pareceres foram dados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, pelos Assentamentos Renascer e Talismã, ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). Desse modo, a partir do posicionamento de tais atores sociais, não foram identificados obstáculos para o projetos da preservação das áreas.

3.2 ANÁLISE DO CENÁRIO TERRITORIAL E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO ATUAL

O Parque Nacional de Boa Nova e o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova foram criados juntos, pelo único decreto de nº 12.642, do dia 11 de junho de 2010, tendo como objetivo básico proteger os ambientes do ecótono caatinga - mata-atlântica, sobretudo a Floresta Estacional Semidecidual de Altitude, conhecida como Mata de Cipó e a sua biodiversidade, com destaque à avifauna, que representa mais da metade das espécies conhecidas em todo o Estado da Bahia (ICMBIO, 2016).

Apesar da situação singular da sua biota e da sua avifauna, existe uma alta pressão antrópica sobre os remanescentes florestais protegidos pelas unidades de conservação. As UCs de Boa Nova possuem uma configuração territorial complexa, principalmente por estarem inseridas numa área bastante alterada por atividades humanas, no que diz respeito ao desmatamento para extrativismo e criação de animais, poluição do solo e canais hídricos, intensa ocupação antrópica; por possuírem em seu entorno próximo as zonas urbanas da cidade e das sedes dos povoados e vilas, que ao todo somam 16 pontos (Figura 19); e de serem atravessadas por uma rodovia federal, a BR 030 (Figura 02), e estradas de terra e trilhas ao longo de toda a extensão.

¹² Documento apresentado no anexo II deste trabalho.

Segundo o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova,

“A BR 030 é utilizada para escoar eventuais cargas de madeira provenientes de desmatamentos ilegais na porção leste da Zona de Amortecimento e de toda a região cacauceira do Sul da Bahia. (...) As outras estradas de terra são intensamente utilizadas pela população rural e não há qualquer tipo de controle do tráfego (...). Toda essa rede de estradas e trilhas pode ser utilizada para entrar na UC, que é totalmente composta por fazendas, e para sair dela com possíveis produtos resultantes de ilícitos ambientais, fator este que dificulta bastante a proteção do Parque” (ICMBIO, 2016, pg. 19).

O aspecto ocupacional, relacionado ao baixo nível de implementação das áreas e desapropriação é um dos maiores entraves para a gestão e gerenciamento das UCs. Em entrevista realizada no dia 21 de agosto de 2017, com o atual Gestor do Parque Nacional de Boa Nova – funcionário do ICMBio, foi-lhe perguntado em relação à situação populacional e sobre a existência das propriedades privadas existentes na área, na época de criação das UCs, tendo como resposta que:

*Ainda existem, são todas particulares. O Parque possui em torno de 200 (duzentas) propriedades e o Refúgio (a categoria permite propriedade privada) em torno de 400 (quatrocentas) propriedades. (Informação concedida por escrito). *13*

O contingente populacional das áreas das UCs é o mesmo desde o período da prospecção para a sua criação. A definição de duas áreas de proteção integral, sobretudo de um Parque Nacional, foi um risco que os atores sociais envolvidos na criação das UCs correram, pois, tais categorias exigiriam grandes mudanças sociais e econômicas da dinâmica de vida dos donos das terras envolvidas nos limites.

Em entrevista com o representante da SAVE Brasil, organização que foi responsável direta pelo projeto das UCs de Boa Nova, houve o questionamento sobre o porquê da escolha das categorias de proteção integral para contemplar a área, e como resposta foi recebida a seguinte afirmativa:

Parque Nacional devido a beleza cênica, as cachoeiras e o turismo de observação de aves já ocorrente há décadas na área. O Parque propicia essas atividades, além de ser protetiva de forma integral. O Refúgio foi criado para compatibilizar a produção agrícola com a ideia de preservação. Serviu também para conectar os polígonos do Parque. (Informação concedida por escrito)¹⁴

¹³ Entrevistador: Cleane Santos Nunes; Entrevistado: Gestor Ambiental do Parque Nacional de Boa Nova, há 4 anos na função. Vitória da Conquista - BA, 21/07/2018. [Inserido nos apêndices].

¹⁴ Entrevistadora: Cleane Santos Nunes; Entrevistado: Representante da ONG SAVE Brasil lotado em Boa Nova desde a época da criação das UCs, Vitória da Conquista - BA, 21/07/2018.

Considerando a ambiguidade entre a preocupação com a preservação dos pontos de beleza cênica e a existência de cerca de 200 propriedades particulares, é factual que a proposta deveria ter sido testada, no que se refere a implementação da categoria, sobretudo em considerar o potencial do novo Parque em gerar algum nível de sustentabilidade econômica. Os conflitos e problemas gerados com a criação da categoria passaram a existir justamente por conta da ineficiência da proposta de implementação, fato esse que ocorre por conta da inviabilidade financeira do órgão federal que gerencia a UC.

Nos termos do atual momento em que vive o Parque de Boa Nova, a categoria de proteção integral se tornou um problema para os atores envolvidos, pois os custos de um PARNA são altos e até o presente momento não há perspectiva de haver uma total atenção do governo federal para a solução dos confrontos de ordem fundiária e econômica.

A categoria Refúgio de Vida Silvestre foi escolhida como um meio de reduzir os conflitos fundiários na região e ainda manter o nível de proteção da avifauna local. A proposta da criação do REVIS decorreu diretamente da incompatibilidade dos usos da área com a categoria PARNA. As áreas que foram identificadas com maior intensidade de uso e ocupação foram inseridas na categoria REVIS, ou excluídas dos limites das UCs, como no caso dos Povoados de Valentim, Planalto Íris, o Assentamento rural Renascer e outras 3 (três) áreas identificadas na Figura 21 por um quadrado verde claro representando agricultura e pastagens - essas áreas ficaram como 3 “buracos” dentro das UCs. Essas três áreas podem ser melhores visualizadas no mapa de localização das áreas de estudo (Figura 2), pois possui uma menor quantidade de elementos distribuídos no mapa.

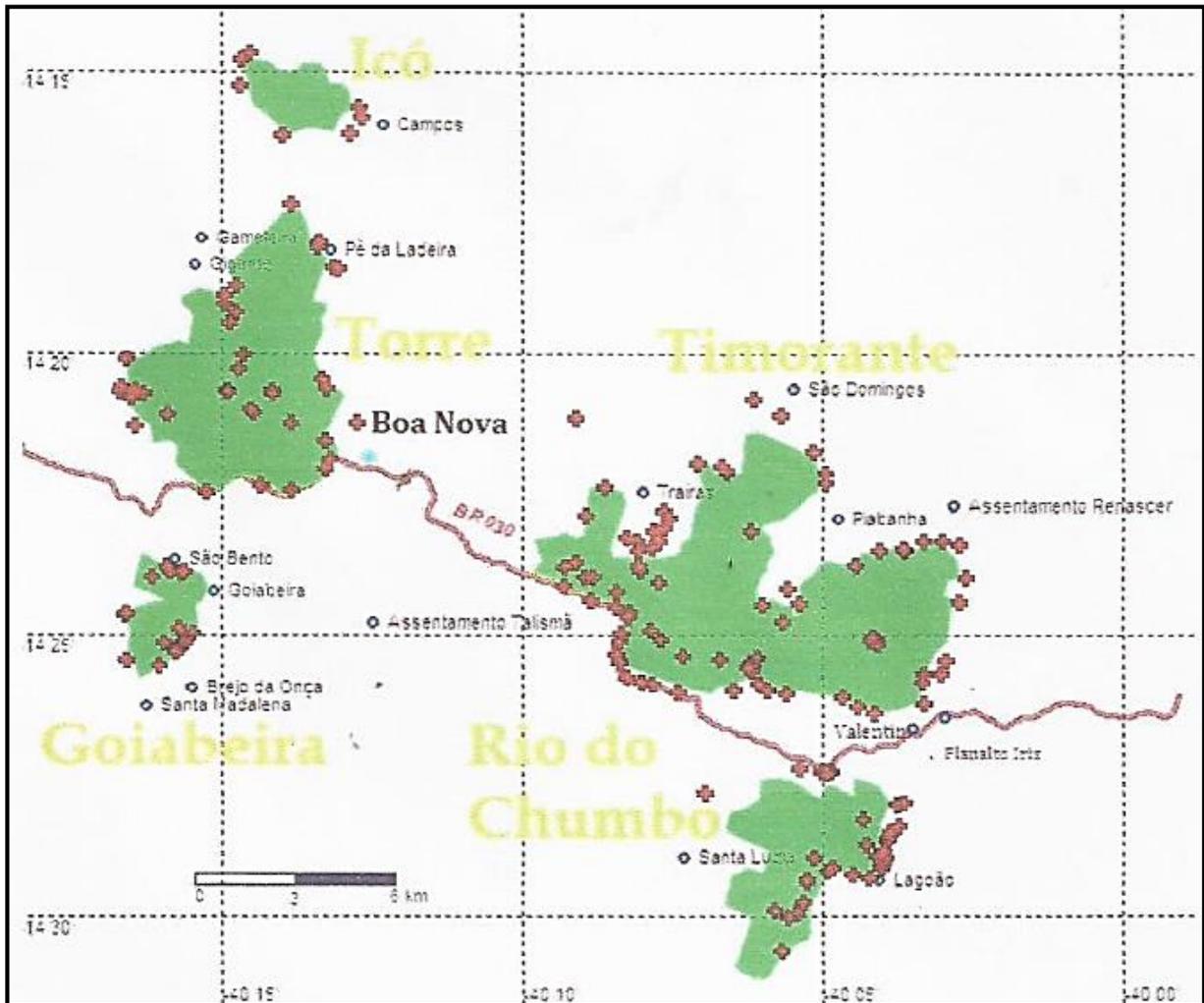
O assentamento Renascer está localizado a 30 km da sede do município de Boa Nova e a 7 km do distrito de Valentim, povoado também inserido no REVIS. Na época de aprovação do projeto o assentamento continha o número de 150 pessoas dispostas em aproximadamente 350 ha. De acordo com a nota técnica emitida do ministério da agricultura, em 2010¹⁵, suas áreas eram destinadas à produção agrícola, como o cacau, banana, mandioca, feijão, milho, café e a criação de equídeos, bovinos e galinhas.

¹⁵ Documento apresentado no anexo II deste trabalho.

O assentamentos e demais áreas povoadas foram estrategicamente projetados a estarem na área de Refúgio, já que essa categoria de UC pode ser constituída por áreas particulares com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários, no entanto, tais atividades de uso do solo devem ser compatíveis com os objetivos da Unidade de conservação, quando esta possui diretrizes legais, como por exemplo o Plano de Manejo.

No mapa gerado pelo ICMBio em 2016 (Figura 19), é possível visualizar a dimensão da ocupação existente na área do PARNA. As cruces vermelhas representam as sedes das propriedades rurais e os pontos em azul claro são as localizações das cidades, vilas, povoados e presentes dentro ou muito próximos ao limites dos blocos do Parque. Também é possível ter a dimensão exata da forma do Parque Nacional sem a presença das conexões feitas pelo Refúgio de Vida Silvestre. Os nomes em amarelo são as denominações dadas pelo ICMBio para cada polígono do PARNA: Bloco Icó, Bloco Torre, Bloco Goiabeira, Bloco Timorante e Bloco Rio do Chumbo.

Figura 19: Unidades produtivas e ocupação no Parque Nacional de Boa Nova, 2016.



Fonte: ICMBIO (2016).

Descrição: A imagem apresenta em verde a área dos 5 polígonos do Parque Nacional de Boa Nova; O ponto em azul representa a localização da sede do município de Boa Nova; Os nomes em preto distribuídos pelos polígonos são dos povoados, vilas e assentamentos; E as cruzes em vermelho se referem às unidades produtivas e ocupação em toda área do PARNA.

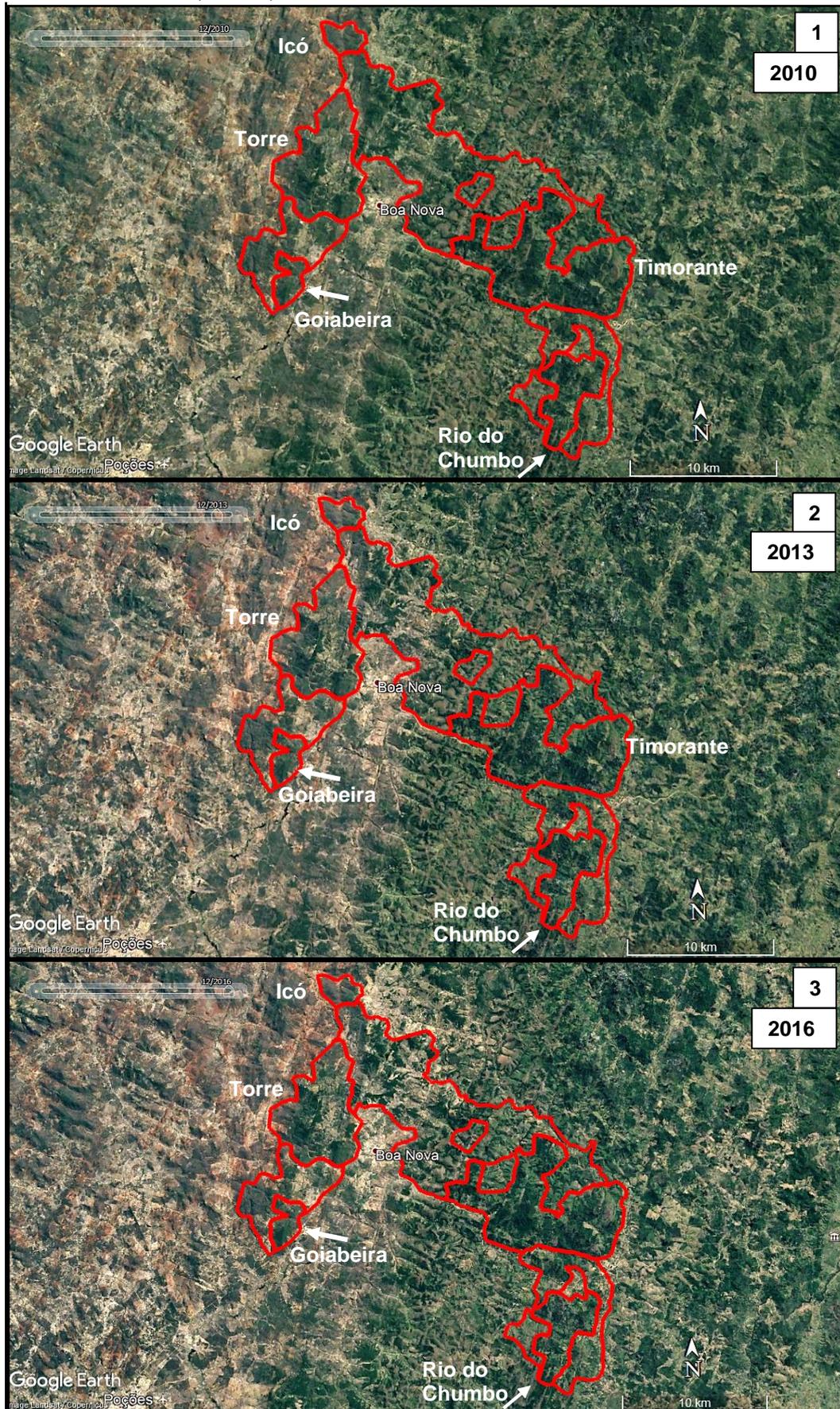
Dos 5 (cinco) polígonos do Parque o único que possui a sua área livre da presença de propriedades rurais em seu interior é o Bloco Icó, localizado na parte norte do mapa, contudo, foram localizadas 7 (sete) propriedades muito próximas aos seus limites. Todos os demais - Bloco Torre, Bloco Goiabeira, Bloco Timorante e Bloco Rio do Chumbo – possuem uma intensa ocupação rural.

O Bloco Icó, localizado numa área de Caatinga a oeste e Mata de Cipó a leste, é a menor área em extensão territorial e se destaca pelo meio natural com pouca alteração antrópica em relação aos demais blocos. No momento da criação do Parque o polígono foi traçado numa área que mantinha pouca alteração em sua cobertura

vegetal típica da caatinga, o que pode ser observado na Figura 20, que faz um comparativo a partir do ano de 2010 até o ano de 2016. No período de 6 anos retratado pelas imagens de satélite disponíveis no Google Earth Pro (2010, 2013 e 2016), nota-se um uma ínfima redução da vegetação nesse Bloco, apesar do considerável aumento da retirada da vegetação na parte norte fora dos seus limites. Na Figura 25, em que são evidenciados os modos de usos e ocupação das áreas das UCs, vê-se que no ano de 2019 a área com sinais de degradação e exposição do solo permaneceu inalterada desde quando se tornou visível nas imagens de satélite, no ano de 2013 (Figura 20).

O Bloco Torre, localizado numa área de Caatinga a oeste e Mata de Cipó no Centro e a Leste, é o polígono que mais se destaca em relação ao aumento visível do desmatamento desde o ano de criação do Parque até 2013. A área do centro-leste do Bloco foi a que mais sofreu com a retirada da vegetação, onde é evidente observar a exposição do solo (Figura 20). O desmatamento nessa área tem forte influência do crescimento da área urbana da cidade de Boa Nova, que faz fronteira com a linha de demarcação do Parque.

Figura 20: Cobertura vegetal nas áreas das UCs de Boa Nova – BA entre os anos de 2010, 2013, 2016.



Fonte: Google Earth Pro (2010, 2013, 2016). Organizado por Cleane Santos Nunes, 2019.

Com o auxílio da Figura 25, nota-se que na área de maior destaque na exposição do solo se encontra o lixão municipal a céu aberto, uma área de 1 hectare (ha) que é destinada para o depósito dos resíduos sólidos coletados nos perímetros urbanos do município. A área destinada ao depósito do lixo urbano está sob posse da prefeitura local desde o ano de 1997 para esse fim, ou seja, 13 anos antes da criação do Parque.

O lixão foi implantado numa área de Parque Nacional e dentro de uma Área de Preservação Permanente¹⁶ (APP), segundo consta no Plano de Proteção de Áreas Degradadas (PRAD), realizado pela Prefeitura de Boa Nova no ano de 2018. O PRAD foi uma exigência normativa da atual gestão do Parque Nacional. De acordo com esse documento o lixão municipal teria o ano de 2019 como prazo para a desativação e reabilitação a área degradada (Figura 21).

¹⁶ Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Figura 21: Cronograma de atividades do PRAD do lixão de Boa Nova.

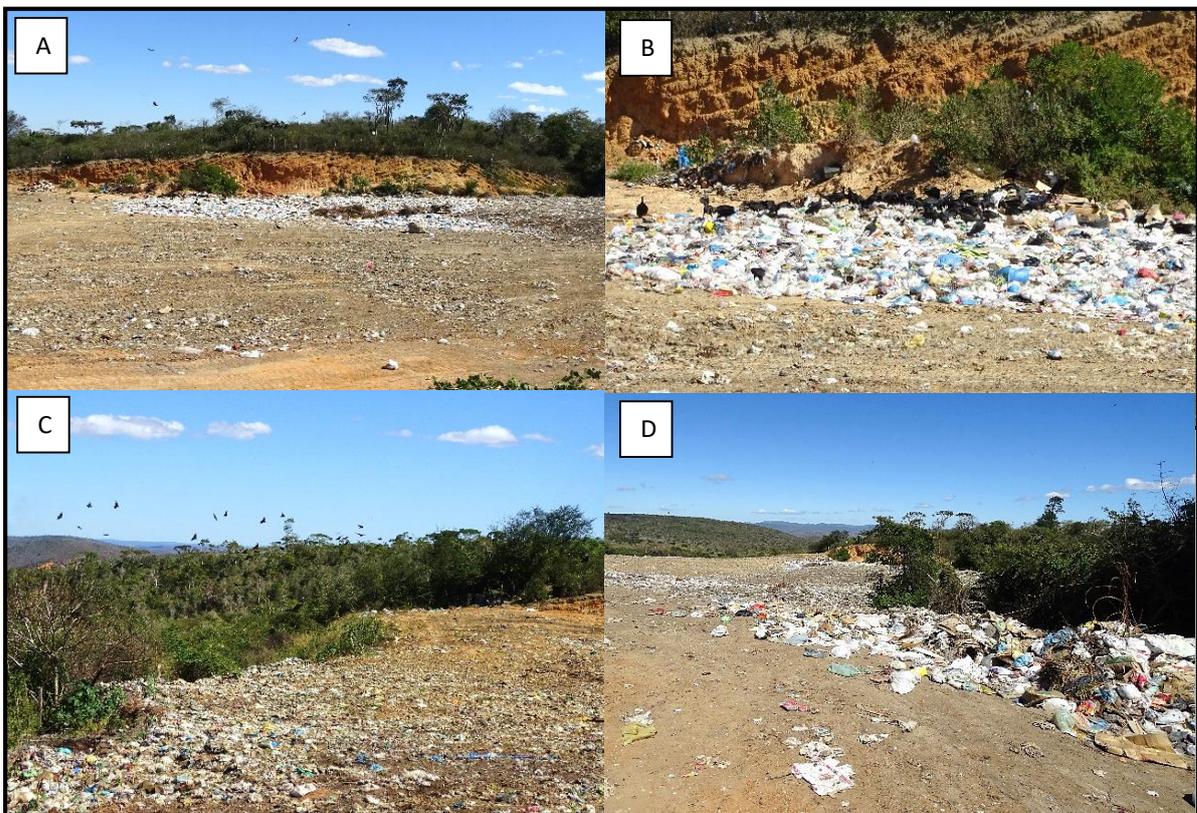
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA Estado da Bahia - CNPJ: 13.894.894/0001-52 Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Meio Ambiente Diretoria Municipal de Meio Ambiente 												
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES P/ 2019 (Implantação / Manutenção / Monitoramento)												
ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
- Diagnóstico e levantamento fotográfico	X	X										
- Fazer o Croqui da área	X	X										
- Cadastro dos Catadores	X	X										
- Remoção parcial dos RS (c/ Máquinas e caçambas)		X	X	X								
- Delimitar/cercar a área		X	X	X								
- Efetuar sondagens		X	X	X	X							
- Remover / nivelando o RS no local		X	X	X	X							
- Implantar os taludes		X	X	X	X							
- Nivelar o platô superior		X	X	X	X							
- Executar as valetas e poços p/ o chorume												
- Viabilizar a drenagem do gás												
- Implantar poços de monitoramento			X	X	X	X						
- Coleta de resíduos plásticos no entorno da vegetação			X	X	X	X						
- Controle de larvas dos vetores			X	X	X	X						
- Aplicação de argila												
- Aplicação de solo vegetal sobre a argila												
- Abertura de covas / berçários												
- Plantio de mudas nativas e frutíferas					X	X	X					
- Implantação de um pequeno viveiro					X	X	X					
Manutenção e monitoramento do PRAD							X	X	X	X	X	X
Entrega de relatório a cada 3 meses			X			X			X			X

Fonte: PRAD - Boa Nova, 2008.

A proposta das atividades teria início no mês de janeiro de 2019, com o diagnóstico e levantamento fotográfico, produção de um croqui da área e cadastro dos catadores de material reciclável e se encerraria no final do segundo semestre com a preparação do solo para o plantio de mudas nativas e frutíferas e a implantação de um viveiro.

No mês de julho de 2019 a área foi visitada com o objetivo de ser realizado registros fotográficos para esta pesquisa, os quais estão adiante (Figura 22), e foi observado que o lixão ainda continua recebendo resíduos sólidos, apesar de conter um aspecto de que a área recebeu manutenção, a fim de ser retirada algumas camadas de lixo.

Figura 22: Lixão do município de Boa Nova, situado dentro do Parque Nacional, no ano de 2019.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Descrição: (A) Imagem do lixão com sinais de limpeza e aplainamento por máquina; (B) Imagem aproximada do acúmulo de lixo; (C) Imagem contrastando a vegetação da Mata de Cipó com acúmulo do lixo; (D) Presença do lixo espalhado pela estrada de terra que passa ao lado do lixão.

Na Figura 22A se vê o aspecto aplainado da área com pouco acúmulo de lixo em sua extensão, sendo perceptível os sinais da presença de uma máquina niveladora de terrenos ali, contudo, nota-se que houve um recente depósito de lixo nas áreas destacadas na Figura 22B. Na Figura 22C a fotografia evidencia a estrada

que passa na lateral do lixão com a presença de uma quantidade de lixo que se espalha por ela.

Em comparação com registros fotográficos realizados no ano de 2018 (Figuras 23 e 24), é notável que a quantidade de lixo diminuiu, ficando explícito que a área tem recebido atenção da prefeitura local para manutenção. No entanto, no cronograma das atividades propostas no PRAD, a remoção parcial dos resíduos sólidos e nivelamento do local estava prevista para acontecer entre os meses de fevereiro de maio, junto com a delimitação da área com cerca.

Não houve o cercamento da área e nem mesmo a coleta de resíduos plásticos espalhados no entorno da vegetação como estava previsto para os meses de março, abril maio e junho de 2019.

Figura 23: Lixão do município de Boa Nova, situado dentro do Parque Nacional, no ano de 2018.



Fonte: Edson Luiz, 2018.

Figura 24: Fotos retiradas do PRAD do lixão do município de Boa Nova no ano de 2018.



Fonte: PRAD, 2018.

O lixão a céu aberto em uma área de Parque Nacional é uma situação absurda que causa incoerências com a legislação ambiental e, sobretudo, com as normas do SNUC, que prevê que as UCs são áreas de proteção ambiental com objetivos de conservação, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção e conservação dos remanescentes florestais, da diversidade biológica e dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A exigência do ICMBio para remoção e a recuperação da área do lixão, tendo como requisito a produção do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), impôs à prefeitura local prazos para que ao término do presente ano a área estivesse totalmente livre da presença dos resíduos poluentes e em vias de regeneração. Contudo, como visto como visto nas imagens os prazos não foram cumpridos corretamente.

O Bloco Goiabeira, junto com o Bloco Icó, ganha destaque pela cobertura vegetal com pouca alteração antrópica em relação aos demais blocos. Localizado numa área de Caatinga a oeste e Mata de Cipó no Centro e a Leste, esse Bloco se manteve com pouco nível de alteração da sua cobertura vegetal, como é possível analisar com o passar dos anos, como traz a Figura 21. Também é importante destacar que a presença dos limites do Parque Nacional intimidou a prática do desmatamento na região centro-oeste das UCs que veio acontecendo gradativamente ao longo dos anos.

Os Blocos Timorante e Rio do Chumbo, localizados em áreas de Mata Atlântica, também mostram como os limites do Parque foram importantes para que a retirada gradativa da cobertura vegetal não os afetasse. O entorno dessas áreas de Parque e daquelas que fazem as suas conectividades (REVIS) vem sofrendo com o desmatamento e abertura de clareiras e até grandes áreas que permitem a extensa exposição do solo, como pode ser visto da Figura 21.

As áreas de Refúgio, ou seja, todas as que conectam os Blocos do Parque possuem o mesmo grau de retirada da vegetação nativa que as áreas que estão fora dos seus limites. Esse cenário é bastante visível na região leste e centro-leste da Figura 20, entre os Blocos Torre e Goiabeira, e na região Norte, entre os Blocos Icó e Timorante, sobretudo no ano de 2016, quando é possível ver que o solo exposto segue pela área que não é unidade de conservação para dentro do Refúgio numa mesma proporção.

Nota-se nesses casos uma inoperância do Refúgio de Vida Silvestre quando se refere ao controle do desmatamento gradativo das áreas. O Refúgio é desassistido pelo órgão gestor, pois desde a sua criação não houve avanços aparentes em sua implementação, não havendo nem mesmo um Gestor e pessoal lotado para a UC, Conselho, estruturas de identificação da área ou quaisquer documentos que regem a compatibilização dos objetivos da Unidade com o uso das terras para os proprietários locais. Todo o suporte existente nessa área é dado pelo material humano e legal cedido ao Parque Nacional.

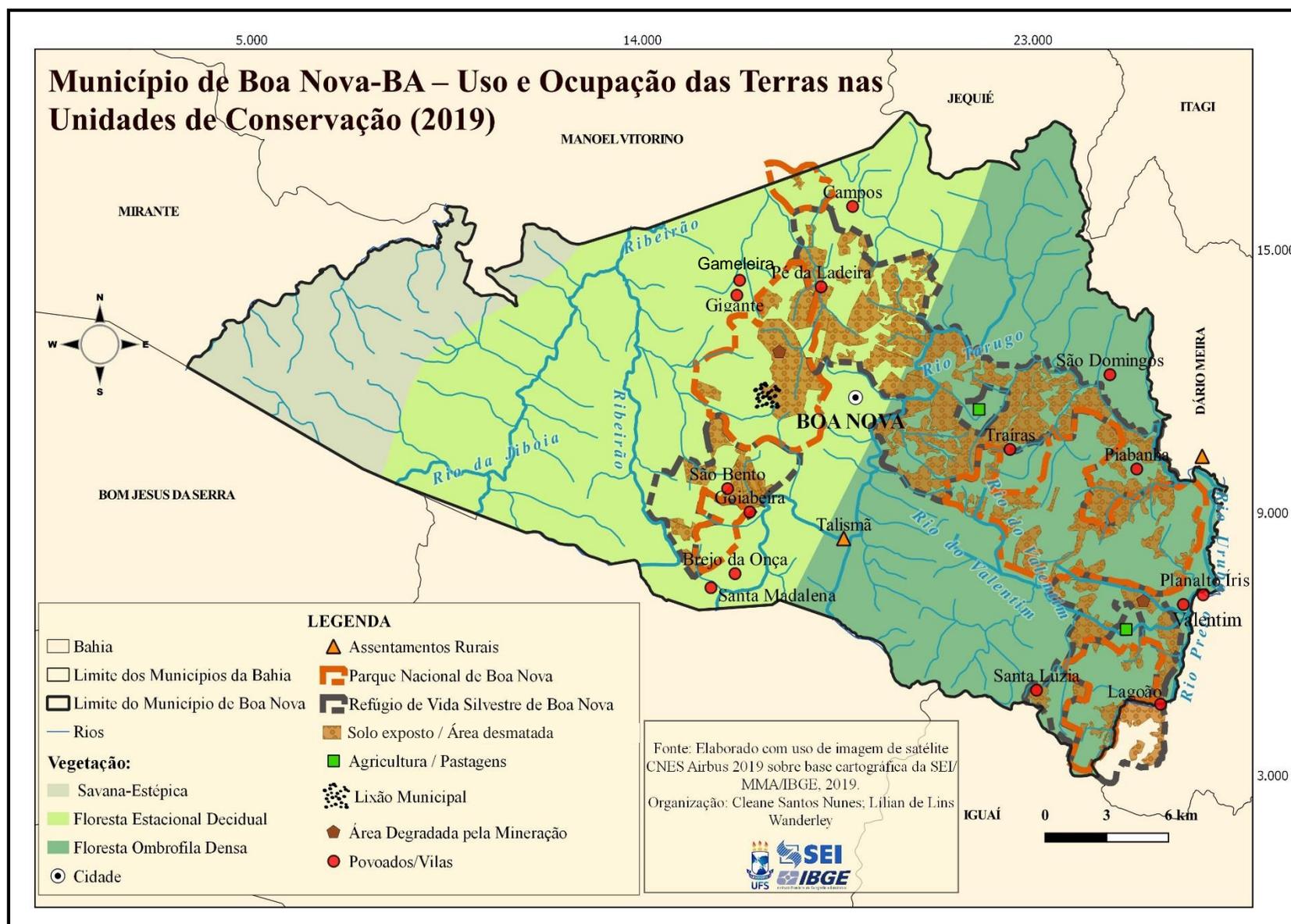
O cenário territorial das UCs de Boa Nova se faz complexo pelos contextos histórico, econômico e social em que estão inseridas, pois há décadas a área se formou socialmente por uma população altamente dependente dos recursos naturais

e da terra, e que por falta de uma alternativa aparente de expansão econômica e de investimentos do setor público e privado, o município se tornou um dos mais pobres do Brasil (IBGE, 2010). Essa situação socioeconômica levou os moradores locais à optarem pelo consumo do meio, os levando à degradação da vegetação através do desmatamento para criação de animais e plantio, caça, extração mineral e outros recursos. O cenário impactado é visível, sobretudo na atualidade, quando se observa a situação das áreas mais preservadas do município de Boa Nova, depois de quase 10 anos da criação das áreas protegidas (Figura 25).

O produto cartográfico gerado a partir da interpretação da imagem de satélite CNES Airbus 2019 (Figura 25), das UCs do município de Boa Nova, permite identificar o grande número de áreas queimadas, desmatadas e/ou erodidas pela mineração, criação de animais e outros. Essas áreas destacadas pela textura de coloração marrom se espalham por toda área das UCs, com exceção do Bloco Icó. Esses polígonos foram identificados nas imagens de satélite pois se diferenciavam do restante da área do seu entorno com a ausência total de uma mata que permitia a cobertura do solo, deixando-o exposto. Em todas as áreas destacadas pela textura foram encontradas as sedes das fazendas, e próximo a elas as áreas, que pelo seus formatos, se destinavam à agricultura ou à pastagens.

A partir da identificação do Parque Nacional (linha tracejada laranja) e do Refúgio de Vida Silvestre (linha tracejada cinza), é possível perceber que as áreas de conectividade do PARNA, ou seja, as áreas escolhidas para pertencerem ao REVIS, possuem um grau de impacto mais elevado. Um olhar mais atento pode perceber que o Parque, apesar de também conter algumas manchas de degradação em marrom, possui uma área em que a vegetação é mais presente do que na área do Refúgio (Figura 25).

Figura 25: Uso e ocupação das terras nas Unidades de Conservação de Boa Nova.



Elaboração: Cleane Santos Nunes; Lílian de Lins Wanderley, (2019).

Nas áreas próximas às unidades de conservação foram identificados 15 (quinze) pontos correspondentes a povoados vilas (pontos na cor vermelha) e 2 (dois) assentamentos rurais (triângulos na cor laranja). Não foi identificada a presença de nenhum povoado ou vila dentro dos limites do Parque, apenas em áreas bem próximas, como é o caso das localidades: Pé da Ladeira, nas imediações do Bloco Torre; São Bento e Goiabeira, nas imediações do Bloco Goiabeira; Traíras, nas imediações do Bloco Timorante; e Lagoão, nas imediações do Bloco Rio do Chumbo.

A seguir os povoados e vilas, bem como as propriedades rurais localizadas nas áreas com nível de degradação (textura na cor marrom) destacados na Figura 21, serão caracterizados a partir das suas influências no uso e ocupação das terras nas áreas de UC, pois é evidente que o solo das áreas protegidas é altamente impactado pelas ações antrópicas para benefício socioeconômico. Tal caracterização será realizada a partir da identificação dos Blocos do Parque.

A área do Bloco Icó, ao Norte, possui propriedades rurais médias e grandes inseridas parcialmente na área do Parque e a Vila Campos, nas proximidades. As propriedades se dedicam à atividades econômicas voltadas à pecuária extensiva, plantio de palma forrageira e capim.

As proximidades e no interior do Bloco Torre são ocupados por propriedades pequenas, médias e grandes, parcial e totalmente inseridas no Parque, além das Vilas Pé da Ladeira, Gameleira e Gigante. A população dessa área sobrevive da pecuária extensiva, caprinocultura, plantio de capim e pequenas áreas de fruticultura irrigada. Nota-se na Figura 21 grandes extensões de áreas que sofreu com a degradação da vegetação. De acordo com o Plano de Proteção do Parque (ICMBIO, 2016), esses impactos se devem a intensa atividade agropecuária e mineração (pedreiras de granito desativadas e jazida de piçarra) na BR 030. Ainda de acordo com o ICMBio (2016) é recorrente o encontro da população envolvida com atividades ilegais como caça e o tráfico de aves.

Nas imediações do Bloco Goiabeira existem propriedades rurais pequenas, médias e grandes inseridas parcialmente na área do Parque; as Vilas São Bento, Goiabeira, Brejo da Onça e Santa Madalena; e o Assentamento Talismã. Tais áreas possuem a base econômica destinada à pecuária extensiva, caprinocultura e a lavoura de hortaliças irrigadas. Os focos de erosão e degradação presentes nessa

área são consequência da intensa atividade agropecuária, mineração com extração de granito para a produção de paralelepípedo, produção e coleta de lenha para serem usadas nos fornos das padarias e abertura de novas áreas para a agricultura irrigada. Também de acordo com o ICMBio (2016) é recorrente o encontro da população envolvida com atividades ilegais como caça e o tráfico de aves.

Na área da Mata Atlântica, nas proximidades do Bloco Timorante foram encontradas pequenas, médias e grandes parcial e totalmente inseridas no Parque, além dos Povoados Valentim e Planalto Íris; O assentamento Renascer; e as Vilas São Domingos, Traíras e Piabanha. O solo da área é utilizado pela população para o desenvolvimento da pecuária extensiva, plantio de capim, banana, silvicultura (cedro australiano), suinocultura, lavouras de cacau, plantação de cana-de açúcar, mandioca e pequenas áreas de lavouras irrigadas (hortaliças). Também é comum ao longo da BR 030 a prática da mineração, com pequenas pedreiras de granito para a produção de paralelepípedos, como na Figura 19, abertura de novas áreas para a agricultura, desmatamento furtivo, coleta de lenha para casas de farinha e estufas de cacau.

Figura 26: Lavra de granito à beira da BR 030, no município de Boa Nova –BA.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

O Assentamento Renascer, assim como o Assentamento Talismã, na região Sul do município, foram criadas pelo Governo do Estado da Bahia antes da criação das UCs. No momento da delimitação das áreas protegidas o Assentamento Renascer ficou fora dos limites do Parque, mas pertencendo a zona de amortecimento, porém a sua proximidade do Bloco Timorante faz do Parque uma extensão da sua área produtiva.

E por fim as áreas próximas ao Bloco Rio do Chumbo, que possuem pequenas, médias e grandes propriedades rurais, parcial e totalmente inseridas no Parque além das Vilas Santa Luzia e Lagoão. Essa área é caracterizada pela pecuária extensiva, plantio de capim, lavouras de cacau, plantação de cana-de-açúcar, mandioca e pequenas áreas de lavoura. Também é comum a abertura de novas áreas para a agricultura, desmatamento furtivo, coleta de lenha para casas de farinha e estufas de cacau.

3.3 PROBLEMAS E CONFLITOS AMBIENTAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA – BA

3.3.1 Análise dos conflitos socioambientais dos territórios protegidos

As unidades de conservação de proteção integral de Boa Nova possuem uma configuração complexa em se tratando do precário nível de implementação dessas áreas. De acordo com o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova (ICMBIO, 2016), foram constatados obstáculos para a implementação das UCs no que se refere a conflitos em áreas antropizadas e entraves políticos.

O Parque Nacional é composto em sua totalidade por propriedades privadas, ainda não desapropriadas por falta de recursos orçamentários do órgão federal ICMBio, responsável pela sua administração. Atualmente são cerca de 200 propriedades, em atividades produtivas, sem previsão para desapropriação, gerando um cenário instável para controle e proteção. Contudo, o processo de implementação do PARNA conta com alguns avanços, como a presença do Gestor da área, Conselho Consultivo - instituído pelo ICMBio, por meio da portaria de nº40, de 27 de agosto de 2015 - esquadrão de brigada - com 7 brigadistas.

As UCs dispõem de estrutura básica precária no que se refere à localização dos pontos turísticos, ou seja, placas contendo informação sobre os lugares turísticos. Ao todo são apenas duas placas na área do Parque, uma informando sobre a trilha do Morro do Inglês e a outra sobre as Três Cachoeiras (Figura 27).

Figura 27: Placas de localização de pontos turísticos



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

O Refúgio de Vida Silvestre não possui Gestor, nem conselho consultivo e se encontra estagnado no que se refere a fiscalização das atividades e implementação efetiva e legítima. Os avanços em relação a administração do Refúgio são estendidos aos funcionários do Parque Nacional.

Os problemas se tornam mais sérios quando se percebe nessas áreas o intenso antropismo e negligência do órgão federal gestor (ICMBio) em implementar as UCs e iniciar o processo de regularização fundiária dos 12.065 ha. área total do PARNA. O REVIS apesar de ser uma unidade de conservação de proteção integral, pode ser constituído por áreas particulares, como diz a Lei do SNUC, nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Apesar das normas de manejo serem mais flexíveis na categoria Refúgio de Vida Silvestre, a sua gestão não desconsidera a necessidade do Plano de Manejo e da existência de um conselho consultivo. Contudo, desde o decreto da criação do REVIS de Boa Nova, em julho de 2010, não houve avanços quanto a essas ações fundamentais para que haja a consolidação da unidade de conservação.

O Parque Nacional, por ser uma categoria para fins de preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possui maior importância e reconhecimento em nível nacional que o Refúgio de Vida Silvestre. Em Boa Nova, o Parque tem recebido maior atenção do órgão gestor, em relação ao REVIS, pois ao longo dos 9 anos de criação, o PARNA conseguiu elementos que vem fundamentando a sua implementação.

Vinculado ao Parque Nacional de Boa Nova existem 5 (cinco) servidores à disposição (Figura 28), dentre eles um chefe de área (gestor); o conselho consultivo, instituído pelo ICMBio, por meio da portaria de nº40, de 27 de agosto de 2015 e com posse em fevereiro de 2016; esquadrão de brigada; realização periódica do monitoramento das áreas em conjunto com a Polícia Civil do Município, a Polícia Militar do município de Poções, o 8º Grupamento de Bombeiros Militares da Bahia; além de estrutura básica de localização dos pontos turísticos, ou seja, placas contendo informação sobre os lugares.

Figura 28: Quadro de funcionários do ICMBio ativos no Parque Nacional de Boa Nova - 2018

	Cargo/função	Formação/Profissão	Tempo de Serviço* (no ICMBio)
1	Analista Ambiental	Biólogo (Servidor Público Federal)	10 anos/ 4 anos como gestor do Parque de Boa Nova
2	Técnico Ambiental	Tecnólogo em Segurança	02 meses
3	Técnico Administrativo	Técnico Administrativo	03 meses
4	Analista Ambiental	Engenheiro Agrônomo	03 meses
5	Analista Ambiental	Engenheiro Agrônomo	02 meses

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Informações coletada em entrevista pelo Gestor Ambiental do Parque Nacional de Boa Nova. Vitória da Conquista - BA, 21/07/2018. Organizado por Cleane Santos Nunes.

Considerando que o PARNA e o REVIS são áreas contíguas e partilham grande parte dos problemas socioambientais, a assistência e o monitoramento do pessoal alocado para o Parque Nacional contemplam as áreas do Refúgio. Dessa maneira, o número de funcionários é insuficiente para atender às demandas de ambas as áreas, que ao todo somam 27.089 ha.

De acordo com o Plano de Proteção do Parque Nacional, produzido em 2016¹⁷, as atividades de controle de área são dificultadas pelos seguintes fatores:

- A falta de veículos – dispondo apenas de 1 (um) veículo em funcionamento;
- Falta de pessoal – equipe com número insuficiente de funcionários para realização de atividades e ações de fiscalização;

¹⁷ Documento não publicado.

- Divergência de papéis – o gestor assume diversas funções nos campos de incentivo ao turismo, educação ambiental, atividades administrativas e relações políticas, o que, por vezes, inviabilizam atividades diretamente relacionadas à fiscalização;
- Operações de fiscalização – Ainda relacionado ao acúmulo de funções, além do atraso no pagamento, como por exemplo, das diárias de policiais militares, há dificuldades de se encontrar servidores temporários para exercer certas funções nas UCs (ICMBio, 2016);
- Falta de regularização fundiária – a falta de perspectiva para as indenizações prejudica a proteção, conservação e regeneração das áreas florestais das UCs – que são formadas ao todo por cerca de 600 propriedades privadas e de uma população dependente do solo e dos recursos naturais;
- Configuração do Parque Nacional – implantado em área bastante antropizada e dividido em cinco blocos em separados, além de estarem entre duas rodovias federais – a BR 030 e a BR 116, além de inúmeras estradas e trilhas ainda não mapeadas;
- Difícil acesso – Algumas áreas das UCs onde se encontram as florestas mais preservadas estão em áreas montanhosas de difícil acesso, sendo possível apenas com o uso de motocicleta ou a pé.

Nota-se uma maior negligência ao Refúgio de Vida Silvestre que não dispõe de nenhum funcionário exclusivo, como um Chefe de área, para manter o controle de uso dos recursos naturais e a conservação dos *habitats*, responsáveis por garantirem as condições de existência e reprodução da avifauna, sobretudo do *Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1831), espécie que motivou a criação das UCs no município.

A preocupação por parte das ONGs e demais atores sociais em proteger a área da devastação ambiental criou divergências entre as territorialidades locais e os próprios territórios já construídos pelos moradores. Com a criação dos territórios da conservação nessas áreas intensamente povoadas se vê o surgimento de conflitos resultantes da correlação entre os setores social, cultural e natural.

Essas divergências são concebidas como conflitos socioambientais, incluindo desde os **conflitos ambientais espaciais** até os **conflitos ambientais territoriais**

(ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Observe no organograma que segue (Figura 12) os conflitos identificados nos territórios da conservação de Boa Nova, a partir da abrangência das suas consequências, se espaciais ou territoriais

Figura 29: Organograma da tipologia dos conflitos ambientais, com base nos autores Zhouri e Laschefski (2010).



Fonte: Zhouri; Laschefski (2010).
Organização: Cleane Santos Nunes, 2018

Destacam-se em Boa Nova alguns **conflitos ambientais espaciais**:

Poluição por resíduos sólidos

O **lixão** do município de Boa Nova está implantado na área do Parque Nacional, no polígono Torre (Figura 22). Todo o lixo recolhido na sede do município, vilas e povoados - é despejado na área a céu aberto. A presença de um lixão na unidade é causa de impactos socioambientais e gerador de conflitos ante aos objetivos propostos pela categoria PARNA, fato que devido as condições inadequadas de manejo dos resíduos sólidos, gera um cenário de poluição da superfície e dos solos, com possíveis probabilidades de contaminação das águas subterrâneas.

O depósito de lixo fica ao lado de um dos pontos turísticos do PARNA, no domínio da Caatinga, chamado “Lajedo dos Beija-Flores” (Figura 30) que contém uma paisagem formada por orquídeas e cactos-cabeça-de-frade (*Melocactus zehntneri*. (Britton & Rose)) (Figura 31). O local faz parte de uma das rotas de observadores de pássaros (*birdwatching*), pois é o *habitat* do bacurauzinho-da-caatinga (*Nyctidromus hirundinaceus* (Spix, 1825)), do gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1931)), além de centenas de espécies de beija-flores que vão ao local para se alimentarem das flores do *Melocactus* que se abre apenas ao entardecer, formando um ambiente de proximidade entre os visitantes e as aves.

Figura 30: Lajedo dos Beija-flores, 2014.



Fonte: Ciro Albano (2014)

Figura 31: Cacto cabeça-de-frade (*Melocactus zehntneri*. (Britton & Rose))



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A **criação industrial de suínos** acontece numa propriedade rural de grande porte, dentro do Parque Nacional, no Bloco Timorante (Figura 32). A cultura da criação de suínos é comum na área leste do município, sobretudo nas imediações do povoado de Valentim, onde muitas fazendas são especializadas na reprodução de suínos para engorda e posterior comercialização.

Figura 32: Fazenda destinada à criação de suínos.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Descrição: (A) Muro com portão de entrada para a fazenda. (B) Fotografia tirada de fora da fazenda, com aproximação por zoom, que mostra as instalações da área de criação dos suínos. Destaca-se nessa imagem uma vegetação de mata fechada na área mais elevada do relevo.

As imagens mostram as estruturas da fazenda com uma área desmatada e mais ao fundo da Figura 32B um remanescente da Mata-Atlântica bem preservado. A área fazenda já existia antes da criação do Parque e foi incorporada à UC por conta da BR 030 ser o limite geográfico escolhido para a definição das áreas. A Figura 05 evidencia esse limite a partir da estrada.

Antes da criação das UCs do município o descarte dos resíduos sólidos era realizado diretamente num riacho subafluente do Rio Valentim, gerando fortes impactos sobre recursos hídricos e sobre a saúde pública em muitas regiões. Após a criação das UCs e da solicitação da prefeitura local junto ao Ministério do Meio Ambiente foram instalados tanques de decantação para filtrar os dejetos resultantes da atividade, contudo as análises da água dos rios à montante e à jusante da fazenda não foram feitas para identificação da eficácia do procedimento¹⁸.

Devastação dos remanescentes florestais

O **desmatamento** é um evidência em toda a área, feito por meio do corte raso ou seletivo de árvores. Não há áreas de vegetação primária na área de estudo, fato identificado por meio da observação durante as visitas de campo e por meio da análise técnica do ICMBio para produção do Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova, em 2016.

Ainda segundo esse documento a área leste das unidades de conservação, de domínio da Mata Atlântica, até os anos 2000 foi um polo madeireiro ilegal, onde mantinha serrarias concentradas no povoado de Valentim e Planalto Íris. Porém, devido à ausência de matéria-prima as serrarias foram sendo desativadas gradativamente, sendo que na época da criação das áreas protegidas o polo madeireiro já estava em decadência. Atualmente o problema do desmatamento diminuiu em comparado com a época antes da criação das UCs, devido à realização dos projetos com a temática ambiental desenvolvidos nas comunidades locais pelas

¹⁸ Informações coletadas em entrevista realizada com o Diretor do Meio Ambiente de Boa Nova. Boa Nova - BA, 16/08/2018. [Inserido nos apêndices].

instituições governamentais e não governamentais, além da presença da fiscalização desenvolvida periodicamente pelo ICMBio.

As **queimadas** são origem natural ou causadas pelo homem de modo proposital ou criminal. É muito comum entre os povoados da região a queima das capoeiras e matas de cipó para a limpeza de áreas para uso na agricultura e criação de pastos.

As ocorrências dos focos de calor ocasionados de modo natural, por consequência do clima, apresentam uma concentração nos meses mais quentes do ano, que são entre setembro e fevereiro, quando há ocorrência de temperaturas médias 30°C. A temporada das chuvas nessa época é bastante irregular, havendo concentração e atraso das precipitações.

O principal fator agravante dos incêndios é a presença da samambaia invasora do gênero *Pteridium*, uma planta de alto poder invasivo com biomassa de grande poder de combustão. De acordo com informações do Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova¹⁹,

Essa planta se adapta bem aos solos ácidos e sua queima periódica ajuda a acidificar ainda mais o solo, gerando assim um ciclo fechado de auto beneficiamento, que perpetua e alastra a ocorrência do vegetal e impede a regeneração da floresta. (pg.26)

As áreas contam com um esquadrão de brigada com o número de 7 (sete) brigadistas. Apesar de já ter controlado inúmeros incêndios entre os anos de 2012/2013 e em 2015/2016, a falta de um veículo apropriado para áreas rurais e o número reduzido de brigadistas para atender as áreas do PARNA e REVIS reduzem a eficácia das ações de controle dos incêndios.

Destacam-se em Boa Nova alguns **conflitos ambientais territoriais**:

A **criação do Parque Nacional e do Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova** nos termos do precário nível de implementação das unidades de conservação, sobretudo do REVIS, é considerado a ação conflitante de maior relevância nos moldes

¹⁹ Documento não publicado.

desta análise, surgida a partir da determinação do decreto de criação das duas áreas protegidas sobre outro território social e historicamente construído.

Como no caso da criação dos Parques Nacionais nos termos da Lei do SNUC, as propriedades devem ser desapropriadas para que a área se torne um território totalmente público. Contudo, como já discutido no presente caso, as 200 propriedades privadas e as territorialidades cotidianas dos seus moradores, permanecem coexistindo e divergindo entre si com os termos da preservação ambiental, próprios da categoria PARNA.

A **caprinocultura e pecuária e extensivas** são atividades comuns para subsistência e comercialização em nível local, sendo realizada em todo o município, inclusive na áreas das UCs, que sofrem com os impactos intensos dessas atividades, sobretudo nas áreas pertencentes ao domínio da Mata Atlântica. A criação extensiva de cabras são mais comuns principalmente nas áreas mais secas de domínio da Caatinga e Mata de Cipó, que são de fácil adaptação para esses animais. Essas atividades econômicas são as de maior destaque entre médios e grandes proprietários. Muitas fazendas não são totalmente cercadas e os gados andam livremente entre fragmentos de floresta.

Essas atividades devastam os remanescentes florestais para dar lugar aos pastos, disso ocorre a perda da biodiversidade (redução do número de espécies e *habitats*), além do pisoteio dos animais que compactam o solo, dificultando a absorção da água, facilitando o arrasto de material superficial pelo vento e pela água, resultando em processos erosivos.

A **caça** e o **tráfico de aves** são praticados em todo o município de Boa Nova, inclusive no PARNA, REVIS e Zona de amortecimento. De acordo com o ICMBio (2016), os infratores em sua maioria são pessoas de baixa renda que traficam para aumentarem a suas rendas familiares ou caçam para alimentarem as suas famílias.

Essa prática ameaça a extinção de espécies endêmicas ou migratórias e é uma ação contrária aos objetivos das UCs, além de ir de encontro com as atribuições da categoria Refúgio de Vida Silvestre. O ICMBio em conjunto com a Polícia Militar, Polícia Civil e a Diretoria de Meio Ambiente de Boa Nova realizam ações de fiscalização em conjunto para coibir esse crime.

A **extração de produtos florestais** decorre principalmente da coleta de lenha para fogões domésticos, padarias e casas de farinha. É uma prática comum em toda área estudada, realizada por residentes da área como alternativa de renda. Essa prática leva ao corte ilegal de árvores e perda da biodiversidade, além do aumento do risco de extinção de animais silvestres e perda dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta (ICMBIO, 2016).

As **atividades mineradoras** são outro obstáculo gerador de impactos e conflitos ambientais. A mineração local é baseada na exploração de granito, minério de ferro e extração de rochas para produção de paralelepípedos.

Alguns pontos do município possuem concessões de pesquisa mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Atualmente existem 5 (cinco) processos de autorização de pesquisa no Parque Nacional e no Refúgio de Boa Nova concedidos pelo DNPM, sendo que apenas um deles, da Mineradora Ubax Ltda. encontra-se com o emolumento do ano de 2017 quitado para permanência da pesquisa de minério de ferro para até 3 anos após a data do pagamento, numa área de 1.083,42 ha., que abrange parte do PARNA e REVIS e zona de amortecimento. Existem 2 (duas) pedreiras de granito desativadas no bloco Torre e uma pedreira de extração manual de granito na zona de amortecimento, próximo ao Bloco Timorante. Mesmo não havendo mais atividade de extração nesses locais, os impactos das explorações permanecem visíveis.

Figura 33: Resquícios da exploração minerária na região da Caatinga.



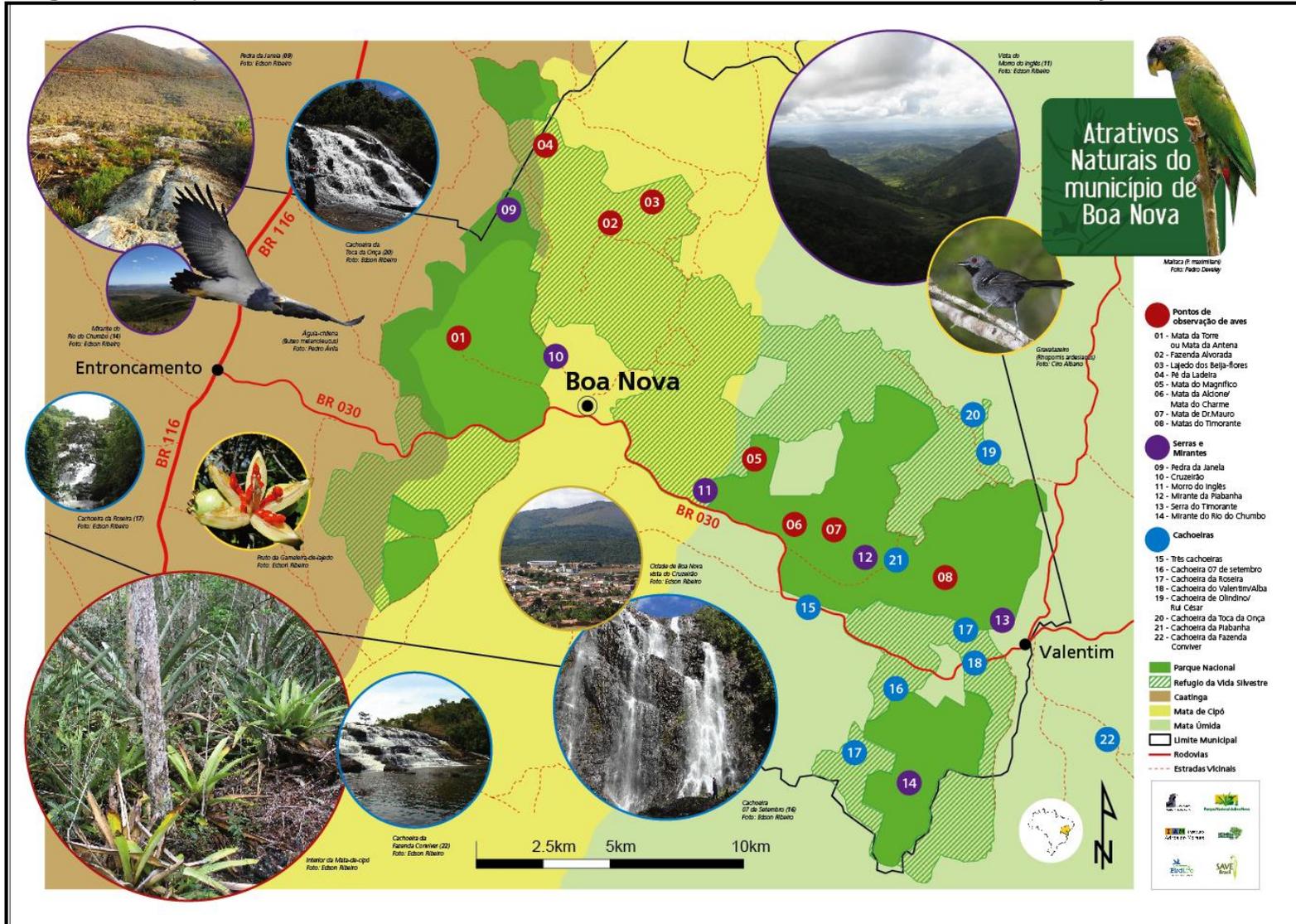
Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Os processos minerários abertos em fase de pesquisa não conferem necessariamente a extração mineral no futuro. Contudo, é importante considerar o potencial conflito de ações de extração e abertura de jazidas em áreas protegidas.

O **tráfego nas estradas** e a densa malha de circulação de veículos que corta as UCs e ZA torna ainda mais delicada a situação das áreas. O lado positivo é a facilidade para visitação turística da área, mas o grande número de estradas também é um obstáculo quando se trata dos impactos sobre a fauna e flora locais, considerando os atropelamentos, o barulho dos motores, a poluição pela fumaça dos escapamentos.

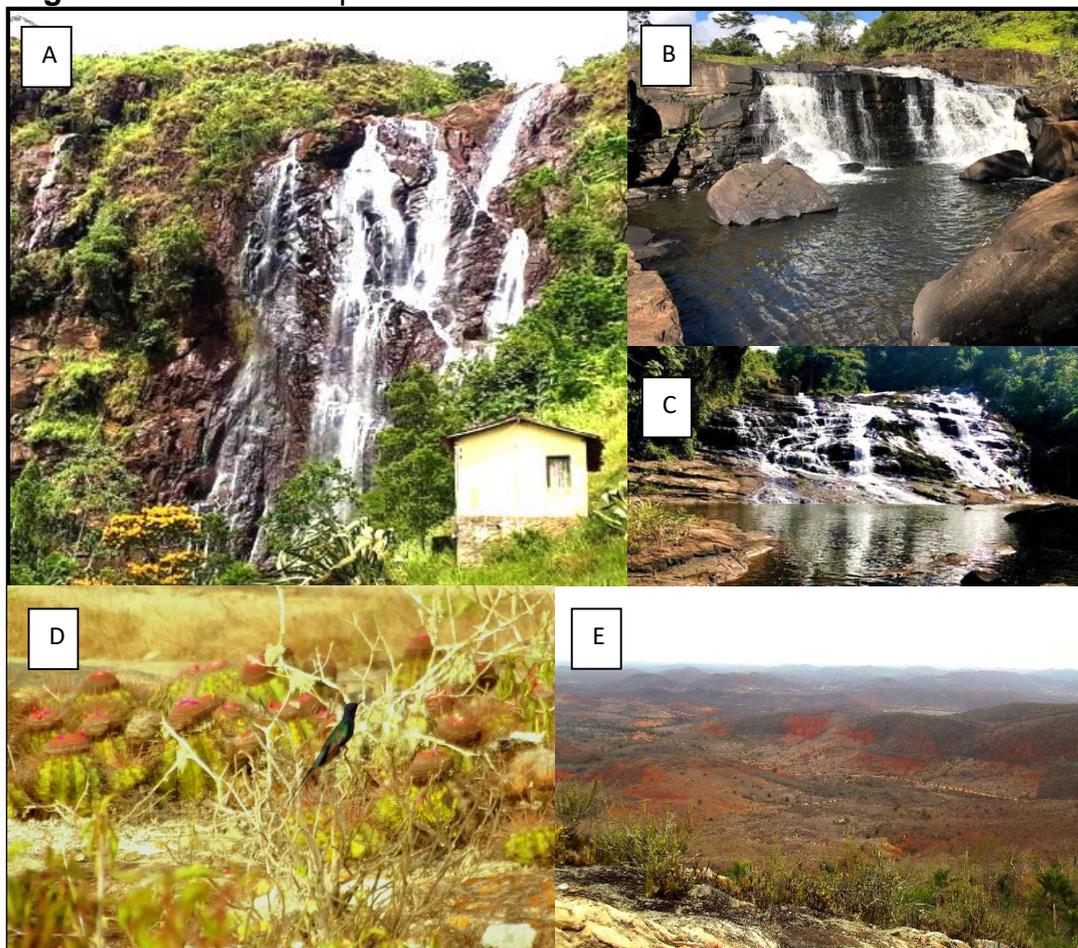
O turismo local é baseado na visitação das áreas naturais, como rios, cachoeiras, mirantes e áreas com vegetação nativa próprias para a prática de trilhas e birdwatching (por exemplo no Lajedo dos Beija-Flores, na Figura 30). A seguir as Figuras 34 e 35 mostram algumas imagens dos principais pontos turísticos da região:

Figura 34: Mapa das UCs Boa Nova, evidenciando os atrativos turísticos e as suas localizações.



Fonte: Save Brasil, 2012

Figura 35: Áreas com potencial turístico.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018; 2019

Descrição: (A) Cachoeira 7 de setembro; (B) Caldeirão; (C) Cachoeira de Roseno; (D) Lajedo dos Beija-Flores; (E) Vista sobre o mirante da Pedra da Janela.

Ao todo o município de Boa Nova possui 6 (seis) pousadas, sendo 3 (três) delas de pequeno porte, possuindo entre 6 e 14 leitos, localizadas na sede do município (Pousada Sande, Pousada de Aquiles e Pousada de Ninha) e outras 3 (três), localizadas na parte rural do município, nas proximidades do povoado de Valentim, com o porte e serviços de hotel fazenda, possuindo entre 10 e 30 leitos, além de áreas para camping, (Rancho Timorante, Rancho Feliz e o Hotel YJÊ).

De acordo com o setor de hospedagem, Boa Nova possui um limitado fluxo turístico, que ocorre entre os meses mais quentes do ano, na primavera e verão, de setembro à março.

Boa Nova não possui incentivo ao turismo vindo dos setores públicos e não há agências de turismo atuantes na região. Recentemente, desde o início de 2019, alguns grupos foram formados a partir de uma pessoa que, de modo independente e informal, conduz grupos de 5 a 15 pessoas através de expedições de 2 dias por alguns pontos turísticos do Parque Nacional.

A **instalação de linhas de transmissão** é uma realidade nas UCs, com existência de processos de licenciamento referente a instalação de linhas de transmissão de eletricidade do Programa Federal Luz para Todos. Embora seja um direito básico da população rural, esse fato é gerador de duas consequências negativas para o processo de implementação das unidades de conservação: aumenta a capacidade produtiva das propriedades; e acentuação do valor das benfeitorias para os futuros processos desapropriação e indenização das terras pelo órgão gestor.

A partir da apresentação dos problemas ambientais que se configuram nessa pesquisa como conflitos socioambientais, será apresentada uma tipologia básica de conflitos, em forma de tabela, nos moldes da proposta de estudo e síntese formulada por Little (2001), contendo a classificação, análise procedimentos básicos e tratamento das atividades conflitantes aqui discutida no quadro da Figura 34.

Figura 36: Conflitos espaciais e territoriais nas UCs de Boa Nova – BA.

TIPOLOGIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE BOA NOVA – BA								
TIPO DE CONFLITO	CLASSIFICAÇÃO	ANÁLISE		PROCEDIMENTOS BÁSICOS			TRATAMENTO	
		AMBIENTAL	ESCALAR	HISTÓRICO	ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS	AGENTES NATURAIS		IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS
<u>CRIAÇÃO DO PARNA E DO REVIS DE BOA NOVA</u>	<p>Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais.</p> <p>Subclassificação : Dimensão Jurídica – disputas do controle formal sobre os recursos.</p>	<p>Preservação dos remanescentes florestais; proteção dos <i>habitats</i> e de espécies da avifauna endêmica e ameaçada de extinção.</p>	Nacional/local	<p>Prospecção da área desde a década de 90, culminando no decreto de Criação das UCs, nº 12.642, de 11 de junho de 2010.</p>	<p>Instituições governamentais: MMA, ICMBio, Secretaria de Meio Ambiente de Boa Nova; ONG: SAVE Brasil</p>	<p>Ecótono caatinga - mata-atlântica, sobretudo a Floresta Estacional Semidecidual de Altitude, (Mata de Cipó); avifauna, sobretudo a espécie <i>Rhopornis ardesiacus</i> (Wied, 1931).</p>	Conflito existente	<p>Mediação/negociação; Diálogo/cooperação.</p>
<u>LIXÃO</u>	<p>Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural.</p> <p>Subclassificação : Caso de contaminação e degradação ambiental.</p>	<p>Problema de saúde pública, proliferação de vetores de doenças; poluição do solo e das águas superficiais através do chorume; e obstáculo para desenvolvimento do turismo.</p>	Regional/local	<p>A lei 12.305/2010 (Art. 54) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos dá o prazo até 02 de agosto de 2014 para a extinção das atividades dos lixões. Contudo, no presente caso a criação do aterro sanitário ainda está em</p>	<p>MMA, ICMBio, Prefeitura e comunidade local</p>	<p>Vegetação do domínio da Caatinga; solo.</p>	Conflito existente	<p>Mediação/negociação;</p>

				fase de análise. O último procedimento realizado foi o estudo técnico PRAD, no ano de 2017.				
<u>DESMATAMENTO</u>	Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. Subclassificação : Caso de esgotamento	Perda da biodiversidade ; erosão e empobrecimento do solo; enchentes e assoreamento dos rios; perda dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta – impactos no clima e no ciclo hidrológico.	Nacional/local	Toda área sofreu desmatamento , não havendo área de vegetação primária. A área da Mata Atlântica foi um polo madeireiro ilegal.	ICMBio, Secretaria de Meio Ambiente de Boa Nova; Polícia Militar, Polícia Civil; comunidade local de baixa renda.	Vegetação arbórea do domínio da Caatinga, Mata de Cipó e Mata Atlântica; fauna; clima solo.	Conflito existente	Repressão; diálogo/cooperação.
<u>QUEIMADAS</u>	Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. Subclassificação : Caso de esgotamento	Liberação de dióxido de carbono na atmosfera; destruição de <i>habitats</i> naturais; perda da biodiversidade ; erosão dos solos; perda dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta.	Nacional/local	Queimadas ocorridas em set. de 2012 e out. 2015 e dez.2016, controladas pela brigada de incêndios de Boa Nova – BA.	ICMBio; 8º Grupamento de Bombeiros Militares da Bahia; IAM	Vegetação arbórea e rasteira do domínio da Caatinga, Mata de Cipó e Mata Atlântica; fauna; clima, solo;	Conflito potencial	Diálogo/cooperação.
	Conflitos em torno dos impactos	Quando realizado descarte inadequado	Regional/local	Antes da criação das UCs: descarte dos dejetos em	MMA; Secretaria de Meio Ambiente de Boa Nova;	Cursos hídricos; ar.	Conflito existente	Mediação/negociação.

<u>CRIAÇÃO INDUSTRIAL DE SUINOS</u>	gerados pela ação humana e natural. Subclassificação : Caso de contaminação	dos dejetos: Proliferação de doenças; insetos e mau cheiro; contaminação e eutrofização dos cursos hídricos;		cursos d'água. Após a criação das UCs: implantação de tanques de decantação para filtragem dos dejetos.	proprietários rurais			
<u>PECUÁRIA E CAPRINOCULTURA EXTENSIVAS</u>	Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. Subclassificação : Caso de esgotamento	Substituição da vegetação nativa por pastos; perda da biodiversidade; compactação do solo; intensificação dos processos erosivos.	Local		Comunidade local: fazendeiros de pequeno, médio e grande porte.	Vegetação arbórea e rasteira do domínio da Caatinga, Mata de Cipó e Mata Atlântica; fauna; solo.	Conflito existente	Mediação/negociação.
<u>CAÇA DE ANIMAIS SILVESTRES E TRÁFICO DE AVES</u>	Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais. Subclassificação : Dimensão social – disputas sobre o acesso aos recursos naturais.	Ameaça e extinção de espécies endêmicas ou migratórias.	Nacional/Local	As atividades reduzidas a partir do desenvolvimento de projetos de educação ambiental e medidas fiscalizadoras desde a época de prospecção das áreas para a criação das UCs.	ICMBio; Polícia Militar, Polícia Civil e a Secretaria de Meio Ambiente de Boa Nova; SAVE Brasil; comunidade local de baixa renda.	Fauna.	Conflito existente	Repressão; diálogo/cooperação
<u>EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS</u>	Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural.	Corte ilegal de árvores; perda da biodiversidade; aumento do risco de extinção de animais	Local	As atividades reduzidas a partir do desenvolvimento de projetos de educação ambiental e medidas	ICMBio, Polícia Militar, Polícia Civil e a Secretaria de Meio Ambiente de Boa Nova	Vegetação arbórea e rasteira do domínio da Caatinga, Mata de Cipó e Mata Atlântica; fauna; solo.	Conflito existente	Repressão; diálogo/cooperação.

	Subclassificação : Caso de esgotamento.	silvestres; perda dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta – impactos no clima e no ciclo hidrológico.		fiscalizadoras desde a época de prospecção das áreas para a criação das UCs				
<u>ATIVIDADES MINERADORAS</u>	Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais. Subclassificação : Dimensão social – disputas sobre o acesso aos recursos naturais.	Remoção da vegetação nas áreas da extração; aumento dos processos erosivos, inclusive nos locais de minas desativadas; evasão de animais silvestres; poluição sonora.	Local	As atividades reduzidas a partir do desenvolvimento de projetos de educação ambiental e medidas fiscalizadoras desde a época de prospecção das áreas para a criação das UCs.	ICMBio, DNPM, comunidade local	Vegetação arbórea e rasteira do domínio da Caatinga, Mata de Cipó e Mata Atlântica; solo; granito, mármore; minério de ferro;	Conflito potencial	Repressão/diálogo/cooperação.
<u>TRAFEGO NAS ESTRADAS</u>	Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. Subclassificação : Caso de esgotamento.	Atropelamento de animais; compactação e redução da filtragem do solo; efeito de borda; facilita o acesso humano às UCs, o que pode intensificar outras atividades conflitantes, como a caça, tráfico de aves	Regional/Local	Área cortada pela BR 030 e BR 116, além de inúmeras trilhas e estradas não asfaltadas presentes antes da criação das UCs.	ICMBio, DNIT, comunidade local	Animais silvestres; solo.	Conflito existente	Negociação/mediação.

		e a extração de produtos florestais.						
<u>INSTALAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO</u>	<p>Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais.</p> <p>Subclassificação :</p> <p>Dimensão política – sobre a distribuição dos recursos e</p> <p>Dimensão Jurídica – disputas do controle formal sobre os recursos.</p>	<p>Aumento da capacidade produtiva das propriedades; e acentuação do valor das benfeitorias para os futuros processos desapropriação e indenização das terras.</p>	Local	<p>Direito básico do ser humano, contudo o problema se agravou pela protelação para regularização fundiária.</p>	<p>Ministério de Minas e Energia; MMA; Coelba; ICMBio; comunidade local.</p>	Fauna e flora	Conflito existente	Diálogo/cooperação.

Considerações Finais



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades de conservação são áreas submetidas à medidas restritivas de uso do solo, objetivando a conservação dos recursos naturais e de toda a biodiversidade disponível e passível de serem mantidas sob o viés da proteção ambiental. No entanto, para que esse projeto alcance êxito são necessários pré-requisitos, que em síntese se referem à escolha correta do local onde serão criadas, observância das condições socioambientais da área e o desígnio ao qual elas irão servir.

Apesar das UCs serem criadas envoltas no discurso da sustentabilidade, elas carregam em si os desejos dos atores sociais no momento da criação, que podem estar meramente relacionados aos interesses de reafirmação política ou de expansão econômica.

Criar unidades de conservação é ato político prestigiado entre as lideranças, contudo o problema fundamental é a escassez das ações contínuas do manejo, que nem sempre dão visibilidade e retorno rápido e direto ao local.

Apesar de legalmente as UCs serem instituídas como instrumento de gestão e ordenamento territorial, esses territórios frequentemente se tornam cenários repletos de conflitos envolvendo basicamente três dimensões: primeiro o território e suas dimensões socioculturais, o segundo as normas e instrumentos legais estabelecidos pelo SNUC e o terceiro os atores responsáveis por gerir e planejar o territórios, por vezes colocando em pauta os direitos e deveres dos dois primeiros.

As unidades de conservação de Boa Nova possuem cenários conflitivos que partem do elevado grau de ocupação das áreas. Tais espaços territoriais são permeados de conflitos socioambientais provenientes da inadequação das categorias do SNUC escolhidas para a área, o que dificulta a administração das UCs, ao mesmo tempo que certos conflitos existem pela impossibilidade de regularização fundiária por parte do órgão público, no caso de Boa Nova, o ICMBio.

O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo vedada a presença de áreas particulares incluídas em seus limites, necessitando essas serem desapropriadas de acordo com a disposição da lei do SNUC. Além disso os Parques Nacionais tem como propósito a preservação de ecossistemas naturais de grande

relevância ecológica e beleza cênica, sendo permitido apenas a realização de pesquisas científicas, de educação e interpretação ambiental e de atividades de cunho turístico e recreativo em contato com a natureza (BRASIL, 2000).

Boa Nova possui um cenário ambiental particular, está localizada numa área de transição ambiental, onde estão em contato diferentes comunidades ecológicas dos biomas da Caatinga e Mata-Atlântica. A Floresta Estacional Semidecídua é altamente ameaçada, possui apenas 2,6% de remanescentes preservados, o que é uma ameaça às espécies endêmicas da sua flora e fauna. Atualmente a Mata de Cipó se encontra limitada a pequenos trechos em relação à sua ampla distribuição primária, na extensão do planalto sul baiano.

A preocupação com a conservação dos remanescentes dessa vegetação, bem como da ave endêmica conhecida como gravatazeiro (*Rhopornis ardesiacus* (Wied, 1831), levou a escolha de duas categorias de proteção integral para fazer parte do município de Boa Nova.

No entanto, desde a fase de prospecção das áreas que seriam submetidas à criação de unidades de conservação no município, era sabido por parte dos atores envolvidos que o território era intensamente povoado e usado por populações rurais, apesar de conterem fatores relacionados a biodiversidade e beleza dos lugares que a pudesse enquadrar na categoria Parque Nacional.

A escolha dessa categoria de UC, juntamente com a privação financeira por parte do órgão gestor trouxe problemáticas socioambientais em função da inadequação da área para se adaptar aos requisitos de um Parque.

O Parque Nacional de Boa Nova foi criado em 2010 e poucos avanços se fizeram presentes na área. Ainda hoje a unidade de conservação é composta em sua totalidade por propriedades privadas, que desempenham diariamente atividades produtivas de plantio de frutas e verduras para subsistência e comercialização, além da caprinocultura e pecuária extensiva, sendo ameaça ao aumento das áreas de pasto e compactação dos solos. Tais atividades sobre a terra e o consumo dos recursos extraídos da natureza que eram comuns numa área rural, tornaram-se um conflito socioambiental, pois o aquela propriedade que era pessoal passou a estar disponível ao domínio público.

Discute-se em maior instância a situação do Parque em detrimento do Refúgio de Vida Silvestre, pois esse último, apesar de ser uma unidade de proteção integral, pode ser constituído por propriedades particulares, e desse modo não gera tantos conflitos. O REVIS de Boa Nova foi escolhido para preencher as lacunas do PARNA, quando esse fosse inadequado devido às condições de antropização das áreas.

A maneira como vem se dando a relação entre esses fatos têm produzido fenômenos geográficos conflitantes, que começaram na definição de categorias, cresceram com a permanência ilegal das populações nessas UCs, pela dificuldade financeira do ICMBio para regularização fundiária.

Boa Nova encontra-se frente a um dilema político, social e ambiental, pois é perceptível a dificuldade da implementação de um Parque Nacional nas condições retratadas ao longo de toda a pesquisa. Os custos são altos quando se trata da regularização fundiária e implementação de uma base funcional para as áreas do Parque, como no caso da implementação de estruturas para o uso recreativo e criação de uma base turística.

A população precisa se sentir pertencente dessa política de proteção da natureza e não apenas ser vista com um problema para conservação das áreas de UCs. A partir do momento em que suas atividades econômicas e de subsistência são limitadas, a população não enxerga ganhos imediatos no fato de estarem dentro de uma UC. O Parque, então passa a se tornar inútil, pois não gera ganhos econômicos no uso da terra e nem se utiliza da capacidade turística.

A alternativa de se criar propostas para o desenvolvimento do turismo seria um meio de fortalecer a atuação da UC frente aos setores econômicos e sociais. Porém essa proposta necessitaria do apoio federal injetando apoio financeiro e de pessoal.

São iniciativas dessa natureza que tendem a dar aos territórios da conservação um verdadeiro sentido da política de proteção associado ao incentivo econômico. Ademais, os órgãos responsáveis do setor público necessitam utilizar do potencial natural existente na área e agir de maneira a amenizar os efeitos negativos dos conflitos para que se aproximem cada vez mais dos objetivos sustentáveis das UCs.

V. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). *Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006.

ACSERALD, H.; BEZERRA, G.N. **Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina**. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Org.) *Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ACSERALD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ, 2010.

_____. **Conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento – anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade**. In: *Em Pauta (Uerj)* v. 11, nº 32 (2013), p.113-130.

ALIER, Juan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano (2000) “**Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**”, mimeo, trabalho preparado especialmente para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.

BARBANTI JÚNIOR, O. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. (Tese de Doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 02, de 03 de fevereiro de 1994** que aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, no período de 5 a 14/06/92. Ministério do Meio Ambiente. Brasília-DF: MMA, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília-DF, 2000.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente) (2017). **Áreas prioritárias**. <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>> Acesso dia 29/11/2017.

BRASIL, ICMBIO. **Plano de proteção do Parque Nacional de Boa Nova do Estado da Bahia**, 2016.

BRASIL. 1973. **Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973**. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei 7.735, de 22/02/1989**. Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília-DF, 1989.

BRASIL, Decreto Nº 2.519, DE 16/03/1998. Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília, 1992

BRASIL. Lei 11.516, de 28/07/2007. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Decreto Federal s/n, de 11 de Junho de 2010**. Brasília - DF, 2010. Cria o Parque Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, no Estado da Bahia. Brasília-DF, 2010

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. "Plano de manejo Parque Nacional do Itatiaia - Resumo executivo, Barreto, C.G.; Campos, J.B.; Roberto, D.M.; Roberto, D.M.; Teixeira, N.; Alves, G.S.G. & Coelho, W. – 2013.

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23/01/1934**. Institui o Novo Código Florestal. Brasília-DF, 1934.

BRASIL. **Lei 4771 de 15/09/1965**. Institui o Novo Código Florestal. Brasília-DF, 1965.

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Parque Nacional de Boa Nova**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/2587-parque-nacional-de-boa-nova>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Parque Nacional da Tijuca**. <http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/quem-somos.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

BRASIL, IBGE. Cidades/ Panorama - Boa Nova. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/boa-nova/panorama>> Acesso dia 10 de dezembro de 2018.

BRASIL, DNPM. **Portal da Outorga**. <<http://outorga.dnpm.gov.br/SitePages/Regimes%20Autorizacao%20de%20pesquisa.aspx>>. Acesso dia 20 de novembro de 2017.

BRASIL, SIBBR. **Sistema de informação da biodiversidade brasileira**. <www.sibbr.gov.br>. Acesso dia 02 de dezembro de 2017.

BENCKE. G. A. et al. Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil: parte 1 – Estados do domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006. 494 p.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente). (2004) **PORTARIA Nº 126, DE 27 DE MAIO DE 2004.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/port126.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

BENSUSAN, N. 2006. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** São Paulo, FGV.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação – intenções e resultados.** 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Collaborative management of protected areas: tailoring the approach to the context.** IUCN-The World Conservation Union, 1996

CALANDINO, Danielle. **Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileiras.** 2016, 243f. (Tese) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal de Brasília - UNB. Brasília - DF, 2016.

COELHO, M.C.N; CUNHA, L. H; MONTEIRO, M. de A. **Unidades de conservação: Populações, Recursos e Território. Abordagens da geografia e da Ecologia política.** In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.) Unidades de conservação, abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012

COSTA, N. O; GORAYEB, A; SILVA, E. V.; MEIRELES, A. J de A. **Cartografia social: instrumento de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha da Prainha do Canto Verde, Beberibe-Ceará.** Revista Equador (UFPI), Vol. 5, Nº 4 (2016) p.106 – 127.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. **A história da Proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro.** In: TERBORGH, John; DAVENPORT, Lisa (et. al.) Tornando os Parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 2002, p. 52 – 76.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, HUCITEC, 2004.

DNIT, 2010. **Condições das Rodovias. Estado: Bahia / BR: 030.** Disponível em: <<http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=030&Estado=Bahia&DRF=5>> Acesso em: 27 de Abril de 2019.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J.L. de A; OLIVEIRA D. de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no brasil.** (2010) Disponível em:https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/28053/mod_resource/content/1/Drummond_et_al_2010_UC_legislacao_historico.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

DRUMMOND, J. A. et al. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil.** In: GANEM, R. S. (org.). Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

Dudley, N. **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas.** IUCN, 2008

FIELDGUIDES, 2019. **Videos to share.**
<<https://fieldguides.smugmug.com/VIDEOS/To-share/n-RN4S6/i-WhpFGht/A.>>
Acesso em: 27 de Abril de 2019.

FIELDGUIDES. **Caatinga.** Disponível em:
<<http://birdingbraziltours.com/?u=caatinga>> Acesso em: 27 de Abril de 2019.

FIELDGUIDES. **NOWHERE BUT NORTHEAST BRAZIL!** Disponível em:
><https://fieldguides.com/bird-tours/brazil-northeast>> Acesso em: 27 de Abril de 2019.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP.** Ambiente & Sociedade. Vol. VII, n. 1, jan./jun. 2004, p. 47-66.

FLIGSTEIN, Neil (2001) – “**Social skill and the theory of fields**”. Disponível em:
<http://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=iir/ccop>
Acesso dia: 05 de janeiro de 2018.

GASTAL, Maria Luiza. Os instrumentos para a conservação da biodiversidade. In: BENSUNSAN, Nurit (org.). **Seria melhor ladrilhar? Biodiversidade – como, para que, por quê.** Brasília: Editora UnB/ ISA, 2002, p.29-41. MIRRA, Álvaro L. Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Quantificação em Geografia.** São Paulo: Difel, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gonzaga, L.P., Pacheco, J.F., Bauer, C. & Castiglioli, G.D.A. **An avifaunal survey of the vanishing montane Atlantic Forest of southern Bahia, Brazil.** Bird Conservation International 5: 279–290. 1995.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. **Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais.** In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** (orgs) Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Spósito. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. P. 271-290.

HERRERA, J. (2008). Cartografía Social. Disponível em:
<www.juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

JUNIOR, E. de C. COUTINHO, B. H. FREITAS, L. E. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas**. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.) Unidades de conservação, abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 303

_____. La ecología política em América Latina: um campo em construción. In: ALIMONDA, Héctor (Org). **Los Tormentos de la matéria: aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 23-39.

LATOUR, Bruno. **A Ecologia Política sem a natureza?** Projeto História, São Paulo, 2001.

LITTLE Paul Elliot. **Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_____, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

JORGE, Cláudia Maria Baronto. **Tratamento das Águas Residuais dos Dejetos de Suínos com Aguapé, um Estudo de Caso no Campus Nilo Peçanha- Pinheiral – RJ** (LATEC/UFF/ ANAIS), 2013.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda**. IN: ACSERALD, H. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002. p.2017-244.

LEUZINGER, M. D. et al. **Monumentos naturais, refúgios da vida silvestre e áreas de relevante interesse ecológico: pesquisa e preservação**. (2017). Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11082/1/eBook_Monumentos_Naturais.pdf> Acesso em: 15 de Maio de 2019.

LUIZ ,Edson Ribeiro. **Conservação do Gravatzeiro *Rhopornis ardesiacus* (Wied 1831) (Aves: Thamnophilidae): distribuição geográfica, estratégia de forrageamento, densidade e estimativa populacional**, 2010, 64f. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Ecologia de Biomas Tropicais. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto-MG, 2010

MARION, Cristiano Vinícios. **A construção da decisão jurídico - Ambiental: comunicações desde a ecologia política**. 2016, 111 f. (Dissertação). Mestrado em Direito. Programa de pós-graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, 2016.

MARTINS, A. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no brasil**. Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona Vol. XVII, 2012.

JOLIVEAU, Thierry. **O lugar dos mapas nas abordagens participativas**. In: ACSERALD, Henri (Org) Cartografias Sociais. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

MEIRELES, A. J. A.; GORAYEB, A. (2014) – “**A cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**”. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso no dia 15 de janeiro de 2018.

MORSELLO, C. **Diagnóstico e Plano de Conservação para as Florestas de Boa Nova, Ba-hia: Concepção e Viabilidade**. Cap. 11: 217-257. In: Campiolo, S. 2005 (Coord.). Biotas das Florestas do Planalto de Conquista, Sudoeste da Bahia. ProBio – Relatório Final, p. 274, 2005.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

Mota, José Aroudo. **O Valor da Natureza – Economia e Política dos Recursos Naturais**. Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Os conflitos na sociedade moderna: Um campo de estudo e ação política. In: BURZSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-106

NETO, F.O.L; SILVA, E. V. da; COSTA, N. O. da. **Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 18, n. 2, p. 56-70, Set. 2016.

Pacheco, J. F.; Bauer, C. Estado da arte da ornitologia na Mata Atlântica e Campos Sulinos In: **Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação dos Biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos**. Belo Horizonte: Conservation International. Available at, 2000.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. **Political Ecology in Latin America: the social reappropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 35, 65-88, 2015.

PUREZA, Fabiana; PELLIN, Angela; PADUA, Claudio. Unidades de conservação: Fatos e Personagens que fizeram a história das categorias de manejo. São Paulo: Matrix, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. (orgs) Marcos Aurélio

Saquet, Eliseu Savério Spósito. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. P. 17 – 36.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lucia Salazar. **Pesquisas qualitativas: referências para pesquisas em geografia**. In: Marafon, Glaucio José [et. al]. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 23 – 35.

RIZZONI, L.B.; TOBIAS, A.C.T.; DEL BIANCHI, M.; GARCIA, J. A. D. **Biodigestão anaeróbia no tratamento de dejetos de suínos**. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, v.9, n.18, p.1-20, 2012.

ROCHA, A. A. 2008. **Análise Socioambiental da Bacia do Rio Verruga e os processos de urbanização de Vitória da Conquista- BA**. PDRS – Região sudoeste da Bahia unidades geoambientais. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

RODARY, E.; MILIAN, J. **Expansion and Diversification of Protected Areas: Rupture or Continuity?** Protected Areas, Sustainable Land? 2011.

SACHS, Ignacy, **Rumo à Ecosocioeconomia, Teoria e Prática do Ecodesenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Editora: Universidade de São Paulo, 2014

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (orgs) Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Spósito. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. P. 73 – 94.

_____, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. In: Geo UERJ. Ano 10, v.2, n.18, 2008, p. 24-42.

_____, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SETUR, 2017. **Bahia inicia atualização do Mapa Turístico que reúne 118 cidades**. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/2017/04/618/Bahia-inicia-atualizacao-do-Mapa-Turistico-que-reune-118-cidades.html>>. Acesso em: 30 de Abril de 2019.

SILVA, Juliene Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação**. In: RAMIRES, C.L; PESSÔA, V.L.S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 207 -221.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. **Territórios da conservação: uma análise do potencial fitogeográfico das uc's de uso sustentável em Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia), 2012. 291 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SIMMEL, G., **A natureza sociológica do conflito**; in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São. Paulo, Ática, 1983.

_____, G. **Sociologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-116

SOUZA, F. A. Z. **Desafios e perspectivas da participação social nos conselhos gestores de duas Unidades de Conservação na baixada santista do estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento Geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TERBORGH, John Superando os impedimentos para a conservação. In: TERBORGH, John; DAVENPORT, Lisa (et. al.) **Tornando os Parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. 2002, p. 267-273.

TAVARES, Sandra. **Boa Nova é destino para observadores de aves**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/7111-boa-nova-e-destino-para-observadores-de-ave>> Acesso em 27 de Junho de 2017.

TURATO, Egberto R. **"Decidindo quais indivíduos estudar"**. Tratado de metodologia da pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-386.

VERDUM, Roberto. Os geógrafos frente as dinâmicas socioambientais. In: **Revista do departamento de geografia - USP**, V.16. 2005, p. 91-94

VIEIRA, V. L. V.. ALMEIDA, M. G de A. **Conflitos Ambientais no Litoral Norte de Sergipe**. (2011). Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/14715/10070>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

WANDERLEY, L. de L. **Litoral sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável**. (Tese de Doutorado). Rio Claro: UMESP, 1998.

Wheatley, N. 2000. **Where to Watch Birds in South America**. Princeton University Press. 431p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um Novo Campo de Investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WIKIAVES. Gravatazeiro. Disponível em:<
http://www.wikiaves.com.br/especies_ao.php?&-t=ao&ao=1247> . Acesso em: 12 fev. 2019 .

Apêndices



VI. APÊNDICES

I - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO SISTEMÁTIZADA NAS UCs

Nome da UC:

Localidade visitada:

Descrição do ambiente:

1. Infraestrutura existente;
2. Áreas de lazer;
3. Ocupação/propriedades particulares;
4. Principais usos atribuídos ao território;
6. Aspectos fitogeográficos (situação da vegetação existente);
7. Impactos ambientais;
9. Outras informações relevantes.

A) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FUNCIONÁRIOS DO ICMBIO

DADOS PESSOAIS

1. Nome Completo:

_____ Idade: _____

2. Instituição:

3. E-mail: _____ Telefone: _____

4. Telefone comercial: _____

5. _____ Escolaridade/Formação:

6. Profissão: _____

7. Função/Cargo: _____

8. Tempo de Serviço: _____

Com relação a Criação e implementação das UCs:

1. Quais eram os atores sociais envolvidos no processo de idealização e criação do projeto das UCs?

2. Como era a área antes da criação das UCs?
3. Quais as principais dificuldades para a criação e implementação das UCs?
4. Por que foi escolhido criar as categorias Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre?
5. Durante o processo de criação das UCs houve a participação da comunidade local?
6. Atualmente os usos dos territórios das UCs são compatíveis com as finalidades da categoria de cada unidade?

Com relação à dimensão fundiária*:

7. Quantas propriedades particulares existiam no Parque Nacional e no Refúgio no período da criação das UCs? A quem pertenciam essas propriedades?
8. E atualmente? A quem pertencem essas propriedades?
9. Antes da criação das UCs os proprietários foram avisados que suas terras fariam parte de uma UC de proteção integral? De que forma reagiram?
10. Os proprietários que atualmente vivem nas áreas protegidas contribuem para a gestão e para o gerenciamento das unidades? De que forma?
11. Qual o estado atual dos processos de desapropriação?
12. Quais os principais conflitos entre população e órgão gestor que dificulta a administração das UCs? E quais estratégias utilizadas para minimizá-las?
13. As UCs já foram ocupadas ou ameaçadas de invasão pelo MST?

Sobre o quadro de funcionários:

14. Quadro de funcionários disponíveis para gerenciar a UC:

Funcionário	Formação/ Profissão	Cargo/função	Vínculo/tempo de Serviço

15. O órgão gestor tem fornecido cursos de capacitação para os funcionários? Em caso afirmativo, quais?

Com relação aos impactos e vulnerabilidade:

16. Quais os fatores que tornam as unidades mais vulneráveis?

() Atividades ilegais

() Fácil acesso à área

() Demanda populacional por recursos naturais existentes

() Imprecisão das leis

() Pressão sobre os representantes da unidade, facilitação e licenciamento para a exploração indevida dos recursos naturais.

Outros:

17. Quais agressões/inconformidades ambientais mais comuns nos territórios das UCs? Ocorrem com que frequência? Por quem?

Com relação a parceria com outras entidades

18. Qual a participação/contribuição das referidas instituições na gestão das UCs?

ICMbio:

IBAMA:

INCRA:

SAVEBrasil:

Instituto Adroaldo Moraes (IAM):

Prefeitura Municipal de Boa Nova:

Prefeitura Municipal de Dario Meira:

Prefeitura Municipal de Manuel Vitorino:

Polícia Militar da Bahia:

Polícia Civil da Bahia:

Outras instituições participantes:

19. As decisões tomadas em reuniões pelo conselho consultivo têm trazido apoio para a gestão da UC? Cite exemplos.

Sobre aos projetos e relação com a comunidade:

20. Quais os benefícios sócio-econômicos-ambientais que o Parque Nacional e o Revis fornecem para a população local?

21. Quais ações sociais, culturais e econômicas são desenvolvidas visando à conservação dos recursos naturais? E quem vem promovendo tais ações? (Obs.: Realização de projetos, campanhas de Educação Ambiental e etc.)

Com relação à pesquisa científica:

22. O órgão gestor possui parceria para fomento à pesquisa do conhecimento e uso sustentável da geo/biodiversidade local? Se possui, quais?

() Universidades/Faculdades:

() Instituições técnicas:

() Empresas públicas e privadas:

() Outras:

23. Pesquisadores têm procurado a unidade para o desenvolvimento de pesquisa científica?

24. Quais as temáticas pesquisadas? E de que forma tem contribuído para o gerenciamento da unidade?

Com relação aos recursos financeiros:

25. Qual é a origem dos recursos financeiros para a gestão e gerenciamento das UCs?

26. O que o órgão gestor tem feito para captar recursos financeiros para as UCs?

27. Quanto é disponibilizado para a gestão da:

a) Revis:

b) Parque Nacional:

28. Quanto seria o ideal?

29. As empresas que utilizam os recursos naturais da UC repassam parcela de seus lucros para a gestão e gerenciamento da UC? Em caso positivo, qual a porcentagem?

30. Qual a contribuição financeira dos municípios onde estão inseridas as UCs na gestão e no gerenciamento dessas áreas?

Unidade de Conservação	Municípios	Contribuição na Gestão e no Gerenciamento
Revis	Dário Meira: Manuel Viturino: Boa nova:	
Parque Nacional	Dário Meira: Manuel Viturino: Boa nova:	

Sobre o plano de manejo:

31. Por que as UCs ainda não têm planos de manejo?

32. Qual a previsão para a criação?

33. O que se espera para o futuro das UCs de Boa Nova?

B) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR DO MEIO AMBIENTE DE BOA NOVA

DADOS PESSOAIS

1. Nome

Completo: _____ Idade: _____

2. Instituição:

3. E-mail:

_____ Telefone: _____

4. Telefone comercial: _____

5. Escolaridade/Formação:

6. Profissão: _____

7. Função/Cargo: _____

8. Tempo de Serviço: _____

Com relação a criação e implementação das UCs

9. A prefeitura local esteve envolvida no processo de idealização e movimentação política para a criação do projeto das UCs? Se sim, quais as motivações?

10. Quais os pontos positivos e negativos da presença das UCs no município?

11. Como é a relação entre a prefeitura, ICMBio, INCRA e ONGs?

12. Existe participação/envolvimento entre a prefeitura local e o ICMBio na gestão das UCs?

13. Há/houve projetos e ações ambientais municipais viabilizados pela presença das unidades de conservação?

14. Quais os conflitos territoriais desencadeados pela criação das UCs?

15. O que tem sido feito por parte da prefeitura para minorar/solucionar esses conflitos?

16. Atualmente os usos dos territórios das UCs são compatíveis com as finalidades da categoria de cada unidade?

17. Quais os maiores problemas sociais/ territoriais e ambientais existentes nas unidades de conservação? Na sua opinião, como poderiam ser solucionados?

18. De que maneira os residentes das unidades podem contribuir com a conservação da biodiversidade, gestão e manejo das áreas?

C) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O REPRESENTANTE DAS ONG SAVEBRASIL E IAM

DADOS PESSOAIS

1. Nome Completo:

_____ Idade: _____

2. Instituição:

3. E-mail: _____ Telefone: _____

4. Telefone comercial: _____

5. _____ Escolaridade/Formação:

6. Profissão: _____

7. Função/Cargo: _____

8. Tempo de Serviço: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

8. A partir de que ano a ONG participou do movimento para a criação das unidades de conservação? Qual motivação para tal participação?
9. Como era a área antes da criação da UC?
10. Quais conflitos territoriais desencadeados da sobreposição territorial entre UCs (territórios da conservação) e territórios construídos pela população?
11. Qual a contribuição das ONGs para minorar/solucionar esses conflitos?
12. Como é a relação entre ICMBIO, IBAMA, INCRA, Prefeitura e ONGs?
13. Quais os benefícios observados na conservação e preservação da natureza a partir da criação das UCs?
14. Quais as consequências para a população?
15. Atualmente os usos dos territórios das UCs são compatíveis com as finalidades da categoria de cada unidade?
16. Quais os maiores problemas socioambientais existentes nas unidades de conservação? Na sua opinião, como poderiam ser solucionados?
17. Quais projetos foram e estão sendo desenvolvidos pela ONG em relação a sustentabilidade, preservação da natureza e apoio às comunidades locais?

UC	Atividades desenvolvidas	Quem desenvolve a atividade?
Revis		
Parque Nacional		

18. O que se espera para o futuro das UCs de Boa Nova?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO
MESTRADO EM GEOGRAFIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de Pesquisa: Territórios da *conservação*: preservação e usos das unidades de conservação de Boa Nova - BA

Objetivo geral: Analisar as relações entre preservação ambiental e usos dos territórios da conservação de Boa Nova – BA.

Prezado(a) participante,

Eu, Cleane Santos Nunes, acadêmica do curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em nível de mestrado, matrícula nº 201711002407, estou realizando pesquisa sob a orientação da Profa. Dra. Lilian de Lins Wanderley, cujo objetivo é analisar os territórios da conservação de Boa Nova, com o intuito a preservação e os usos das unidades de conservação do município.

Sua participação será em responder a uma entrevista, que poderá ser gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 a 60 minutos.

A participação nesse trabalho é voluntária. Você será esclarecido (a) sobre qualquer aspecto do roteiro da entrevista que desejar, e caso decida não participar ou desistir de continuar em qualquer momento, tem total liberdade de fazê-lo.

Os dados serão utilizados apenas para a finalidade desta pesquisa. O (A) Sr. (a) não será identificado diretamente em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, excetuando funcionários de órgãos públicos, ademais sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo.

Sua participação contribuirá para a compreensão e esclarecimentos do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Qualquer dúvida relativa a pesquisa poderá ser esclarecida pela Profa. Dra. Lilian de Lins Wanderley, pelo e-mail lilianwanderley@uol.com.br ou pela pesquisadora Cleane Santos Nunes, pelo e-mail keununes-geo@hotmail.com.

Atenciosamente,

Cleane Santos Nunes – Mestranda

Lilian de Lins Wanderley - Orientadora

Local e data

Consinto em participar desta entrevista e declaro ter recebido uma cópia deste termo.

Assinatura do participante

Local e data



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 64563-1	Data da Emissão: 06/02/2019 19:56:05	Data da Revalidação*: 06/02/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Cleane Santos Nunes	CPF: 040.007.545-80
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal de Sergipe	CNPJ: 13.031.547/0001-04

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Não	Dentro de UC Federal
2	Parque Nacional de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Não	Dentro de UC Federal

Materiais e Métodos

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0645630120190206

Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 64563-1	Data da Emissão: 06/02/2019 19:56:05	Data da Revalidação*: 06/02/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Cleane Santos Nunes	CPF: 040.007.545-80
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal de Sergipe	CNPJ: 13.031.547/0001-04

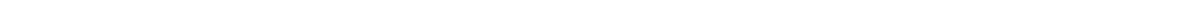
Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Não	Dentro de UC Federal
2	Parque Nacional de Boa Nova	BA	Mata Atlântica	Não	Dentro de UC Federal

Materiais e Métodos

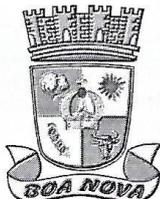
#	Tipo de Método (Grupo taxonômico)	Materiais
1	(Grupo não identificado)	

Anexos



V. ANEXOS

ANEXO I



Boa Nova, 22 de janeiro de 2010.

Ao Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia,
MD. Jaques Wagner
Salvador, Bahia.

Prezado Governador,

As associações abaixo representadas do município de Boa Nova vêm através do presente documento explicitar o apoio à criação da unidade de conservação federal que ora tramita entre o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil deste governo. A aprovação dessa Ue fará jus as consultas públicas realizadas em dezembro de 2006 no município de Boa Nova onde a proposta apresentada foi aprovada com grande apelo popular.

Considerando que a importância biológica e hídrica, assim como os remanescentes de Mata Atlântica, Mata de Cipó e Caatinga preservados irão garantir a sustentabilidade de nossas atividades agrícolas. Temos atualmente plena consciência do ponto crítico e da importância de implantação de áreas legalmente protegidas em nosso município.

Os órgãos atuais de fiscalização são insuficientes para conter os problemas ambientais que vivenciamos na nossa região e podem num futuro próximo comprometer a qualidade de vida de nossos cidadãos.

Na oportunidade agradecemos vossa atenção e solicitamos seu apoio para a concretização dessa proposta.

Atenciosamente,

Vilma de Guimar Oliveira Reis

Associação dos Pequenos e Médios Agricultores do Valentim

Cnpj: 01.779.196/0001-27

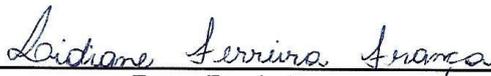
Eliziária Ferreira Costa

Associação de Moradores Rurais da Santa Madalena,

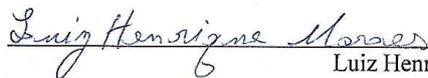
Cnpj: 07.803.886/0001-50



Máilson Azevedo Porto
Associação de Moradores de Valentim, Roseira e Lagoão
Cnpj: 15.022.585/0001-18



Ernane Ferreira França
Associação do Rio da Uruba
Cnpj: 03.225.523/0001-24



Luiz Henrique Moraes
Instituto Adroaldo Moraes
Cnpj: 09.568.828/0001-15



Eliana Sampaio dos Santos
Associação dos Moradores dos Campos e Região
Cnpj: 06.087.007/0001-79

ANEXO II



Prefeitura Municipal de Boa Nova
Secretaria Municipal da Agricultura e Expansão Econômica
 “Agricultura forte, respeitando o Meio Ambiente e produzindo Cidadania”
 CGC. 13.894.894/0001-52



Boa Nova, 25 de Janeiro de 2010

Prezado José Fernando Andrade,

No dia 25/01/2010 reunimos na Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Econômica com representantes locais do terceiro setor, representantes do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), Conselho Municipal do FUMAC – PCPR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Nova para avaliação da proposta de criação de uma unidade de conservação no nosso município.

Após ampla discussão segue abaixo as respostas aos seus questionamentos encaminhados para nossa secretaria, bem como o posicionamento da mesma em relação a essa questão:

- 1) Existência de comunidades indígenas na região: Inexistem esse tipo de comunidade em nosso município.
- 2) Assentamentos: Os dois assentamentos existentes (Talismã com 55 famílias) e Renascer (35 famílias) não estão localizados na área de parque nacional que prevê a desapropriação, mas sim na área de refúgio de vida silvestre, o que permitirá que os mesmos continuem com suas propriedades, mas atuando de maneira sustentável, como prevê esse tipo de unidade de conservação (REVIS).
- 3) A Secretaria possui essa informação apenas superficial quando analisa o desenho proposto pela MMA, mas recomendamos que entre em contato com o técnico responsável pela elaboração da proposta (Jean, F. Timmers, telefone, 071-8800-7083 ou jftimmers@hotmail.com).
- 4) Idem questão 3.
- 5) As principais atividades agropecuárias do município são: bovinocultura, fruticultura (cacau, banana, cajá, maracujá, umbu, acerola), apicultura, piscicultura, suinocultura, caprinovinocultura, avicultura, culturas temporárias (mandioca, milho, feijão, cana, horticultura), comércio madeireiro.
- 6) Oportunidades concretas x Efetivação econômica: x impactos sociais
 - Com a criação da unidade o equilíbrio ecológico e especialmente hídrico permitirá em longo prazo a permanência e fixação do homem do campo.
 - Mudança da cultura extrativista para uma cultura de maior sustentabilidade para a região.
 - Agregação de valor aos produtos produzidos dentro do refúgio de vida silvestre através do marketing em torno da responsabilidade ambiental
 - Manutenção das reservas de água da mata úmida que atualmente abastecem a sede e boa parte da Caatinga.

Rua dos Bancários, Nº 09, Centro - CEP : 45.250-000 / Tel: (77) 3433-2233 – Boa Nova Bahia



Prefeitura Municipal de Boa Nova
Secretaria Municipal da Agricultura e Expansão Econômica
“Agricultura forte, respeitando o Meio Ambiente e produzindo Cidadania”
CGC. 13.894.894/0001-52



- Abertura do município para novos recursos e fundos públicos como já acontecem atualmente (Projetos Corredores Ecológicos, Projeto eco-culturais do Instituto Casa Via Magia e Revitalizar).
- Incremento de atividades de caráter sustentável como apicultura e piscicultura.
- implantação do turismo rural, ecológico, observação de aves, dado o devido potencial turístico (ex: cachoeiras).
- Redução do uso de agrotóxicos e aumento do uso da prática da agricultura orgânica dentro da unidade (esse trabalho já vem sendo incentivado pela Secretaria Municipal de Agricultura).
- Redução do número de queimadas indiscriminadas que ocorrem sem uma finalidade produtiva.

Caros parceiros do EBDA diante do exposto acima os órgãos que participaram dessa reunião chegaram à conclusão de que a criação dessa unidade de conservação é uma vontade coletiva da comunidade de Boa Nova que ficou claramente explícita nas consultas públicas realizadas. Pelos mais diversos motivos todos os órgãos que assinam este documento apóiam a criação desta unidade de conservação. Acreditamos que outras atividades como a exploração mineral não se comungam com os anseios locais de nossa região.

Boa Nova está localizada numa região montanhosa e temos um imenso potencial hídrico, ou seja, boa parte do município está localizado em áreas de preservação permanente, e essa atividade poderia trazer danos irremediáveis para nossos recursos naturais.

Desde 2005 a Prefeitura Municipal de Boa Nova vem acompanhando a construção dessa proposta e na atual gestão também se posiciona favorável à concretização do pleito.

Mandamos em anexo vários documentos que poderão melhor embasar a EBDA na discussão dessa questão.

Atenciosamente,

Zenaide Maria Santos de Almeida

Secretária Municipal de Agricultura e Expansão Econômica

Vinicius Silva Sampaio

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Rua dos Bancários, Nº 09, Centro - CEP : 45.250-000 / Tel: (77) 3433-2233 – Boa Nova Bahia



Prefeitura Municipal de Boa Nova
 Secretaria Municipal da Agricultura e Expansão Econômica
 "Agricultura forte, respeitando o Meio Ambiente e produzindo Cidadania"
 CGC. 13.894.894/0001-52



Edson Ribeiro Luiz

Biólogo- ONG SAVE Brasil

Genilson Bispo dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Nova

Manoel Bispo de Oliveira

Presidente do CMDRS

Ernandes Lima dos Santos

Presidente do Conselho Municipal do FUMAC

Jonatas Silva Meira

Técnico Ambiental da Prefeitura Municipal

Noel Mendes Oliveira

Presidente da Associação Nossa Senhora da Boa Nova



Prefeitura Municipal de Boa Nova
Secretaria Municipal da Agricultura e Expansão Econômica
"Agricultura forte, respeitando o Meio Ambiente e produzindo Cidadania"
CGC. 13.894.894/0001-52



Almir Nunes Moraes

Diretor de Agricultura

Manoel José Novaes Reis

Diretor de Agricultura

Josafá Sampaio Almeida

Agente Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente